

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

SAMIR DE BARROS REBÊLO

O IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULOS IX-VII a.C.): a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa e o mundo simbólico.

São Luís

2020

SAMIR DE BARROS REBÊLO

O IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULOS IX-VII a.C.): a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa e o mundo simbólico.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira.

São Luís

2020

Rebêlo, Samir de Barros.

O IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULOS IX-VII a.C.): a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa e o mundo simbólico. / Samir de Barros Rebêlo. – São Luís, 2020

101 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira.

1. Política religiosa. 2. Mundo simbólico. 3. Cruel. 4. Desconstrução. I. Título

CDU: 2:32(352)

SAMIR DE BARROS REBÊLO

O IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULOS IX-VII a.C.): a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa e o mundo simbólico.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira.

Aprovada em: 19 /11 / 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira
Universidade Estadual do Maranhão
(Orientadora).



1º Examinador



2º Examinador

À minha família

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente as três principais figuras que me ajudaram na construção desta obra. Marcia Milena Galdez Ferreira, pela orientação em sua disciplina “Teoria e Metodologias da História”, um verdadeiro norte para a escolha da linha de pesquisa que me adequiei. Helidacy Maria Muniz Correa, pelo imenso reforço em “Tópicos emergentes em narrativas históricas”, que resultou na aprendizagem de como construir uma estrutura de monografia. Ana Livia Bonfim Vieira desempenhando seu papel de orientadora, bem como, acreditando em mim na seleção de bolsas de pesquisa.

Dos membros de minha família àqueles que mais se sacrificaram por minha causa, no período acadêmico, foram meu pai e minha mãe. Minha figura materna, Vera Lúcia Lopes de Barros, que sempre esteve disposta a me ajudar de várias formas, como locomoção até a faculdade. Agradeço ao meu pai José Manoel Macário Rebêlo que foi muito importante pelas críticas construtivas para a presente monografia, assim como, uma figura que representa um modelo profissional a ser seguido. Ofereço agradecimentos ao meu irmão mais velho, Vagner Francisco de Barros Meneses, que ao longo do tempo me inspirou pelo que vem construindo em sua vida. Homenageio minha tia, Ana Maria de Barros, que sempre reacendeu meu espírito com muito afeto e ternura. Obviamente, tenho que agradecer a todos da minha família que não foram citados, mas que possuem um lugar especial em meu coração, eu amo todos vocês.

Sobre os meus amigos o que posso dizer? São todos únicos de uma maneira engraçada, o que me faz pensar que os escolhi com acerto inédito. Raul Matheus, um grande amigo com quem passei momentos muito divertidos. Este sempre conseguiu estabelecer um tempo pra me animar, alertar e reconstruir meu jeito de ver as coisas, algo que foi realmente importante na minha vida. Eber Batista, esse cara foi uma das melhores amizades que tive o prazer de construir, uma figura madura, inteligente e sábia para muitas situações. Concedia carona para meus amigos e eu. Aconselhou-me sobre muitas realidades, por exemplo, religiosas, o que casou mudanças no meu Eu.

Agradeço a Gabriel Crispim de Barros, acredito que por gostar de muitas coisas que eu apreciei nos tornamos bons amigos rapidamente. Um rapaz muito engraçado e prestativo. Lembro-me que houve um tempo que eu havia perdido alguns certificados e ele sempre me alertava sobre possíveis eventos para recuperar o que perdi. Um sujeito sem igual. Marcos Vinicius Kosovo, esse cara deveria ser comediante e não um historiador, não existente

um momento que ele não tenha uma piada pra alguma coisa. Enfim, brincadeiras a parte, ele também me ajudou de muitas formas, explicando sobre textos, principalmente em períodos avaliativos, foi de muita ajuda em momentos complicados. Agradeço a Laryssa Gomes Pimenta por me auxiliar diversas vezes na parte “burocrática” da Monografia. Além é claro de ser uma pessoa muito divertida. Devo agradecer igualmente à Vanessa Maria Marques, por ser uma pessoa incrível, forte e persistente. Ela foi uma fonte de inspiração por uma pessoa incapaz de desistir. E, como é de esperar, meus agradecimentos também aos meus amigos distantes que não citei, mas, que prezo.

Por fim, devo expressar meus sinceros agradecimentos a Universidade Estadual do Maranhão pelos professores sem igual. Pela ótima estrutura, coisa rara hoje em dia quando se trata de ensino, e pelo apoio financeiro para os bolsistas de extensão. Adriana Maria de Souza Zierer por acreditar em mim no terceiro período concedendo bolsa de extensão durante o ano de 2017. Agradeço paralelamente a FAPEMA pelo auxílio financeiro durante o ano de 2019.

Muito obrigado a todos! Vocês talvez não saibam, mas, foram e são muito importantes para o meu crescimento pessoal e profissional.

O que vê no homem é o que determina o que o homem vê. Pois, o mundo existe na mente antes de existir na Terra. Assim, todos os dias o mundo muda tantas vezes quantas mudem os olhares.
(Caio Fábio D'araujo Filho)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende abordar uma série de elementos essenciais sobre a cultura assíria, sendo estes, o que chamamos de política religiosa frontal, o mundo simbólico, a política religiosa tratativa e as leis assírio-mesopotâmicas. Cada item descrito possui um papel extremamente importante para a caracterização cultural desta civilização. Multifacetada, plural, complexa, rica e muitos outros termos que significam diversidade e densidade. A intenção é fazer todos estes fatores convergirem, de maneira que o leitor compreenda como a Mesopotâmia, especificamente a Assíria concebia seu universo. A razão disso advém da necessidade de expandirmos nossos horizontes para além de uma perspectiva unilateralista. Esta concepção é disseminada em muitos meios, como por exemplo, nos livros didáticos escolares, isto é, sempre valorizando o discurso belicista, a violência, a crueldade em detrimento de outros aspectos igualmente importantes. O que precisa ser observado com atenção. É preciso desenvolver um contraste entre o que é ensinado nos materiais escolares e a multiplicidade de informações relevantes sobre os assírios. A Assíria precisa ser conhecida a partir de uma visão pluralista, para isso a produção de um material didático é essencial para o ensino sobre esta civilização. De fácil entendimento e com vários elementos do mundo assírio. Portanto, uma missão substancial para a desconstrução do unilateralismo. O recorte temporal se limita entre o IX e o VII século a.C., nomeado pelos estudiosos como período Neoassírio.

Palavras-Chave: Política religiosa. Mundo simbólico. Assíria. Multifacetada.

ABSTRACT

This monograph aims to address a series of essential elements about Assyrian culture. These are the frontal religious policy, the symbolical world, the factual religious policy and the Assyrian-Mesopotamian laws. Each item described has an extremely important role for the cultural characterization of this civilization. Multifaceted, plural, complex, rich and many other terms that mean diversity and density. Our intention is to allow all the factors cited to be combined, for the reader to understand how Mesopotamia, specifically Assyria conceived its universe. The reason for this is the need to expand our horizons beyond a unilateralist perspective. This concept is disseminated in many ways, for example, in school textbooks, always valuing warmongering discourse, violence, cruelty to the detriment of other equally important aspects. What needs to be watched carefully. A contrast needs to be developed between what is taught in school materials and the multiplicity of relevant information about the Assyrians. Assyria needs to be known from a pluralist view, for which the production of didactic material is essential for teaching about this civilization. Easy to understand and with the various elements of the Assyrian world. Therefore, a substantial mission to deconstruct unilateralism. The time frame is limited between the IX and the VII century BC, named by scholars as the Neoassyrian period.

Key-words: Religious policy. Symbolic world. Assyria. Multifaceted.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Posicionamento espacial de Assur	19
Figura 2: Área de influência cultural do Oriente Médio	20
Figura 3: Extensão territorial do Império Assírio no século VII a.C.	24
Figura 4: Expansionismo e guerra: Assurnasirpal II	27
Figura 5: O cerco de Laquish (704 a.C. – 681 a.C.) Palácio de Nínive	29
Figura 6: Assurnasirpal II, a campanha contra Urartu.....	32
Figura 7: Destruição da cidade elamita Khamanu pelos soldados assírios	38
Figura 8: O momento de descanso do rei Assurbanipal	68

LISTA DE SIGLAS

IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAPÍTULO I - O PROCESSO DE EXPANSÃO DO IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULO IX A.C–VII A.C.) A PARTIR DA POLÍTICA RELIGIOSA FRONTAL E A SIGNIFICAÇÃO DOS RELEVOS EM PEDRA.....	18
2.1	Acepções geográficas	18
2.1.1	A Assíria e sua primeira capital.....	18
2.1.2	Oriente Médio.....	19
2.2	A expansão territorial da Assíria e as campanhas militares (séculos IX a.C. – VII a.C.).....	21
2.3	A natureza dos relevos em pedra	26
2.4	Descrições dos relevos em pedra: expansionismo e guerra.....	27
2.4.1	Tema primário ou natural	27
2.4.2	Tema secundário ou convencional	28
2.4.3	Significado intrínseco ou conteúdo	28
2.4.4	Tema primário ou natural	29
2.4.5	Tema secundário ou convencional	30
2.4.6	Significado intrínseco ou conteúdo	30
2.4.7	Tema primário ou natural	32
2.4.8	Tema secundário ou convencional	32
2.4.9	Significado intrínseco ou conteúdo	33
2.4.10	Tema primário ou natural	38
2.4.11	Tema secundário ou convencional	39
2.4.12	Significado intrínseco ou conteúdo	39
3	CAPÍTULO II - A MANUTENÇÃO TERRITORIAL DO IMPÉRIO NEOASSÍRIO A PARTIR DAS LEIS ASSÍRIO-MESOPOTÂMICAS E DA <i>POLÍTICA RELIGIOSA</i> <i>TRATATIVA</i>	40
3.1	O ordenamento na Antiguidade	40
3.2	A figura do soberano.....	42
3.3	As leis assírio-mesopotâmicas	44
3.4	“ <i>Política religiosa tratativa</i> ”: os tratados <i>Adê</i> e os planos governamentais de Essaradão	50

4	CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA E DESCONSTRUÇÃO: A CONVERGÊNCIA CULTURAL NO MUNDO ASSÍRIO EM CONTRASTE COM A IDEIA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	66
4.1	A convergência dos elementos culturais: o mundo simbólico, o culto e a política-religiosa.....	66
4.1.1	Tema primário ou Natural	68
4.1.2	Tema secundário ou convencional	69
4.1.3	Significado intrínseco ou conteúdo	69
4.2	O mundo assírio e o livro didático.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE	96

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender diversos elementos culturais da Assíria durante o período Neoassírio, século IX a.C. á VII a.C. Para tal os seguintes conceitos são essenciais, a política religiosa frontal, que designa a guerra; a política religiosa tratativa, que representa a “diplomacia”, são fundamentais para o entendimento do universo assírio. Os outros elementos são as leis assírias e mesopotâmicas como parâmetro; os relevos em pedra e sua importância no “espaço simbólico”. Buscou-se, por sua vez, analisar os livros didáticos para enfatizar como a ideia de uma Assíria unilateral é disseminada, a fim de melhorar o ensino de História Antiga nos espaços de aprendizagem. Sendo assim, utilizaremos os documentos encontrados para expor a profunda teia de traços culturais da Assíria.

As documentações como os relevos em pedra são profundamente ritualísticos, retratam momentos de combate e decapitações, mas existe um sentido muito profundo e milenar referente aos elementos citados. Em razão das representações bélicas nos relevos em pedra e pelo tradicionalismo historiográfico, muitos trabalhos valorizaram demasiadamente esta temática consolidando alguns preconceitos. Essa perspectiva migrou para os livros didáticos. Contudo, a guerra é extremamente relevante e faz parte do seio cultural assírio. A *política religiosa frontal* nada mais é do que umas das estruturas culturais do povo assírio, que propõe dar importância ao belicismo.

Neste sentido destacam-se as campanhas militares e a expansão territorial, afinal este trabalho aborda um recorte temporal de conformação imperial, o período Neoassírio. A contextualização militar é de suma importância por estar intimamente associado ao *espaço simbólico* relacionado à guerra, para esse fim utiliza-se uma inscrição em louvor ao deus Assur, como documento auxiliar ao estudo das imagens. Sua descrição e significação são abordadas a partir da metodologia proposta por Erwin Panofsky.

A partir desta premissa a tendência real é desenvolver nossa obra nos debruçando sobre o meio político-religioso e simbólico. Pois sabemos que estes elementos não se desvinculam, especialmente para as sociedades antigas. Abordar, contudo, a cultura Assíria sem utilizar outros meios para compreendê-la acarretaria em um forte sentimento de algo próximo a incompletude, o que significa que quanto mais dados encontrados, mais rico se torna o estudo. O que nos leva até a *política religiosa tratativa*. Ora, os tratados e juramentos

Adê¹ introduzem a pesquisa um campo distinto de observação cultural exposta sempre nos meios de aprendizado como bélicas. A questão da documentação utilizada nesta obra nos permite visualizar um universo distinto no que se refere à Assíria.

Os tratados e juramentos conferem à política religiosa um ar, por vezes, diplomático como, por vezes, rígido, porém, acentua um caráter que não se faz necessariamente através de uma investida militar, embora tenha diversas facetas. Esta visão nos permite reiterar sobre os amplos aparatos sociais existentes na Assíria, isto é, as formas como se relacionavam com seus vizinhos e até mesmo internamente. A necessidade de buscarmos uma maneira de conceber sua administração não belicista é para denotar que suas ações possuíam um sentido latente e amplo. Deste modo, os tratados e juramentos Adê são bastante relevantes.

Descrevemos as leis como assírio-mesopotâmicas pela necessidade de explicarmos o contexto assírio, ainda que concernente a um imaginário coletivo, que podemos estender à outras civilizações mesopotâmicas, comparativamente falando. A ideia é destacar que mesmo para uma civilização se expandir em proporções extraterritoriais, ou seja, que possui alguma influência perante seus vizinhos, deve haver algum ordenamento básico. O corpo legal compõe um instrumento de ordem local, mas, essencialmente, o que se emprega são as relações entre um mundo cósmico sagrado em conjunção com a esfera concreta. Tal convergência é encontrada nas leis, nos tratados e nos juramentos Adê, por isso é importante que estejam presentes neste trabalho. Devido a este fator para pensar o ordenamento base, as relações entre cidades-estados ou a simbologia presente nas imagens, precisaremos pensar no papel do sagrado.

Além disso, uma das características mais relevantes que evidencia relações diplomáticas entre nações remonta ao período do rei assírio Essaradão no século VII a.C., quando o mesmo a partir de políticas religiosas urbanas reestruturou muito do que havia sido destruído em Babilônia visando uma aproximação com outros territórios. Abordar perspectivas inclusivas é uma forma séria de dizer que existem, e isso é claro, muito que precisamos saber sobre as civilizações antigas, não só a Assíria.

Os vários elementos colocados em xeque evidenciam um universo mais amplo do que anteriormente poderíamos mensurar, quer dizer, seguindo um caminho contrário ao modelo tradicionalista sempre empregado em muitos meios do saber. Os livros didáticos do ensino médio e fundamental são apenas uma maneira de destacar como esta visão é

¹ Como são chamados os tratados materiais (a tabuinha) ou, possivelmente, o ato de jurar lealdade. Será mais bem aprofundado no segundo capítulo.

disseminada para os receptores, o que não exclui o espaço acadêmico. Na verdade o diálogo entre ambos, a universidade e a instituição escolar, principalmente a escola pública, é a melhor maneira de revitalizar este conhecimento com uma abordagem que trate o saber antigo com mais atenção.

O que significa elaborar capítulos nos livros didáticos que possam expressar uma linguagem simples, mas, que, ao mesmo tempo, acentue as várias camadas simbólicas da cultura assíria, ou de qualquer outro povo. Discutindo e ensinando a refletir sobre este assunto ao invés de lançar um conteúdo mecânico e monocromático. Se a guerra for palco de discussão, outras formas de relação também devem ser propostas, pois para a antiguidade a guerra e a religião estão intimamente associadas. Se utilizarmos um relevo em pedra precisa haver uma leitura do seu significado, sobretudo aquele simbólico, menos evidente. Dessa forma se concede ao receptor a possibilidade de reflexão, permitindo que o mesmo possa tirar suas próprias conclusões a partir de uma gama plural de informações.

De outra forma, nosso objetivo é afirmar que os assírios não podem ser definidos apenas por um aspecto. É preciso que evidenciemos que se trata de uma cultura multifacetada, que articula aspectos simbólicos e sagrados com a vida chamada material. Assim, o intuito é apresentar reflexões que nos possam ajudar a compreender melhor o povo assírio e, assim, enriquecer este cenário.

2 CAPÍTULO I - O PROCESSO DE EXPANSÃO DO IMPÉRIO NEOASSÍRIO (SÉCULO IX A.C–VII A.C.) A PARTIR DA POLÍTICA RELIGIOSA FRONTAL E A SIGNIFICAÇÃO DOS RELEVOS EM PEDRA

O seguinte capítulo propõe dar ênfase às questões militaristas, ou seja, compreender a relevância desta forma de administração territorial no mundo assírio, e para esta característica cultural daremos o nome de *política religiosa frontal*. Pois, se trata da convergência entre fatores políticos e religiosos no mundo bélico, isto é, a guerra em si. Para isso a necessidade de estabelecer parâmetros é de suma importância. Por isso, o desenvolver das campanhas militares dá forma ao contexto e auxilia no entendimento dos relevos em pedra. Esta documentação é de caráter pictórico e por isso a abordagem metodológica de Erwin Panofsky² analisa, traduz e abre o espaço de fala para o que aparentemente é silencioso. Também se utiliza uma inscrição sobre a divindade Assur e seus atributos como documentação secundária com o propósito de explicar detalhes presentes nas imagens encontradas. Portanto, a intenção real é explicar que todos estes fatores presentes no primeiro capítulo convergem em um espaço de culto sagrado, e fica mais claro no desenvolver dos outros capítulos. A complexidade presente nesta cultura apenas expõe o quão plural as civilizações antigas podem ser, e não seria diferente com o povo assírio. O recorte temporal deste capítulo e da própria monografia é do século IX a.C até a VII centúria a.C.

2.1 Acepções geográficas

2.1.1 A Assíria e sua primeira capital

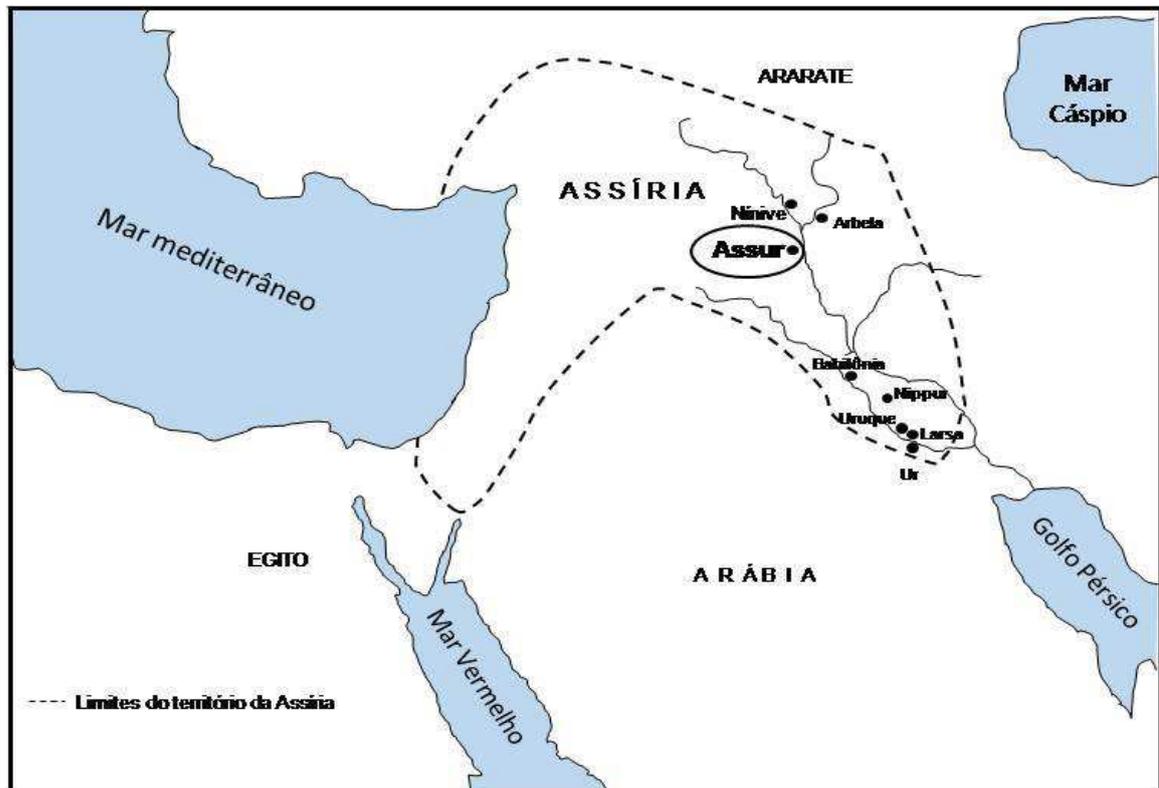
A Assíria, no mundo antigo, se situa em uma região conhecida como Mesopotâmia³. A capital se chamava Assur, primeiro centro político-religioso e também o nome da divindade mais influente para o povo assírio, representando a guerra e a justiça. A sede, era o espaço de maior importância para cultura assíria, havia palácios e templos intensificando seu caráter urbanizado. O templo de Assur estava posicionado no extremo de uma elevação rochosa, e a noroeste do edifício sacro o rio Tigre transcorria. No mapa abaixo

² Foi um historiador da arte alemão e uma grande autoridade no que se refere aos métodos iconológicos e iconográficos. Para saber mais pesquisar a obra “Significado nas Artes visuais”.

³ É uma palavra de origem grega que significa “terra entre rios” devido à transposição de dois influentes rios, o rio Tigre e o rio Eufrates.

podemos notar Assur circulada de preto. Ao norte observamos Nínive, na posição nordeste Arbela e na região sul podemos destacar a Babilônia, Nippur, Uruque, Larsa e Ur.

Figura 1: O Posicionamento espacial de Assur



Fonte: Adaptação POZZER, 2011, p. 13.

Esta imagem representa a Antiguidade onde se encontrava culturalmente e espacialmente a Assíria, e especificamente sua capital. Como é de se esperar muitas transformações marcaram esta região, com o desenvolver e desagregar de grandes impérios e territórios. Por estes fatores, atualmente essa região possui outras características, com fronteiras e delimitações distintas do passado. Hoje em dia o espaço onde todos os povos descritos na figura 1 se situavam é conhecido como Oriente Médio.

2.1.2 Oriente Médio

A Assíria se localiza no atual Iraque, país do Oriente Médio, que, por sua vez, é composto por numerosos países, tais quais: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Iêmem, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina e Síria. No viés geopolítico, a quantidade de nações influenciadas pela cultura do Oriente Médio se

expande: a Turquia, a noroeste, o Norte da África (Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos), bem como, Sudão, Mauritânia, Saara do Oeste, e Somália (ARCHELA, 2010, p. 65). É também palco da convergência de três influentes religiões, o judaísmo, cristianismo e o islamismo.

Figura 2: Área de influência cultural do Oriente Médio



Fonte: Adaptação SABER; SMAILI, 2016, p. 1.

Após uma breve introdução de âmbito espacial sobre as características geográficas, de antigamente e no tempo presente, visíveis nas figuras 1 e 2, cabe frisar o recorte temporal, que se limita ao período compreendido entre os séculos IX a.C. e VII a. C. O domínio do império Neoassírio. Ao longo desta época a Mesopotâmia foi palco de inúmeras campanhas armadas, sobretudo visando à expansão para outros espaços além das fronteiras costumeiras.

A Assíria pode ser descrita como uma nação culturalmente densa e plural. Isto evidencia que os aspectos sagrados, políticos, econômicos e artísticos possuíam uma profunda ligação e significado simbólico para seus habitantes. É claro que estudando os povos da antiguidade é difícil visualizar tais aspectos como sendo instâncias em separado, porque não havia essa. Podemos dizer que a nossa sociedade, ou melhor, nosso estado é laico por uma grande mudança de paradigma recorrente de reestruturações sociais ao longo dos séculos, contudo, no mundo antigo é quase inviável imaginar política, religião ou até mesmo economia como coisas divergentes.

Por essa razão é necessário lidarmos com dois conceitos importantes para este capítulo. O primeiro deles; a *política religiosa frontal*, política porque é uma forma de administração imperial, religiosa, pois se integra fortemente ao sagrado e, por último, frontal por se tratar de algo concreto; O segundo conceito se trata do *mundo simbólico*, que abordaremos analisando os relevos em pedra a partir da metodologia de Erwin Panofsky, e todas as variantes que podem ser externadas. Lidaremos, no próximo tópico com questões expansivas e armamentistas, sendo assim, é preciso dar devida atenção ao termo inicial. Apenas a partir dele se pode compreender o que chamaremos de campanhas militares. É importante, porém, dizermos que a abordagem de guerra essencial para esta obra não tem intenção alguma de considerar o conflito como fator cultural unilateral do mundo assírio, mas, como uma peça irrefutavelmente importante para entendê-lo.

2.2 A expansão territorial da Assíria e as campanhas militares (séculos IX a.C. – VII a.C.)

Devemos considerar a belicosidade como um membro importante da política religiosa assíria, e para melhor enxergarmos a gradual extensão que a Assíria estabeleceu para além de suas fronteiras, precisaremos estabelecer um parâmetro, *as campanhas militares*. As práticas militaristas são tão antigas quanto qualquer forma distinta de relacionamento humano. Seja pela defesa da sua família, casa, território ou pela perspectiva do atacante, da conquista e pela expansão, qualquer que seja a justificativa, parte da nossa história nos diz que em diversos momentos houve um lugar para chamar de “seu”.

A batalha durante séculos acompanha o agente histórico, isto é, por muitas razões nações, coligações e grupos se enfrentaram, seja pelos recursos materiais, pelas ambições humanas ou por suas divindades. Isso é um fato. Tendo em vista essa realidade precisamos iniciar o trabalho dando a devida atenção a este tema fundamental. Os assírios, bem como, a maior parte de outras civilizações guerrearam. Esta afirmação nos diz que os sucessivos reinados foram acompanhados por práticas militares, conquistas, mudanças, processos que foram essenciais para a consolidação de uma estrutura política religiosa sólida que perdurou por muitos anos.

No reinado de Assurnasirpal II (883 a.C.- 859 a.C.) não houve obstáculo em empreender guerras contra outras cidades-estados, aumentando seu domínio e estabelecendo relações extraterritoriais. Em diversas áreas da Mesopotâmia as campanhas de Assurnasirpal II levaram à rendição de cidades, como Síria e Levante. Em seus momentos iniciais no poder

estendeu suas influências até o Mediterrâneo, chamado então de “O grande Mar”. Michael Roaf (2006), estudioso na área arqueológica, enfatiza em “Mesopotâmia, grandes civilizações do passado” o alongamento gradual das relações entre a Assíria e os territórios que a circuncidavam. Os tributos que deveriam ser pagos ao vencedor e a ênfase às armas são citados também.

Lavei minhas armas no Grande Mar e ofereci sacrifícios aos deuses. Recebi tributos dos reis do litoral, dos países dos homens de Tiro, Sidon, Biblos, Mahllata, Miaza, Kiaza, Amurru e Arvard, que fica no mar: ouro, prata, estanho, bronze, um caldeiro de bronze, roupas de linho com ornamentos de muitas cores (ROAF, 2006, 159).

As armas e sacrifícios são evocados nos variados documentos assírios, quer dizer, nas inscrições e nos relevos em pedra. A explicação para isto não é simples, na verdade é uma denotação de algo muito profundo se levar em conta os fatores culturais, ou seja, não havia um distanciamento claro entre o sagrado e o mundano. Isto significa que os deuses ocupavam um lugar muito especial no cotidiano dos assírios e dos antigos em si. É quase inimaginável conceber o povo antigo ou as campanhas bélicas separados das divindades. É claro que não podemos limitar nossa visão, diante dos assírios, tratando seus desejos e ambições como ligados exclusivamente aos deuses. Mas, seu papel sem dúvida era importante.

A extensão territorial, no governo de Assurnasirpal II, não foi à única mudança vigente. Durante o século IX a.C. este transfere a antiga capital para *Kalhu*⁴. O então chefe político começou o que seria repetido por governantes futuros, à reconstrução de templos e palácios. O governo de Shalmaneser III (858 a.C. – 824 a.C.), filho de Assurnasirpal, se caracterizou, em parte, por práticas militares e neste aspecto permanecera semelhante às ações do reinado anterior. Shalmaneser III teve bastante dificuldade em lograr êxito, principalmente, se pensarmos nas constantes tentativas de ofensiva contra o mesmo lugar. Estados como Bit Adini (liderado por Ahuni), Damasco (liderado por Hadad-ezer), egípcios, árabes formando coligações, foram difíceis obstáculos para o soberano assírio. Os estados até então referidos decidiram pagar tributos a Assíria ao invés de continuar em guerra (Ibidem, p. 165).

As crises que derivaram de tensões como aconteceriam muitos anos depois ressaltam fragilidades que existem em qualquer civilização. As dificuldades enfrentadas no período de Shalmaseser III reapareceriam em outros reinados, o que desmistifica uma supercategorização de um povo inteiro como somente belicista. Mas, certamente, podemos

⁴ A primeira capital da Assíria se chamava Assur, contudo, não foi à única sede ao longo dos séculos.

afirmar que o cenário bélico assírio conquistara um valor distinto, principalmente, durante e após o século VIII a.C.

O caráter armamentista assírio foi um diferencial se comparado a outras nações que os circuncidavam, precipuamente, se levarmos em conta o século VIII a.C., período de ascensão do rei Tiglath- Pileser III (744 a.C. – 727 a.C). Depois de uma fase de desagregação, algumas reformas foram empreendidas pelo então governante, reformas militares e do próprio estado. Reformulou o exército, contando com mercenários em suas tropas, além dos carros de guerra, que aparecem com frequência nos relevos em pedra. O autor Luiz Alexandre Solano Rossi (2008) nos apresenta em “Cultura militar e de violência no Mundo Antigo” um exemplo desse maquinário assírio.

Desejoso por estender seu território, provocou uma revolução na técnica de guerra: nos carros de combate substitui as rodas de seis raios por outras de oito, mais resistentes; também passou a empregar cavalos de reposição, que permitiam maior rapidez e liberdade de movimentos; equipa os cavalos com armaduras e a infantaria com botas (ROSSI, 2008, p. 46).

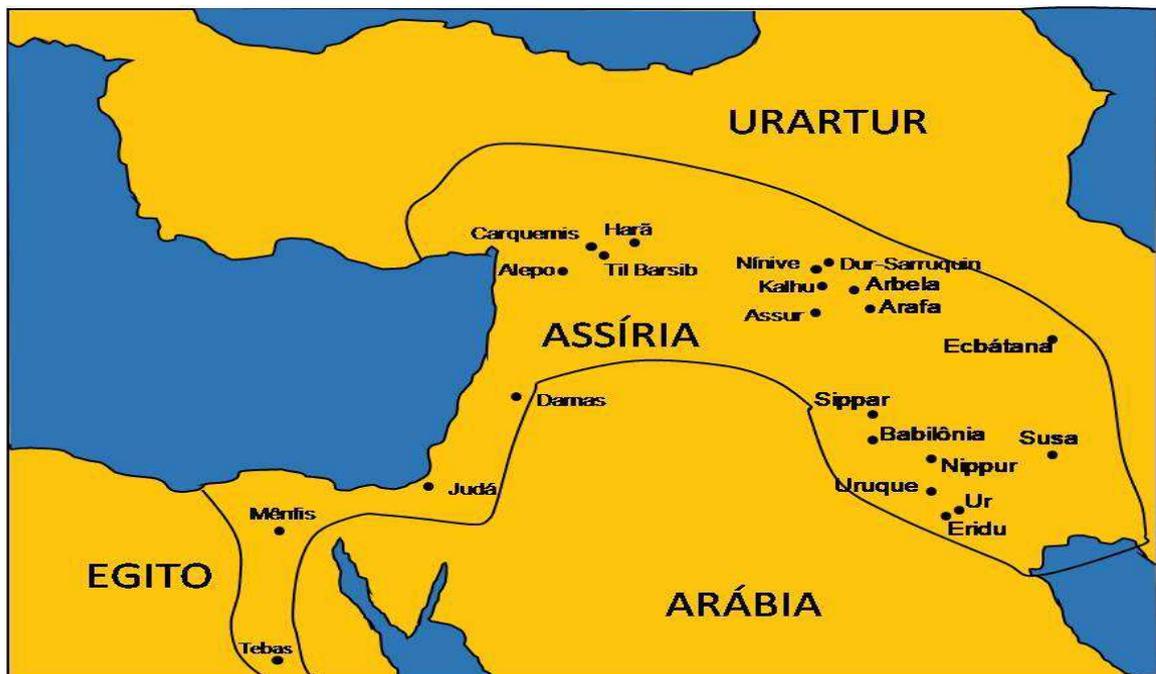
A ênfase na questão armamentista faz parte da *política religiosa frontal*, e a expansão territorial é um dos resultados deste aspecto cultural. O desenvolvimento do aparato bélico foi essencial para o crescente número de vitórias contra os possíveis inimigos. Vale ressaltar que Tiglath-Pileser III estendeu suas relações para além do rio Eufrates, fora dos limites considerados habituais pelos assírios (ROAF, 2006, 176). Podemos entender esta questão, não somente como um mecanismo de controle interno ou extraterritorial, político administrativo, mas, como uma extensão do fator cósmico e simbólico igualmente. Não devemos esquecer que a antiga capital se chamava Assur, e também era o nome do deus da justiça e guerra, cultuado pelos assírios, divindade na qual o povo assírio depositava sua devoção.

No ano de 722 a.C. Sargão II é nomeado rei, e durante o seu reinado a Assíria exerceu seu poderio contra nações vizinhas como Urartu. A oitava campanha de Sargão desferiu um grande golpe em Urartu, e, por sua vez, conseguiu ocupar algumas cidades influentes. A capital, Turushpa, não foi atacada, por ser bastante perigosa (NIKIPROWETZKY; GARELLI, 1982, p. 99). Mas, as poucas cidades ocupadas sentiam o peso dos tributos, e foi através dos impostos lançados aos vizinhos derrotados que a armada assíria era fortalecida (ROAF, 2006, p. 181).

No século VII a.C, o domínio estabelecido pela Assíria já englobava a região da Suméria, próximo ao Golfo Pérsico, uma pequena parte da Anatólia, Próximo ao Mar

Mediterrâneo, se estendendo até Tebas no Egito faraônico. As campanhas militares rumo ao Egito se iniciaram no reinado de Essaradão (680 a.C. – 669 a.C.), e no decurso deste recorte temporal os egípcios eram governados por Taharqa. Esse faraó era da 25.^a dinastia, o mesmo pertencia ao reino de Kush, na antiga Núbia, hoje conhecido como Sudão. A Assíria não estabeleceu, até onde sabemos, influências significativas no território egípcio (LECLANT, 1983, p. 279). Podemos perceber a extensão territorial assíria durante o século VII a.C. na figura 3.

Figura 3: Extensão territorial do Império Assírio no século VII a.C.



Fonte: Adaptado POZZER, 2014, p. 111.

O mapa da figura 3 ilustra a extensão territorial assíria durante o reinado de Essaradão e Assurbanipal. O primeiro, derrotado inicialmente pelo exército de Taharqa reagrupou-se e posteriormente conseguiu conquistar Mênfis (cidade egípcia localizada no norte, próximo ao delta do Nilo). Seu filho, herdeiro do trono, Assurbanipal II (669 a.C.), depois da sucessão continuou o que seu pai havia começado, reconquistou territórios perdidos por Essaradão, derrotando o núbio Taharqa (NIKIPROWETZKY; GARELLI, 1982, p. 100). Os assírios estenderam-se até Tebas, que foi saqueada, e seus tesouros levadas até a nova capital da Assíria, Nínive.

Observamos que o poderio militar era uma importante extensão da realidade assíria durante os séculos IX a.C. até VII a.C., e que além das vitórias, grandes dificuldades surgiam, bem como, as derrotas como era de se esperar. Acreditamos que parte da

compreensão dos assírios, diante dessa realidade, seria conceber a guerra como uma forma de alcançar o equilíbrio, entre o que é do homem e o que é dos deuses. A relação da divindade para com o rei era similar à relação do rei para com seus funcionários, um servo. E cabe a Assíria se estender e conquistar. Para compreendermos a importância do belicismo precisamos esclarecer o que seria a guerra, e o simbolismo religioso intrínseco à questão. Em um hino⁵ dedicado ao deus *Assur*, por Assurbanipal, podemos observar o valor dado à divindade pelo rei.

1. O muito grande, o proeminente entre os deuses, o que sabe tudo;
2. O venerável, o notável, o Enlil dos deuses, o que decreta os destinos
3. Assur, o grande senhor, o que sabe tudo,
4. O venerável, o notável, o que sabe tudo,
5. Que eu enalteça Assur, o todo-poderoso, o proeminente entre os deuses, senhor dos países.
6. Que eu exalte a sua grandeza e torne esplêndido o seu louvor.
7. Que eu exalte a reputação de Assur e enalteça o seu nome.
8. Que eu invoque o todo-poderoso e louve o seu horóismo.
9. Para mostrar ao mundo que há-de vir, que eu revele o deus que habita o É. SÁR. RA⁶, Assur, o que decreta os destinos.
10. O competente, de vasto entendimento, sábio dos deuses, nobre [...]
11. [...] Assur, cuja ordem chega longe,
12. [...] Cujas palavras não podem ser alteradas, cuja ordem permanece firme.
(CAMELO, 2007, p. 166-167).

O hino externa aspectos importantes para se conhecer a ligação entre o deus e o rei que resultaria na extensão da sua vontade. No 1º, 3º e 4º ponto, podemos observar em itálico a frase “*o que sabe tudo*”, Assur é, portanto, portador de uma vasta sabedoria. No 2º e 9º ponto é destacado “*o que decreta os destinos*”, ou seja, de acordo com a inscrição as ações do rei eram baseadas na vontade de Assur, suas guerras e vitórias já haviam sido proferidas por Assur. No 9º ponto é dito “*ao mundo que há-de vir*”, os territórios que serão conquistados e ordenados; e os pontos finais reforçam essa ideia. Os pontos 11 e 12 ressaltam “*cuja ordem chega longe*” e “*cuja ordem permanece firme*”. A estabilidade é a vontade de Assur realizadas nas ações do rei e nação, estendendo suas fronteiras e controlando-as. E sobre o epíteto “*o senhor dos países*” Francisco Caramelo (2007) acentua o seguinte.

‘o senhor dos países’. Este epíteto define Assur como um deus cuja soberania é universal. Nesse sentido, estabelece-se um programa e compete ao rei terreno concretizar, em nome da divindade, esse domínio sobre todas

⁵ O documento é chamado de K 3258, sua versão transliterada está em Alasdair Livingstone, *Court Poetry and Literary Miscellanea*, Helsinki. CAMELO, 2007. Para obter acesso ao link do texto pesquisar na bibliografia

⁶ O templo mais importante de Assur.

as terras. O mundo pertence, por direito, a Assur e ao rei assírio (CAMELO, 2007, p. 170).

Dessa forma as campanhas militares, ou seja, a guerra é apenas uma faceta de algo mais extenso, integrado a *política religiosa frontal*. Contudo, é extremamente improvável que uma civilização se desenvolvesse apenas segundo o conflito. O propósito deste tópico é acentuar a importância do belicismo na composição cultural assíria. É claro que apenas o conflito não pode explicar tudo sobre um povo, por ser uma pequena expressão desta civilização. O último termo destacado no início deste capítulo também faz parte deste quadro, *o mundo simbólico*, que ao mesmo tempo pode abordar *política religiosa frontal* de forma representativa. Dizemos que é uma convergência de aspectos necessários e que constroem a identidade assíria. A análise de imagens seguindo a perspectiva metodológica de Erwin Panofsky nos permite visualizar o passado através das imagens, e, para isso, estudaremos os relevos em pedra. Antes de darmos início as análises iconográficas e iconológicas, necessitamos saber o que é afinal um relevo em pedra.

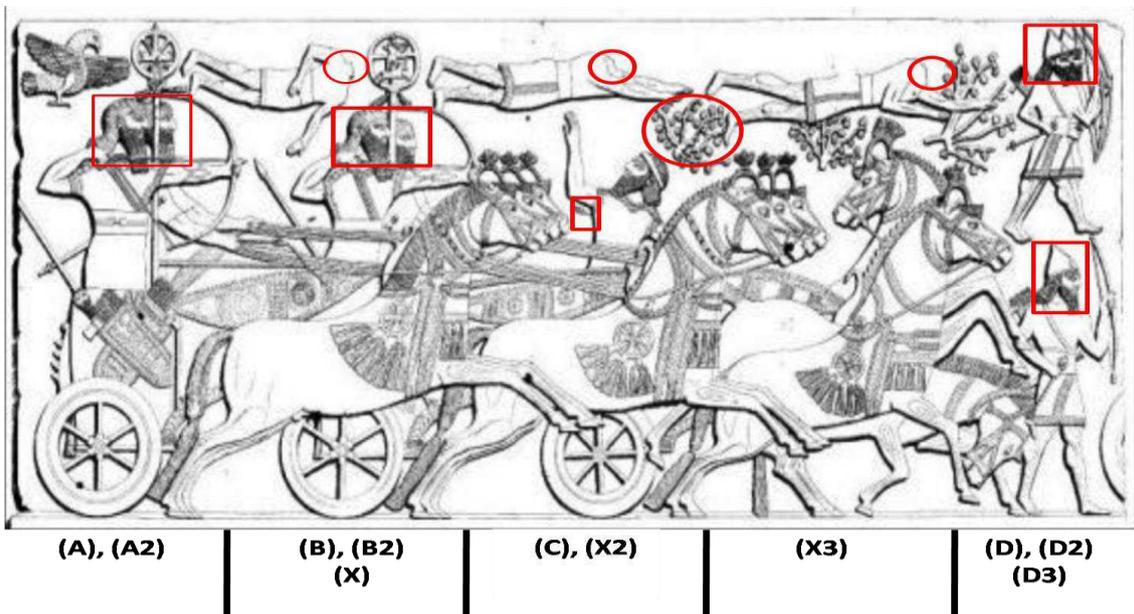
2.3 A natureza dos relevos em pedra

Os assírios buscaram aproximar-se das regiões que lhes fornecessem o que precisavam, que pudessem se tornar rotas comerciais, com isso, criou-se uma rede de informações. Estes procuravam por áreas que garantissem a construção de canais, e as áreas montanhosas que lhes permitissem extrair pedra, pois, os projetos de desenvolvimento urbano necessitavam de recursos em larga escala (RANIERI, 2018, p. 54). É fato que o material foi utilizado não só para edificar templos, palácios ou estátuas, mas, para a produção de esculturas dentro dos palácios. Os relevos em pedra eram esculpidos em murais nas paredes da sede real. As confecções das esculturas eram produzidas a partir do mármore do Mosul, um material de grande importância, possuindo variações de cinza para branco. Os relevos são detalhados por palhetas variadas de cores, branco, preto, azul e vermelho (TAKLA, 2008, p. 143).

Geralmente, os relevos retratam cenas de guerras, mas, não são as únicas retratações existentes. Havia relevos destacando jardins, animais, caçadas, momentos de descanso e imagens de desmembramento humano. A documentação, portanto, é de caráter imagético, portadora de conteúdo, um texto em forma de imagem. A seguir podemos observar as descrições dos documentos primários e entender seu significado.

2.4 Descrições dos relevos em pedra: expansionismo e guerra

Figura 4: Expansionismo e guerra: Assurnasirpal II



Fonte: Adaptado POZZER; SANTOS, 2012, p. 210.

2.4.1 Tema primário ou natural

A figura 4 foi dividida em colunas, como podemos observar abaixo, para melhor compreensão do documento. A imagem protagoniza os soldados assírios. 11 sujeitos são visualizáveis no enquadramento. Na primeira coluna, contada da esquerda para a direita, notam-se dois soldados, dito isto, o soldado (A) oculta o soldado (A2) pelo posicionamento vigente, um sobreposto ao outro. Portando arco e flechas, gesticulando um movimento de disparo. Na segunda coluna é possível visualizar, além dos indivíduos (B) e (B2), o sujeito (X) abatido em meio à batalha, decapitado. Esse elemento se repete nas colunas três e quatro. E na última coluna os soldados (D), (D2) e (D3), armados com arcos e flechas.

Na coluna inicial é possível notar um elemento importante, as bigas. Esses veículos eram ferramentas de batalha excepcionais, causando um estrago considerável em tempos de guerra. Os animais existentes na imagem são compostos por nove cavalos e uma ave. Há também a presença de vegetação na coluna três (circulada de vermelho), quatro e cinco. Trata-se de um momento clímax da batalha, havendo guerreiros mortos (decapitados) e atingidos por flechas. A vegetação não está em seu formato natural, está lançada ao chão, pisoteada, o que nos remete ao movimento das tropas. O gesto corpóreo dos soldados é claro, não se trata de uma luta finalizada, mas de algo que está acontecendo. Em suma, a imagem é

formada por soldados, animais (cavalos e aves), plantas destruídas, bigas, armas (arco e flechas), cadáveres, trajes de combate, elmos, cintos, tiara, adereços para os equinos, estandartes.

2.4.2 Tema secundário ou convencional

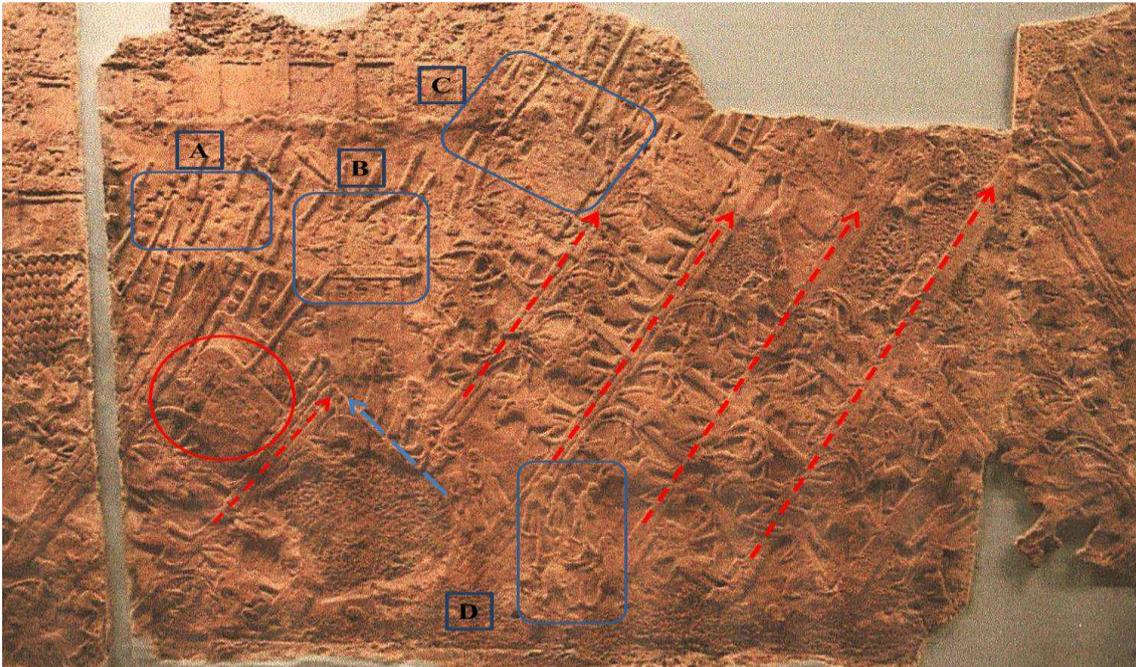
A alegoria presente neste relevo é algo que acaba sendo comum em diversas imagens, isto é, os elementos existentes, tais quais, os soldados, os carros de combate, as armas, as decapitações e o posicionamento de todos os caracteres indicam um evento que está acontecendo no “agora” da imagem. Mas, a decapitação e a ave⁷, especificamente, podem ter um significado mais profundo. A alegoria desta imagem é a extensão que o império assírio pode atingir a partir da *política religiosa frontal*.

2.4.3 Significado intrínseco ou conteúdo

O relevo acima é do rei Assurnasirpal II (883 a.C.-859 a.C.). O significado intrínseco é a batalha em si como uma disparada eficiente, poderosa, como uma tempestade que derruba tudo que está em seu caminho, pois, existe um elemento nesta imagem que traduz tal ideia, o cenário. A vegetação pisoteada e os inimigos derrotados. São duas formas de externar um avanço bem sucedido, e o quão longe o exército assírio pode chegar, ou seja, expandindo-se cada vez mais, porque essa era a vontade de Assur “*o que decreta os destinos*” e “*o senhor dos países*”. Outro ponto interessante nesta imagem é o desmembramento humano que será aprofundado no capítulo três. A decapitação possuía um sentido simbólico ritualístico que remonta, não somente, às grandes aventuras do rei Gilgamesh, como também a vontade dos deuses. Há um grande evento que permeia não só o espaço mundano, mas, o espaço cósmico também. A expansão, a conquista, as formas de administração, a guerra são partes de um todo cultural, do universo de significados intrínsecos à cultura assíria.

⁷ O símbolo da ave é mais aprofundado na análise da figura 6.

Figura 5: O cerco de Laquish (704 a.C. – 681 a.C.) Palácio de Nínive



Fonte: Adaptado AMIN, 2017, p. 10.

2.4.4 Tema primário ou natural

Na figura 5 podemos observar um número maior de soldados assírios em destaque. Os traços vermelhos realçam a existência de uma superfície concreta. Os soldados percorrem a superfície sólida em direção ao objetivo, portando arcos e flechas. O interessante nos tracejados vermelhos (contado de cima para baixo) é no aparato bélico utilizado pelos guerreiros assírios, possui uma aparência similar a uma biga, contudo, obviamente não se trata de uma carruagem, mas, de um objeto de defesa contra flechas, por sua vez, possui uma grande lança no centro do objeto. As formas de contagem das figuras humanas nesta imagem não correspondem ao número total real por se tratar de uma adaptação e pelo documento estar danificado.

Acima na posição central do relevo em pedra uma torre de vigília pode ser vista. Um soldado da maneira como se posiciona, e pela sua expressão corporal, atira flecha contra os invasores da torre de vigilância. Há uma falha na região inferior do relevo o que dificulta a análise da imagem. À esquerda na região inferior podemos perceber a figura de mais guerreiros portando arcos e flechas. A máquina de defesa (ou ataque) circulado de vermelho pode ser mais bem visualizada indo em direção à torre.

No tracejado azulado cinco sujeitos, que parecem ser civis, pelo seu vestuário que difere dos soldados protagonizados pelos assírios. Os cinco sujeitos no centro vestem o que

possivelmente são mantas, ao contrário dos soldados que portam armas e usam elmos. Este elemento inserido na imagem pode ser o aprisionamento dos civis em questão. Na extrema direita, dentro do quadro marcado de azul escuro o posicionamento dos elementos que figuram a marcação é diferente dos demais, quer dizer, todos os indivíduos representados neste relevo estão pisando em solo inclinado, contudo, os três em destaque estão contrastando em termos espaciais, estes não estão inclinados em solo retilíneo, o que pode acentuar a ideia de empalamento⁸. As três pessoas estão elevadas em relação ao solo, e há soldados que utilizam lanças.

O ambiente é outro aspecto importante nesta imagem. Na região superior da figura 5 visualizamos os destroços do que poderiam ser muros, obstáculos ou qualquer outro objeto que tenham colocado diante do exército assírio. Pela forma como se comportam na imagem os soldados estão em enfrentamento direto contra seus inimigos, disparando flechas, utilizando aparatos bélicos, e, finalmente, prosseguindo adiante, avançando.

2.4.5 Tema secundário ou convencional

A estória/alegoria da figura 5 não se difere totalmente se comparada à anterior. Externam as consequências do avanço do exército assírio diante da política religiosa frontal, o que resulta em inimigos derrotados. Os elementos soldados, armas, empalamento dos inimigos, civis (cativos), cenário de destruição inseridos em um mesmo contexto fortifica esta ideia. A o contrário da imagem anterior esta nos mostra o aprisionamento de pessoas.

O aprisionamento desses indivíduos parece-nos coerente, se levar em conta o histórico destes casos na história assíria, e, no geral, mesopotâmica. Geralmente na Mesopotâmia os prisioneiros eram feitos escravos (CARDOSO, 1984, p. 32), ou no caso dos assírios, deportações em massa de populações inteiras (CARDOSO, 1991, p. 51). Existem muitos relevos assírios que representam as deportações, ou os aprisionamentos dos derrotados.⁹ Em suma, a alegoria também ressalta o estender dos domínios de Assur.

2.4.6 Significado intrínseco ou conteúdo

A figura 5 é uma representação da batalha de Laquish, do rei Senaqueribe, encontrada no palácio de Nínive. Esta imagem nos transmite, assim como a anterior, um

⁸ É uma técnica de tortura, ou de execução, que consistia na perfuração do corpo por uma estaca.

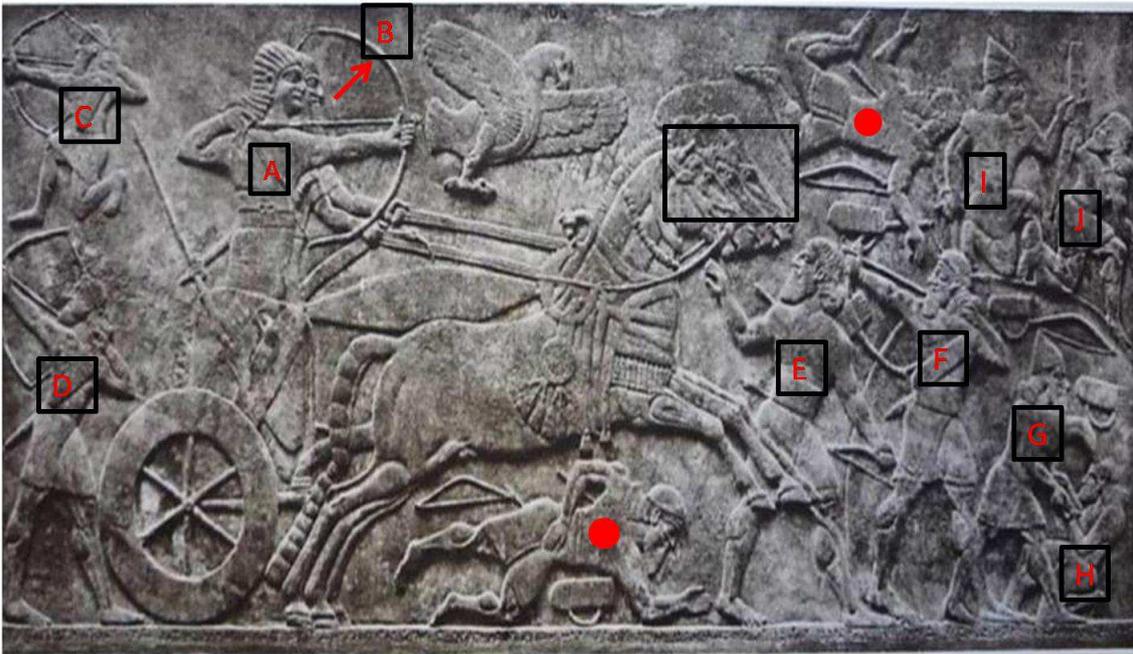
⁹ Para encontrar os relevos com temática de deportação, rendição e prisioneiros ver ROSSI, 2008. O acesso completo na bibliografia.

cenário de destruição. Mas a desordem é visualizada por nós, automaticamente, como literal, isto é, pelo que pode aparentar sobre o ponto de vista de uma observação limítrofe. Não se trata da desordem em si, mas, da busca pela estabilidade que só será atingido quando o território se tornar domínio assírio, porque a ordem de Assur, “[...] *chega longe*”. O contexto histórico nos permite dizer que esta era parte da política religiosa de Senaqueribe, o mesmo destruiu a Babilônia durante o século VII a.C. Pouco tempo depois as relações entre assírios e babilônios se pacificaram com a coroação de Essaradão. Ao abordar a *política religiosa tratativa* imaginar um campo de batalha e a destruição que advém dela não nos parece inadequado.

Mas, é preciso lembrar o seguinte, os acontecimentos retratados nos relevos não se deram exatamente daquela forma, porque é uma representação. A guerra é uma faceta cultural com um sentido além do escárnio, além da convenção, além do pragmatismo político, e por ser uma faceta possui grande importância, mas, não podemos deixar que este elemento, por si só, ofusque os outros. As cenas de guerra retratadas nos relevos em pedra são partes dos registros deixados pelos antigos assírios. Cada relevo pode, por sua vez, externar um significado, às vezes semelhantes, às vezes díspares. Há sempre um sentido além do aparente.

O nosso trabalho, portanto, pretende evidenciar uma cultura que aparentemente estaria morta, de repensar e reelaborar um tempo que aparentava estar inerte (PANOFISKY, 1955, p. 44) Ora, seriam os relevos em pedra uma fonte documental inerte? Certamente não. As representações pictóricas, artísticas são uma expressão do nosso imaginário, dos nossos sentimentos ou até mesmo de interesses ocultos. Existe algo a ser revelado ao indivíduo que vislumbra uma obra, uma mensagem em símbolos pictóricos, algo enraizado nesta cultura, que se molda além do conflito, porém, o conflito faz parte dela.

Figura 6: Assurnasirpal II, a campanha contra Urartu



Fonte: Adaptado SILVA, 2016, p. 35.

2.4.7 Tema primário ou natural

A figura 6 é composta por doze soldados. O guerreiro (A) porta um arco e flecha, o modo como usa o arco transmite um movimento de disparo. O guerreiro (B) puxa as rédeas dos cavalos, ou seja, os controla. O sujeito (C) também é um portador de arco, assim, como o (D), (E) e (F). Os sujeitos (C), (D), (E), (F), (H) e (J) estão em posições diferentes se comparado ao (A), (B), (G) e (I).

Dois guerreiros, pontuados de vermelho, foram atingidos por flechas e soltaram seus arcos. Pela maneira como caíram os soldados pontuados de vermelho foram atingidos por guerreiros que surgiram de trás. Há a existência de três cavalos e um pássaro. Para identificar a quantidade de cavalos basta se atentar aos olhos que são três, sobrepostos um ao outro. O modo como os personagens se portam na imagem transparecem um momento clímax do conflito, quando já há o contato físico.

2.4.8 Tema secundário ou convencional

Os soldados (A), (B), (G) e (I) compõe o exercito assírio, triunfando sobre os rivais, enquanto que (C), (D), (E), (F), (H) e (J) pode se tratar dos inimigos advindos de Urartur. A ideia de rivalidade se torna nítida pela contraposição entre os sujeitos compostos no campo de batalha, um diante do outro, e pelos diferentes trajes que usam. Assim como a

imagem anterior esta também exalta o processo de expansão, de triunfo e dominação como estória/alegoria. Para reforçar ainda mais tal perspectiva, os animais podem ser um importante meio de representar um poder vigilante, protetor e que destrói o oponente. Em suma, a estória/alegoria pode ser entendida como a capacidade do exército assírio de avançar, quer dizer, o seu poder exaltado em uma grande disparada. O pássaro pode possuir um significado mais amplo, talvez uma alusão a um rei, divindade ou ao próprio exército assírio.

Alguns autores, como a historiadora Kátia Maria Paim Pozzer (2010) identifica a ave na figura quatro como um carniceiro, ou seja, um abutre (POZZER; SANTOS, 2012, p. 210), uma criatura que naturalmente se alimenta dos restos. A ideia é intensificar a visão de carnificina provocada pelo exército assírio no campo de batalha, exaltando um discurso de brutalidade, terror e crueldade nas guerras. Levando em conta este pensamento o pássaro representado no relevo em pedra de Assurnasirpal pode ser um abutre. Contudo, a ave em questão pode possuir um significado ainda mais profundo, dito isto, o que poderia significar?

2.4.9 Significado intrínseco ou conteúdo

O relevo em questão é uma representação da campanha contra a região de Uratur¹⁰, no período de Assurnasirpal II. Diferente da figura 5, que nos revela um cenário destruído, a figura 6 nos apresenta apenas a presença dos soldados, sendo estes, assírios armados, rivais armados e animais. Entre estes, a ave pode possuir um papel de suma importância. O ambiente da imagem em si não nos diz muito, entretanto, o cenário é bélico, há inimigos mortos e os assírios em esplendor.

A mensagem pode ser percebida pelos elementos já citados, mas, principalmente pelo posicionamento dos personagens envolvidos. Assim como a figura 4, os guerreiros assírios constroem sua investida¹¹ usando bigas e se direcionando para um determinado lugar. Por haver a presença das carruagens de guerra, entende-se uma noção de força capaz de superar qualquer barreira e de alcançar qualquer lugar, sendo assim, um ataque rápido e poderoso.

Dissemos que o pássaro pode possuir um sentido complexo no plano geral da imagem, pois observando os traços culturais do mundo assírio podemos dizer que os símbolos são “constantes”, em outras palavras, estes detém muitos significados. Para entendermos

¹⁰ Pode ser visualizado na figura 3, ao norte da Assíria, p. 7.

¹¹ Algo interessante entre as duas imagens é o fato de a investida começar da esquerda para a direita, ou seja, transmite-nos a ideia de um estilo artístico.

melhor seu possível sentido, devemos conhecer as transformações da arte assíria para darmos a devida importância ao seu simbolismo.

Ao longo do segundo milênio até o primeiro milênio houve grandes transformações de caráter artístico. As alterações são observáveis durante o sétimo século do período Neoassírio. A mudança ocorre nos símbolos usados nos monumentos, tais quais pedestais, tabletes e relevos em pedra, que deixaram de expor seres antropomórficos, como os deuses, e substituíram por não antropomórficos, como objetos (carros de guerra), animais e até mesmo a vegetação (ORNAN, 2005, p. 147). As mudanças no estilo artístico se deram não só na Assíria, mas, também em Babilônia. As aves, assim como outros animais, ganharam mais destaque, contudo, geralmente estão acompanhadas de outros símbolos.

A maioria dos elementos visuais - a colina, o arado semeador, a palmeira naturalística, o quadrado com cantos circulares, o adorador (real) e a mitra com chifres em um pedestal (pedestal?) também aparecem em três prismas de argila de Essaradão, que relata as atividades de construção do rei na Babilônia. Alguns desses elementos - um adorador real, um touro caminhando, um arado semeador e uma árvore naturalista (figueira) combinada com um pássaro e um leão caminhando - também aparecem em painéis de vidro das fachadas do templo de Sargão em Khorsabad. Com base em uma referência a Essaradão em um dos prismas acima, esses elementos visuais foram entendidos pelos estudiosos como sinais específicos usados para escrever o nome do rei [...] Alguns desses signos astrológicos também funcionavam como símbolos divinos, servindo assim a um propósito duplo. Isso destaca o papel multifacetado dos emblemas antigos, que devem ser interpretados como se referindo a várias funções e significados simultaneamente (ORNAN, 2005, p. 147, tradução nossa).¹²

Se abraçarmos a concepção de que os sinais nos relevos em pedra são possuidores de significado, podemos abrir um leque de interpretações, sendo assim, outros sentidos poderiam ser revelados a partir dos símbolos em questão. A figura 6 não nos mostra árvores ou leões, tampouco mitras¹³, porém, dois elementos estão em destaque, os carros de combate e uma ave no centro. Estes desenhos esculpidos na mesma imagem enfatizaria a noção de comunhão no campo de batalha, entre o divino e o mundano. O primeiro elemento, a biga, externa sua função em períodos de guerra. Um instrumento de combate movido a cavalos,

¹² “Most of the visual elements-the hill, the seeder plow, the naturalistic palm tree, the square with circled corners, the (royal) worshipper and the horned-mitre-on-a-pedestal also appear on three clay prisms of Esarhaddon, which report the king's building activities in Babylon. Some of these elements-a royal worshipper, a striding bull, a seeder plow, and a naturalistic (fig) tree combined with a bird and a striding lion-also appear on glazed panels of temple facades of Sargon at Khorsabad. Based on a reference to Esarhaddon in one of the above prisms, these visual elements were understood by scholars as specific signs used for writing the name of the king [...] some of these astrological signs also functioned as divine symbols, thus serving a dual purpose. This highlights the multi-faceted role of ancient emblems, which are to be interpreted as referring to various functions and meanings simultaneously”. Citação original.

¹³ Item utilizado por um rei ou divindade. Era colocada sobre cabeça.

certamente, tinha utilidade sem precedentes, rápido, eficaz e destrutivo. O segundo elemento é bastante intrigante. Voltando a pergunta inicial, qual poderia ser o papel da ave nas figuras 4 e 6?

Nas duas imagens a ave está próxima aos carros de combate, sempre com as asas abertas acima ou ao lado dos soldados assírios como se estivesse sobrevoando a cena de combate, fortalecendo-os. Tal pássaro pode ser um predador do topo da cadeia alimentar, emitindo força, poder. Se analisarmos em termos bélicos, o predador se ajusta ao poder idealizado e direcionado ao deus da guerra assírio Assur, como já foi descrito nos versos. Um ser aéreo com garras poderosas que agarra suas presas e as destrói. Seria este pássaro uma águia? Ora, algumas inscrições que remontam à época de Essaradão exaltam esse imaginário, de uma criatura alada que expande suas asas e para longe empurra seus inimigos.

Não demorei (nem mesmo) um ou dois dias; Não esperei pela minha infantaria; Não inspecionei a retaguarda; Não supervisionei uma revisão dos cavalos das carruagens e do equipamento de batalha; Não fiz um estoque de provisões para minha campanha. A neve e o frio do mês de Sabatu, a severidade do inverno, não temi; como uma águia alada, abro minhas asas para afastar meus inimigos. Apesar das dificuldades, rapidamente peguei a estrada para Nínive (PORTER, 1993, p. 25. Tradução nossa).¹⁴

A intenção de mencionar uma ave de rapina de grande porte nos induz a pensar que não havia poderio mais eficaz, no campo de batalha, que o assírio. A extensão que asas da Águia se abrem se estendem também os domínios de Assur, e não menos importante o acréscimo à influência do rei para com seus subalternos. Possuindo aquilo que é seu, pois, esta é sua vontade. Além disso, o que mais poderia significar?

Proteção? Os símbolos ligados à proteção se relacionam piamente com a devoção, e nas batalhas, nos cercos, na guerra seria justo pensar em algo que pudessem protegê-los dos seus inimigos, que os distanciasse do desconhecido, do inframundo. Eis um aspecto de grande importância, a morte. Um conceito recorrente e que atinge a todos, principalmente no confronto entre exércitos, pois se havia algo que pudesse ser realmente assustador, talvez fosse o perecimento. Na Mesopotâmia, o conceito de “fim” era diferente se comparássemos com seus vizinhos egípcios, que vislumbravam a morte como um caminho, uma fase da vida, uma espécie de renascer pelo qual aguardavam e se preparavam. Os mesopotâmicos, ao

¹⁴ “I did not delay for (even) one or two days; I did not wait for my infantry; I did not inspect the rear guard; I did not supervise a review of the chariot horses and battle equipment; I did not lay a stock of provisions for my campaign. The snow and cold of the month Sabatu, the severity of the winter, I did not fear; like a winged eagle, I spread my wings to thrust aside my enemies. Despite the difficulties, swiftly I took the road to Nineveh ”. Citação original.

contrário, viam-na como algo negativo, algo amedrontador. Receavam aquilo que era oculto e invisível (SANTOS, 2014, p. 110).

O medo da morte é algo que faz parte da cultura mesopotâmica, na Epopéia de Gilgamesh o rei de Uruk parte para uma jornada em busca da imortalidade, como uma fuga de um fato que o próprio Gilgamesh temia, a morte. Tais símbolos poderiam então enfatizar proteção contra o miasma do inframundo. Todavia, se emitissem o sentido protecionista, seriam os soldados assírios nas figuras quatro e seis protegidos por quem? Antes de falarmos sobre quem poderia ser, é necessário continuarmos discutindo sobre ao protecionismo em si.

A ideia de proteção, porém, se enfraquece ao nos confrontarmos com outras concepções, como a conquista, a força bélica, a força de sua divindade. Os relevos assírios caracterizam sua nação como poderosa, sem obstáculos, as cenas representadas relatam vitórias dos exércitos e reis, emitindo então uma ideia de guerras vencidas e dos inimigos conquistados. Como, portanto, precisariam de proteção? O discurso se tornaria contraditório. Isso, obviamente, se traduz enquanto um mundo representativo. Não acreditamos ser exagero algum pensar nas alternativas mais sensíveis, o medo, a dor, a necessidade de buscar se proteger.

Na primeira citação deste tópico Ornan (2005) destaca a utilização de aves combinado com outros símbolos como a descrição de reis ou até deuses. Se porventura, o pássaro em questão estiver simbolizando um deus que protege seus guerreiros? Qual divindade seria esta? O poderoso Assur? Dada à forma como este deus é sempre citado nos documentos assírios, como no hino observado anteriormente, e em outros diversos registros, exaustivamente exaltado, ser representado por uma águia não seria tão improvável. Em termos comparativos, levando em conta os atributos de ambos, a águia é uma poderosa criatura dos céus, não existe em seu habitat natural outro animal mais forte, o mesmo para Assur “*o proeminente entre os deuses*”.

A águia é dotada de uma visão que alcança quilômetros de distância¹⁵, no seu horizonte “tudo enxerga”, e Assur é detentor de uma vasta sabedoria e “*cuja ordem chega longe*”. É possível ser uma ave poderosa simbolizando uma divindade, paralelo aos carros de combate externam um ideal poderoso e expansivo, tal qual a Assíria dos séculos IX a.C á VII a.C. período de formação do império.

As campanhas militares nos revelam que os assírios continuavam a se expandir, e estes não agiam solitários a mercê das próprias vontades exclusivamente, mas, pela

¹⁵ É improvável igualmente que os antigos tivessem esse conhecimento.

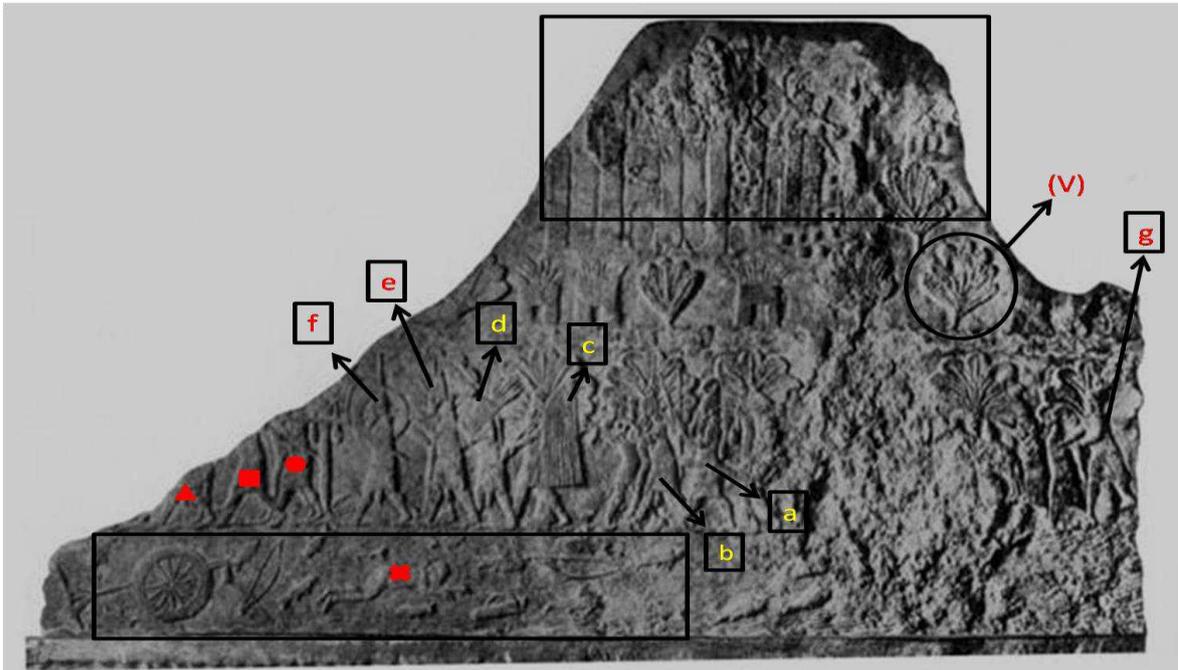
congregação do sagrado e terreno. A vontade de Assur “*Cuja ordem permanece firme*” e da realeza como uma interdependência entre ambos, tal vontade se transpôs nos relevos. A política, a religiosidade, o mundo simbólico exteriorizada em relevos se integram a uma só esfera, o espaço cultural assírio.

A temática envolvendo a guerra sempre se manteve viva, precipuamente quando se estuda a Mesopotâmia, porém nos relevos assírios há uma maior descrição a respeito. Para Marcelo Rede (2018) não resta dúvida que os assírios fizeram dos relevos uma forma de discurso, principalmente na valorização do cenário expansionista (REDE, 2018, p. 89). Cenário este que perdurara do século IX a.C. até o século VII a.C., com o empoderamento babilônico e a crise do império assírio. Ao longo deste período a guerra e a expansão fizeram parte do corpo artístico Neoassírio.

Os relevos em pedra enfatizam o imaginário da época, a construção simbólica de como os reis deveriam se comportar face ao mundo que os cercavam, um mundo de senhores e servos, um mundo de divindades e homens. Como, portanto, falar das imagens neoassírias sem destacarmos a importância do belicismo inerente à *política religiosa frontal*. O conflito físico não integra todo o espaço cultural assírio, no entanto, faz parte deste universo.

A supervalorização desta, porém, tende a ser uma visão problemática à medida que ofusca a importância de outros fatores essenciais na construção de um quadro complexo. A interdependência de variados elementos ressalta como uma nação passa por momentos de estabilidade, de instabilidade, ou seja, as oscilações que qualquer império na história da humanidade foi fadado. Eis, enfim, o desenvolver de uma proposta multifacetada.

Figura 7: Destruição da cidade elamita Khamanu pelos soldados assírios



Fonte: Adaptado HASEL, 2008, p. 79.

2.4.10 Tema primário ou natural

A figura 7 é composta por nove sujeitos¹⁶ visíveis. O sujeito (a) possui a estética de um soldado, possuindo elmo, e, provavelmente, portando um instrumento de combate, como uma lança ou um arco. O sujeito (b) também é um guerreiro, possui os mesmos ornamentos e vestimentas, assim como, o (b²) ocultado pelo soldado assírio (b). Os combatentes (c), (d), (e) e (f) também possuem tais acessórios militares. Contudo o sujeito (c) carrega nas costas o que pode ser um escudo, nesta imagem é o único que carrega esse objeto. O sujeito (g) não porta nenhum instrumento. Há também três outros possíveis guerreiros assírios, marcados pelos símbolos bola, quadrado e triângulo, preenchidos e contornados de vermelho, porém, infelizmente incompletos pelo dano no relevo.

Há a presença de outros elementos na imagem, tais quais, plantas (marcadas de 'V' para vegetação) e constructos. A vegetação segue um padrão, pequenas palmeiras, se repetindo por todo o relevo. No quadro abaixo podemos observar restos de uma carroça, armas e um guerreiro abatido. No quadro acima é possível enxergar o que pode ser uma construção destruída, mas, pode ser ilusório igualmente pelos danos visíveis no relevo em pedra. Pelo posicionamento dos personagens, pelo modo como se movimentam, e pelos os gestos observáveis, trata-se de um momento pós-clímax. Ao contrário das imagens anteriores, onde os soldados empunhavam seus arcos e disparavam flechas, este, por sua vez, revelam

¹⁶ É possível haver mais, contudo, pelo grau elevado de danificação não podemos trazê-los a luz.

soldados enfileirados caminhando rumo á um lugar com suas armas em repouso. Do combate provavelmente acabara restando apenas à destruição.

2.4.11 Tema secundário ou convencional

Ao contrário das imagens até então analisadas, esta se difere da seguinte forma. Trata-se de um momento que já aconteceu, e as evidências são soldados enfileirados com armas em repouso, objetos destruídos e um soldado abatido indicam um momento após a batalha. O que sobrou, portanto, foi o ordenamento dos assírios sobre seus rivais. A estória/alegoria desta imagem é a força destrutiva do exército assírio, o poder.

2.4.12 Significado intrínseco ou conteúdo

O conteúdo do documento pictórico acima não se difere em essência das imagens anteriores, por se tratar, obviamente, de guerra. Se nos relevos anteriores representavam momentos no “agora” da imagem, na figura 7 representa-se o “após”. O significado se torna claro ao entendermos que o período Neoassírio nos apresenta um contexto cultural expansivo, a formação do império, a disputa contra os elamitas, na cidade de Khamanu, se situa nessa época. O significado intrínseco pode ser traduzido como uma acentuação do poder bélico do exército do rei Assurbanipal que segue os preceitos da divindade Assur como um modelo a seguir e um plano a se concretizar, a consolidação do império.

Em síntese, sobre o desenvolver deste capítulo, somente ao compreendermos a multiplicidade das coisas conseguimos perceber outras realidades, que não necessariamente são intrínsecas às campanhas militares. É improvável, talvez, falho afirmar que o contato frontal fosse à única medida nas relações entre territórios que consolidassem a manutenção do império. Eis a seriedade da questão ao observarmos outros meios de administração imperial, tal qual, o universo das relações legais por pactos e juramentos de lealdade. Esta perspectiva se adequa a um terceiro termo extremamente relevante; a *política religiosa tratativa*, política porque novamente se trata de organização e administração, religiosa, pois é sagrado e, por ultimo, tratativa por estar ligada a algo factualmente legal. Este conceito se torna mais evidente com no desenvolver do próximo capítulo.

3 CAPÍTULO II - A MANUTENÇÃO TERRITORIAL DO IMPÉRIO NEOASSÍRIO A PARTIR DAS LEIS ASSÍRIO-MESOPOTÂMICAS E DA *POLÍTICA RELIGIOSA TRATATIVA*

O seguinte capítulo busca entender a organização político religiosa do império Neoassírio, de outra maneira, as complexidades culturais e estruturais que subjazem no imaginário do povo assírio. Com isto, focar nas leis assírio-mesopotâmicas é essencial, assim como, o mais importante, a *política religiosa tratativa*. Entende-se tanto o arcabouço de leis quanto os tratados e juramentos “*Adê*” como uma forma de manutenção, organização e consolidação territorial interno e externo. O mais importante é perceber que estes elementos reforçam uma perspectiva que não é totalmente belicista. Os pactos de lealdade externam um universo diplomático, mas também rigoroso o que não os excluem como um aparato extremamente estratégico. Esta abordagem denota, eventualmente, relações pacíficas com seus vizinhos, como a Babilônia, no reinado de Essaradão durante o século VII a.C. Aspectos sociais como a política e a religiosidade, como é de esperar, continuam convergentes na figura do soberano assírio e as variações culturais advindas disto. Todos esses elementos compartilham a mesma importância para entendermos a cultura assíria.

3.1 O ordenamento na Antiguidade

A humanidade ao longo do tempo desenvolveu formas de comportamento que propiciaram a consolidação da sociedade, e parte desse desenvolvimento diz respeito à organização. O aprofundamento das relações humanas derivadas da coletividade propiciou um palco essencialmente fértil para a formulação da estrutura jurídica, política e religiosa. Podemos observar como tão antiga é a necessidade de estabelecer o ordenamento social, contudo, nós somos parte da atualidade.

A política, assim como, o meio jurídico não podem ser tratados como iguais se comparados às características do Estado Moderno, tais quais as divisões de poderes existentes. As relações entre países, as políticas internas, as políticas externas são fragmentos de seu próprio tempo, ou seja, adequados ao seu próprio contexto histórico. Uma comparação entre o presente e o passado pode acarretar em anacronismos desnecessários. A forma, porém, como se dá tal consolidação normativa pode variar demasiadamente tendo em vista as experiências de cada cultura.

No Egito antigo, o faraó estava no topo da organização política, religiosa e ‘judiciária’ sendo ao mesmo tempo governante, juiz maior, e a própria divindade. Os egípcios foram um dos primeiros povos a instituir tribunais, estes estavam especialmente ligados à proteção de sepulturas e de seus tesouros, já que a morte era uma preocupação crucial. O aspecto religioso está estreitamente ligado ao jurídico. Porém, conhece-se muito pouco dos textos legislativos egípcios do “antigo império” (FILHO, 2009, p. 49-51).

Para os gregos antigos havia uma preocupação clara em torno das leis escritas, e o propósito evidente da existência das normas era evitar os abusos de poder e da própria segurança jurídica que pudessem atentar a casa e a cidade. Contudo, o texto legal possuía um caráter secundário se comparado à importância do aspecto dialogal do direito (BORGES, 2011, p.176-177). Em outros casos o caráter místico acaba tomando um espaço importante no processo de organização social, na construção das leis por exemplo.

No período arcaico romano o segundo rei de Roma, Numa Pompílio (que governara entre 717 a.C. à 673 a.C), forneceu à cidade as leis cruciais para a reformulação da religiosidade¹⁷. Mas, não é o rei em si que as cria. Tito Lívio descreve que o rei Numa se encontrava frequentemente com a ninfa Egéria, que o ensinou sobre todas as revelações da religiosidade romana. Sobre a orientação de Egéria nomeou sacerdotes com a função de serem representantes dos deuses Júpiter, Marte e Quirino, havendo uma reforma do calendário, dos ritos festivos em louvor as divindades. Nesse caso Numa Pompílio foi um mediador da relação dos homens com o sagrado (JUNIOR, 2017, p. 21). A lei é entregue a Numa por um ser mítico, havendo uma forte conexão entre a política, a lei e a religiosidade.

Os textos legais mais antigos, até então encontrados, advêm do Oriente. No mundo oriental podemos encontrar o Código de Manu, sua datação remonta, aproximadamente, entre 1800 a.C. a 800 a.C. (COSTA; RIBEIRO; BRASIL, 2014, p. 89). O código de Manu, exemplificando, é um conjunto de leis hindu - parte de um gênero literário chamado de *Dharmaśāstras*, que deriva do conceito de *Dharma*, possuindo diversos significados, tais quais, “Ordem”, “Dever”, “Costume”¹⁸ (ALVER, 2015, p. 23-24). Tais leis são tidas como uma das primeiras formas de organização geral da sociedade.

A cultura é diversa e, conseqüentemente, se traduz em múltiplos entendimentos do que é jurídico, normativo, político e religioso, e geralmente estes elementos convergem.

¹⁷ Trata-se de uma lenda. Para mais informações acerca da lenda procurar por *La Historia de Roma* de Tito Lívio.

¹⁸ O estudo da tradução deste termo não se aplica ao objetivo da monografia vigente. O significado desta palavra é intensamente debatido entre os estudiosos. Procurar por *The Āryas’ Dharma and the Other: A History of Inclusion and Exclusion Founded on the Brāhmaṇas’ Revelation and Law*, ALVER, 2015.

No exemplo egípcio as normas são produzidas e empreendidas segundo a soberania do Faraó, que é rei e ao mesmo tempo deus. No caso romano as leis são promovidas por mediação entre planos, Numa e Egéria. Enquanto os gregos se preocupavam com os problemas sociais mais intensos, utilizando não só a escrita, mas, a oralidade principalmente.

Logo, para que a coletividade permaneça estável a organização é imprescindível. Assim sendo, o entendimento do espaço coletivo é de crucial importância. A Mesopotâmia e, especificamente, o povo assírio não se distancia desta realidade. A sociedade assíria era hierarquizada. O rei ocupava a posição de maior destaque, logo abaixo, os oficiais da corte mais importantes, em seguida o príncipe herdeiro, membros da família, governadores e altos generais, sendo estes convenientes às ordens do rei quando necessário. Os reis vassallos também compunham este quadro. No ambiente urbano podemos destacar os comerciantes e artesãos, e no ambiente rural os camponeses, a população de maior número. Os escravos ocupavam o lugar de menor destaque (DANZING, 2013, p. 5).

Observando como se estratifica a sociedade assíria - e por quais grupos - podemos imaginar a complexa rede de interações derivadas do espaço em questão. A existência de tantas camadas sociais sem políticas tangíveis para administrá-las seria um convite ao caos, ou seja, em parte a estabilidade organizacional mesopotâmica e, notadamente, assíria tem por razão a elaboração de normas, de leis, dentre elas podemos destacar o Código de Hammurabi, as Leis de Eshnunna e as Leis Assírias.

Durante os séculos IX a.C. á VII a.C. a Assíria ganha contornos territoriais imperiais, dessa forma, a necessidade de controlar os estados conquistados se tornou nítida. Mas, como administrar territórios além de suas fronteiras naturais fragilizados internamente? Seria necessário um ambiente interno estruturado e organizado. Os textos legais nos dão margens para sondar o funcionamento deste ambiente. Evidentemente, sua utilidade assume um papel auxiliar, mas, a sua importância é de valor equivalente aos tratados e juramentos *Adê*. Estes últimos serão desenvolvidos posteriormente. Então, para analisarmos como se dá tal espaço organizado no mundo assírio precisaremos compreender primeiramente o papel da figura de maior destaque desta sociedade, o soberano. O poder que simbolicamente permeia todas as camadas sociais.

3.2 A figura do soberano

O ápice do poder político-religioso, mundano, assírio se manifesta na própria personificação do soberano. A figura do rei está estreitamente homologada ao divino. O chefe assírio era um intermediário das relações extramundanas e intramundanas, para ele eram

estabelecidas as funções de provedor do povo, além da veiculação da ideia de um rei e ao mesmo tempo um guerreiro.

Marcelo Rede acentua em sua obra “O “Rei de Justiça”: soberania e ordenamento na antiga Mesopotâmia” o caráter “construtor” do rei, em outros termos, as atividades relacionadas às manutenções arquitetônicas. Sendo perenemente lembrado nas inscrições reais como aquele que reconstrói monumentos, aquele que guia seu povo até localidades de vida abundante (REDE, 2009, p. 137). Vale lembrar as diversas reconstruções que aconteceram ao longo do império Neoassírio, feitas pelo rei Tiglat – Pileser III, durante o seu reinado, e Essaradão muitos anos depois.

Estando intrinsecamente na esfera física e transcendental, o rei é uma peça essencial para a manutenção da ordem, para o ordenamento do cosmos, a própria noção de *kittum*, amplamente subjetivo, podendo significar algo próximo a “justiça”, “equilíbrio”, “estabilidade”, observa-se que tal nomenclatura nos indica características do poder real, como uma necessidade de estabelecer harmonia na sociedade.

O rei é, portanto, um fator de equilíbrio cósmico, atuando nas dimensões humanas e divinas da existência. É nesse quadro que se pode entender melhor a íntima relação entre o soberano e a justiça: a garantia do bom curso da natureza e do universo encontra seu equivalente, no plano social, na atuação do rei, pelo estabelecimento e manutenção das normas de conduta e das regras de convivência (Ibidem, p. 137).

Ora, a dimensão sublime onde residem os deuses se entrelaça com a existência terrena do chefe-guerreiro, que se volta à sociedade assíria, a fim de estabelecer a ordem social. O ordenamento da sociedade, portanto, se inicia com as decisões e ações do rei que alcançam toda a estratificação social vigente, mesmo que simbolicamente, atingindo as normas e as regras de comportamento de sua sociedade. Neste contexto interno as leis funcionariam como um meio estruturante para a consolidação da estabilidade. As leis assírias podem nos revelar aspectos relevantes acerca da sociedade em questão, ou seja, o funcionamento, no limite do possível, do seu aparelho jurídico que não se desvincula da religiosidade.

Os textos legislativos assírios, contudo, não se enquadram no recorte temporal do período Neoassírio, pois, datam da época de Téglat-phalasar I (1112 a.C. – 1074 a.C.), ou seja, as ideias e intenções relativas às documentações legais devem ser observadas com bastante atenção para não se disseminar incongruências de cunho histórico. Esse fato, todavia, não nos impede de abordarmos o imaginário que se transforma lentamente.

O imaginário nos indica aspectos importantes, como atitudes recorrentes dos complexos mentais e emocionais, o sentir, os anseios, o medo que compõe a essência das coisas, as crenças, adentrando mais a fundo quando se trata das permanências que insistem em perdurar durante os séculos, como é o caso das expressões ritualísticas (BASTOS; OLIVEIRA, 2015, p. 123). Levando em conta as estruturas mentais, a nossa intenção é a observação do corpo legislativo da sociedade assíria como evidencia de natureza documental, para refletir sobre aspectos simbólicos importantes da cultura assíria, bem como, analisar o papel das leis no ordenamento social.

3.3 As leis assírio-mesopotâmicas

As leis assírias, como são conhecidas, são textos inscritos em catorze tabuletas. Seu estado físico é relativamente fragmentário e apenas nove tabuletas apresentam um estado conservado, são representadas pelas letras **A** á **J**. Estas foram publicadas por O. Schroeder em 1920, posteriormente, houve diversas traduções para vários idiomas, grande parte das traduções foram acompanhados, por sua vez, de transcrições. Os mais importantes são compostos por V. Scheil, *Coleção de leis assírias*, de 1921, Ehelolf *altassyrisches Rechtsbuch*, de 1922, G. Driver e J.C. Miles, *as Leis da Assíria*, de 1935. O material restante são representados pelas letras **K** á **O**. Os achados em questão são cinco pequenos fragmentos, mas, possui importância assim como os anteriores. Sua edição foi autoria de E. Weidner, *Das Alter der mittellassyrischen Gesetzestexte*, de 1937 (CARDASCIA, 1969, p. 19-20). Sendo assim, quando nos referirmos às “leis assírias”, nos referimos às tabuletas acima descritas.

Para compararmos em termos gerais mesopotâmicos utilizaremos duas fontes textuais, de importância equivalente às leis assírias, sendo estas As leis de Eshnunna (1825-1787 a.C.) e o Código de Hammurabi, ambas as edições elaboradas por Emanuel Bouzon (1980, 1981). “As leis de Eshnunna” são duas tabuletas encontradas em Tell Abu Harmal, no atual Iraque, uma localidade diminuta posicionada no sul de Bagdá nas escavações dirigidas por Sayid Taha Baquir. A primeira tábua encontrada tinha 10, 5 cm x 20 cm, chamada de IM 51.059 (tábua A); o segundo achado adveio da terceira escavação, possuindo 12 cm x 11,5 cm foi chamada de IM 52.614 (tábua B). Em relação às duas tábuas é provável que tenham sido produto de uma escola de escribas, por ser uma duplicata, pois, eram nas escolas que tais documentos eram recopiados, servindo então para formação literária, bem como, jurídica dos sujeitos que se tornariam escribas ou funcionários do governo (BOUZON, 1981, p. 13-15).

O segundo, “O código de Hammurabi”, é uma estela de diorito negro com 2,25 m de altura. A expedição arqueológica francesa foi responsável por encontrá-la no inverno em 1901-1902, dirigida por J. de Morgan em Susa, capital elamita. A estela foi enviada para o museu do Louvre onde se encontra atualmente. Todavia, a tradução apresentada por Emanuel Bouzon é baseada na cópia da estela cuneiforme publicado por E. Bergmann, sendo esta a mesma do primeiro editor da estela, V. Scheil (BOUZON, 1980, p.7-12).

As leis presentes nas tábuas são representações culturais de uma época que não somem como o ascender ou apagar de uma lâmpada. A intenção, ainda, não é generalizar o corpo legislativo por toda história assíria, sabemos que não representam, e não poderiam representar uma cultura em sua plenitude, mas, possuem elementos importantíssimos para compreendermos a visão de mundo destes sujeitos. Partindo desta ponderação, nosso intuito neste tópico é analisar o modo como a sociedade assíria se organizava, nos referimos ao ordenamento interno, sua jurisprudência de acordo com os documentos vigentes. Há, todavia, uma grande necessidade em acentuar o caráter conjunto da realidade da época, isto é, ao falarmos sobre questões políticas, jurídicas e religiosas, entendemos como um “todo cultural”. Precisa estar claro. As inscrições nos ajudam a esclarecer tal realidade.

Os textos encontrados¹⁹ externam em alguns parágrafos aspectos ideais para pensarmos a linha tênue do mundo observável para os antigos, e, igualmente, o universo subjacente às mentalidades de uma sociedade. Pois, não seria inteiramente possível mensurar a justiça sem que, por sua vez, estivesse relacionado ao mundo cósmico, e podemos notar que em determinadas inscrições a valorização do templo/divindade é uma prática recorrente. As tábuas nos apresentam alguns momentos onde a necessidade do poder divino se faz necessário para manter a ordem.

Se uma mulher, [seja] a esposa de awilu ou filha de awilu, entrou em um templo, roubou do templo algo pertencente ao santuário, (deixe) ser encontrado [em sua mão], ou foi produzido [contra] acusações ou condenações, [apreenderemos] as evidências e questionaremos o deus. Como ele vai mandar [tratar a mulher], a gente vai tratar ela²⁰ (CARDASCIA, 1969, p. 93, tradução nossa).

¹⁹ Vale frisar que as traduções dos tabletes aqui analisados foram feitas pelos seus respectivos autores, ou terceiros. Traduzimos apenas a língua ocidental. Os parênteses nas citações das leis e tratados Adê, ao longo do capítulo significam “clareza do seu significado ou probabilidade de ser”.

²⁰ [S]i une femme, [soit] épouse d'awilu [soit fi]lle d'awilu, a pénétré dans un temple, a [vo]lé du temple quelque chose [appartenant au sanc]tuaire, (que cela) ait été trouvé [dans sa main], ou qu'on ait produit [contre elle] des charges ou qu'on [l']ait convaincue, [on saisira] la pièce à conviction et l'on inter[rogera] le dieu. Comme il ordonnera [qu'on traite la femme], on la traitera. Citação original.

O cenário do tablete A (1º parágrafo) retrata uma forma de justiça direcionada à divindade, tendo em vista que se trata de um possível acontecimento. Se uma mulher, sendo esta esposa ou filha de uma *Awilum*²¹, adentrou em um templo, e deste lugar pegou algo que pertencia ao santuário, ou seja, ao deus, e se fosse encontrado em suas mãos de maneira suspeita havendo então a apresentação de acusações contra ela, ou que tenha admitido, tudo o que acontecera será dito ao deus, o que ele ordenar será feito. Nesse caso, esta tábua nos relata um elemento da realidade vigente, o estreitamento entre o mundo dos homens e a morada dos deuses.

As inscrições não relatam apenas aspectos simples das decisões sagrado/judiciais, em determinados casos as práticas para se estabelecer um júri eram interessantemente elaboradas num sentido amplamente ritualístico. Havia, possivelmente, uma espécie de provação por ordálio. Nos inscritos assírios a palavra final seria então da divindade onde o ritual acontecia, nesse caso, no rio “Se um homem falou com outro dizendo: <Sua esposa é uma prostituta>, se não houver testemunhas eles farão um trato? e vai para a provação pelo deus do rio”²² (Ibidem, p. 126). Contudo, no referente às documentações parece pouco provável que seja uma prática única do povo assírio, visto que, podemos encontrar referências a supostos deuses rios em culturas próximas, o que indica a disseminação de uma entidade representada pelo rio capaz de julgar, culpando, purificando ou inocentando o sujeito. No Código de Hammurabi podemos encontrar julgamentos semelhantes.

Se um *awilum* lançou contra um (outro) *awilum* (uma acusação de) feitiçaria mas não pôde comprovar: aquele contra quem foi lançada (a acusação de) feitiçaria irá ao rio e mergulhará no rio. Se o rio o dominar, seu acusador tomará para si sua casa. Se o rio purificar aquele *awilum* e ele sair ileso: aquele que lançou sobre ele (a acusação de) feitiçaria será morto e o que mergulhou no rio tomará para si a casa de seu acusador (BOUZON, 1980, p. 25).

Assim como na inscrição anterior o ‘deus rio’ é juiz no 2º parágrafo dos textos legais de Hammurabi, e o seu papel é decisivo. Um homem livre (*Awilum*) acusou outro sujeito de feitiçaria, porém não havia provas para justificarem sua ação, neste impasse aparente a figura do sagrado ganha força e significado, o rio em questão poderia dominar o sujeito sem provas ou, purificá-lo, o fazer sair ileso. Nesse caso o acontecimento apresentado no texto é grave, dado que se o *awilum* acusado de feitiçaria fosse inocentado o acusador seria morto.

²¹ Homem livre.

²² Si un homme a parlé à un homme disant: <Ta femme se prostitue>,v (ets')il n'y a pas de témoins ils feront un accord ? (et) iront à (l'ordalie par) le (dieu)-fleuve. Citação original.

Há, por sua vez, inscrições acerca do âmbito matrimonial “Se contra a esposa de um awilum foi levantado o dedo por sua causa de um outro homem, mas ela não foi surpreendida dormindo com um outro homem: para seu esposo ela mergulhará no rio”(Ibidem, p. 63). Se levarmos em conta a natureza abstrata dos fatos ocorridos, podemos entender determinados casos como difíceis de serem resolvidos, sendo necessário o auxílio dos deuses. As provações no rio são mais frequentes nas leis assírias se comparado ao código de Hammurabi, entretanto, nas leis de Eshnunna tal prática, especificamente, não é citada, mas o culto aos deuses se faz presente em todos os textos legais.

Os elementos com maior importância encontrados nas inscrições relatam à autoridade da deidade fluvial, o que para nós acentua a integração do espaço social com o sagrado. O lugar de morada dos deuses é descrita nos documentos como sendo inviolável se observarmos com atenção as entrelinhas. Sendo o templo um lugar especial, se torna clara a necessidade de estabelecer limites que não poderiam ser ultrapassados pela imprudência da natureza humana. Havendo esta transgressão os profanadores seriam punidos.

Se um homem falou em uma briga com outro homem, dizendo: Tu proferiste blasfêmia e profanaste a casa do deus, se ele não puder carregar fardos e (ou) não carregou (o suficiente) este homem será atingido 40 vezes com a (s) vara (s); ele fará a tarefa real de um mês²³ (CARDASCIA, 1969, p. 335, tradução nossa).

Sobre o 2º parágrafo do tablete N é necessário observarmos não a punição exercida em si, mas, o que a ocasionou. O templo é um local sagrado, a residência da deidade, no entanto, o seu significado não expressa simplesmente o caráter literal de “casa”, isto é, a profundidade simbólica é abissal. O lar, além do sentido em si que tal palavra revela, é também um lugar de isolamento, onde se encontra paz, serenidade e grandeza, sendo assim, um ambiente onde os adoradores daquele deus o cultuam, o conhecem, estabelecem laços e rogam por seu auxílio (BOTTÉRO, 2001, p.83). Violá-lo, em suma, pode acarretar em punições graves por ser uma afronta ao próprio deus. A punição, como resultado²⁴, referente ao homem que blasfemou em uma briga contra outro sujeito e profanou a casa do deus, não

²³ Si un homme [a parlé] dans une querelle à [un (autre) homme.....], disant: [<Tu as proféré] un blasphèm[e.....] et pro[fané] la maison du dieu> [...], (s')il ne [peut porter] des charges [et n'a pas chargé (suffisamment) on frappera] cet homme [de 40 coups de bâton(s); il fera] un mois [de corvée royale]. Citação original.

²⁴ Por ser provável que “aconteceu” ou que “poderia acontecer”. Tendo em vista que se houve uma lei com tais elementos presentes na inscrição, a probabilidade dos relatos terem acontecido converge com a tentativa de não permitir que acontecesse novamente.

podendo este fazer determinadas atividades (?), provavelmente, será atingido por 40 golpes de bastão e trabalhará durante um mês, no que se refere às tarefas reais.

Os textos legislativos de Eshnunna apresentam características paralelas ao destacar a presença do elemento sagrado nos inscritos de ordenamento. Certamente não se trata de um caso extraordinário, porque era uma realidade própria do contexto histórico da antiga Mesopotâmia. No parágrafo 22: tábua <A> II, 15-18 é apresentado “Se um Awilum não tem nada contra (outro) awilum mas (contudo) penhora a escrava do awilum: o dono da escrava fará este juramento por deus: < tu não tens nada contra mim> e (aquele) pesará a prata correspondente [ao preço] da escrava” (BOUZON, 1981, p. 92). O juramento observável nesta tábua traduz uma forma de vivência do sujeito histórico com o espaço simbólico, nas leis há um significado intrínseco, é a sujeição do homem perante os deuses.

O que precisamos perceber é que o “Awilum” ou qualquer indivíduo de (n) classes distintas possuíam um fator convergente, isto é, o culto. Por ser um elemento primordial perpassava todas as estruturas da sociedade de modo que é empobrecedor pensar as leis, a ordem e a sua transmissão sem saber que o maior entre os cidadãos era o rei, e maior que o soberano os deuses eram.

O parágrafo 22 do tablete (A), das leis assírias, evoca novamente questões de cunho matrimonial, porém, desta vez, o texto consiste em um acontecimento com um grau maior de complexidade por se tratar de uma, provável, traição ou abuso. Nesse, contexto, um determinado homem fez uma mulher se deitar com ele mesmo, para não haver uma punição grave o sujeito deveria jurar que não o fez e pagar dois talentos de estanho ao marido daquela mulher.

Se um homem que não é seu pai, nem seu irmão, nem seu filho, mas algum outro homem fez uma mulher casada viajar e não sabia que ela era casada, ele a estabelecerá por juramento e pagará 2 talentos para o marido da esposa: Se ele soubesse que ela era casada, ele vai indenizá-la e ele vai jurar, dizendo: <Pelo meu juramento, eu não dormi com ela. Mas se a mulher casada falou, dizendo: <Ele dormiu comigo>, embora o homem tenha pago a indenização ao (outro) homem, ele irá para (a provação por) o (deus) - Rio; não haverá convenção? para ele; se ele recusar (provação por) o (deus) condutor, ele será tratado como o marido da mulher tratou sua esposa²⁵ (CARDASCIA, 1969, p. 138, tradução nossa).

²⁵ Si un homme (qui n'est) ni son père ni son frère ni son fils, mais un autre (homme quelconque) a fait entreprendre un voyage à une femme mariée et ignorait qu'elle fût mariée, il (l')établira par serment et paiera 2 talents d'étain au mari de la femme.:S'il [savait] qu'elle fût mariée] il l'indemnité [et il jurera, disant]: <Par mon serment, je [n'ai pas couché avec elle>]. Mais si la femme [mariée a parlé, disant:] <Il a couché avec moi>, [bien que] l'homme ait payé l'indemnité [a] l'(autre) homme, il ira [à (l'ordalie par)] le (dieu)-fleuve; il n'y aura pas de [con]vention? pour lui; s'il refuse (l'ordalie par) le (dieu)-fleuve, on le traitera lui-même comme le mari de la femme aura traité son épouse. Citação original.

Se, contudo, a mulher contrariasse o suspeito dizendo que o mesmo se deitou com ela, o homem deveria pagar uma indenização ao marido. O caso ganharia contornos mais sérios e o sujeito iria para a provação do deus rio, mas, recusando o ritual ele seria tratado pelo marido desonrado da mesma forma que a esposa. De qualquer forma assim como nas inscrições anteriores o julgamento acaba se estendendo até a divindade seja como suspeito, culpado ou parte de um juramento. Para estes casos o divino tem uma função nítida.

No arcabouço legal de Hammurabi podemos encontrar um paralelo referente ao papel do deus no parágrafo 20 “Se um escravo fugiu da mão daquele que o capturou: esse awilum pronunciará para o dono do escravo um juramento (em nome) de deus e será livre” (BOUZON, 1980, p. 31). Este texto enfoca uma situação em que o juramento diante a entidade cósmica foi o suficiente para determinar, depois de uma fuga, a liberdade do sujeito em questão. Em outra circunstância observa-se a autoridade de se estabelecer acordos para com a divindade, provavelmente como uma forma de dar um significado legal profundo ao acontecido “Se um awilum deu a um (outro) awilum prata para uma sociedade: eles dividirão proporcionalmente diante divindade lucro ou perda que sobrevier” (Ibidem, p. 51).

Em certas ocasiões as leis exteriorizam afirmativas de âmbito criminal, o roubo, o que nos permite excogitar como este fato era julgado. Nas tábuas legislativas de Eshnunna também acentuam o caráter da palavra jurada diante do deus Tispak, deus patrono de Eshnunna. O panorama seguinte evoca um evento ocorrido, e que servira como forma de evitar prováveis abusos, por se tratar do roubo a casa de um awilum.

(Mas) se a casa do awilum foi roubada (e) com o bem do depósito, que ele (o depositante) lhe deu, houve perda de bens do dono da casa: o dono da casa, no templo de Tispak, lhe declarará, jurando por deus: <com os teus bens, desapareceram os meus bens, não cometi maldade ou fraude>. Ele lhe declarará (isto) e este (o depositante) não terá nada contra ele (BOUZON, 1981, p. 112).

O parágrafo 37 da tábua < A > detalha uma forma de contornar os problemas derivados dos possíveis roubos de bens materiais, nesse caso, o papel do templo e da divindade mostram-se relevantes pelos destaques “no templo de Tispak” e “jurando por deus”. A ênfase no sacro mundo perpassa por diversas culturas mesopotâmicas de variadas formas. A organização interna é estruturada por leis que permeiam as práticas familiares, e se disseminam por variadas camadas até o templo sagrado.

A mesma prática é observada em outras civilizações, o que nos permitir conceber o fato que necessariamente deve haver alguma forma de ordenamento para alcançar a estabilidade dentro do seu próprio espaço geográfico. É claro, não excluimos tal realidade,

que as medidas existentes enquanto “lei” são eficazes em parte. Isso significa que furtos ocorriam, abusos, conflitos e profanações, mas, a forma de se lidar com esses eventos existiam, e em alguns momentos a divindade era o julgador.

Por um lado, há um mundo de elementos enraizados no imaginário simbólico de uma sociedade externado pela jurisprudência, com a prerrogativa de organizar a sociedade/nação e evitar danos internos inerentes à própria civilização. Por outro lado, as questões político religiosas ganham uma dimensão de maior amplitude, a administração imperial interna, ou seja, as disputas e manutenção pelo trono assírio e a administração extraterritorial. Neste ponto a guerra contatual não é o foco em si. O espaço se abre às estratégias de manutenção do poder, sendo estas, rígidas ou diplomáticas por meio dos tratados e juramentos Adê. O lugar do sagrado para preces ou maldições não está ausente, pelo contrário, é propenso nos inscritos Neoassírios. Além disso, inúmeras realizações do reinado de Essaradão evidenciam formas de relacionamento que focaram em planos governamentais visando à paz como estratégia de manter-se no poder e consolidar a estabilidade do império.

3.4 “Política religiosa tratativa”: os tratados Adê e os planos governamentais de Essaradão

No primeiro capítulo buscamos compreender umas das formas de administração territorial, a guerra - chamada de *política religiosa frontal* - e as variantes que a acompanham como sua representação no mundo pictórico. Se de um modo visualizamos tal universo de contato intenso, em contrapartida é de importância maior apresentar outras perspectivas referentes ao gerenciamento territorial para além do conflito armado. Afinal não há fuga total da realidade belicista, mas, podemos ampliar nossas visões para além dela, submergir no profundo complexo cultural do período Neoassírio.

Anteriormente utilizamos as inscrições legais para abriremos um leque de possibilidades em termos administrativos de âmbito social, sobre uma visão, não menos importante, periférica. Então, como se dar a administração em níveis notáveis, em outras palavras, extraterritoriais? E como o espaço sagrado se integra neste cenário? Grande parte do conhecimento histórico sobre o mundo assírio se preocupa demasiadamente com o papel das campanhas militares, o que não é irrelevante, mas acabam ofuscando outro universo que os inscritos documentais nos revelam. Os tratados Adê oferecem meios de observação, não a

partir do contato amplamente frontal, mas estratégico, diplomático, rígido e simbólico. Chamaremos esta relação de *política religiosa tratativa*.

O presente termo se torna tangível pela forma como a relação entre os sujeitos é construída, pelo contexto histórico vigente, pelas limitações concebidas em um período de realizações advindas de séculos de expansão. Por vezes o domínio da diplomacia pode ser visto pelo viés tático de engenhosa concórdia, em outros casos a pacificação entrega seu posto à rigidez. Embora o viés administrativo pactual seja uma preocupação que deve ser priorizada, seria, contudo, hipocrisia não mensurarmos o fato de que conflitos, cedo ou tarde, poderiam ocorrer. Tais fatos, no entanto, não definem a cultura assíria totalmente, pelo contrário, se edificássemos a história apenas pelo campo caótico apagaríamos uma extensa camada de linguagens significativas.

Antes de adentrarmos no conteúdo das inscrições precisaremos primeiramente nos esmiuçar em sua natureza. O que são os tratados *Adê*? *Adê* é como os tratados neo-assírios são chamados, termo que é acompanhado de outra significação próxima, *mamitu* ou “juramento” havendo, por sua vez, certa proximidade com o termo *nis ilim*, expressão da qual advém o ‘tratado’ ou um ‘pacto’ enfim ‘jurado’ se referindo diretamente aos deuses (MONTE, 2010, p. 93). Assim como as leis abordadas anteriormente, o culto ao sagrado dificilmente é excluído de um *Adê*, o ato de proferir o nome dos deuses são comuns neste tipo de documentação. O imaginário dos antigos não dissociava a legitimidade de algo se este, contudo, não estivesse, parcialmente ou não, enraizado aos deuses. Percebe-se observando as leis, e não seria diferente nos ritos pactuals, uma herança que perdurou por muitos séculos.

Os tratados faziam parte de uma estrutura governamental pactual, uma forma de consolidar as influências da Assíria, do rei, do império sem, necessariamente, ter por objetivo incitar a guerra, ao invés disso, evitar seu consumir algumas vezes parecia o mais lógico durante a expansão do império. Isso não se aplica é claro para momentos de tensão quando a força bélica era utilizada. De acordo com inscitos existentes, alguns em estado fragmentário, podemos, a partir das traduções e conjecturas, nos contentarmos em expor a forma como os pactos eram consolidados e os elementos presentes nas documentações.

Um dos tratados remonta ao período de Salmanaser III (858 a.C.- 824 a.C.), filho de Assurnasirpal II, em circunstâncias referentes a uma provável aliança “[Na época] de Salmaneser (III), rei da [Assíria, Nabu-ap] la-iddina (era) o rei de Karduni [ash]. Juntos, eles fizeram uma entente cordiale [...] [Os povos da Assíria e Karduniash / Akkad foram unidos]

[juntos]”²⁶ (MONTE, 2010, p. 96. Tradução nossa). Nesta inscrição Salmanaser III consolida um pacto com Nabu-aplaidina, rei de Karduniash. Um elemento importante que podemos analisar da inscrição se trata da “entente cordiale” que designa um pacto amigável (no inscrito o termo designa provavelmente uma afirmação não literal, mas, simbólica) entre os povos dos respectivos estados. Este relato intensifica a diplomacia, ou seja, quando as relações se dão por vias pacíficas, entretanto, a quantidade de tratados que apresentam rigidez, são vastas se comparado ao documento anterior.

A ênfase na diplomacia evidencia uma realidade contrastante com as campanhas militares até então abordadas no capítulo passado. É inegável, porém, que os mesmos documentos ‘Adê’ que relatam alianças não pudessem externar características inflexíveis, dada à vista, que a natureza deste arcabouço documental se relaciona ao seu contexto histórico. Em períodos marcados por insurgências e disputas pelo poder é bastante provável que esta situação acabasse transmigando para as fontes da época.

Necessitamos visualizar o seguinte, o uso de um “Adê” Neoassírio não se refere somente a juramentos de lealdade de uma figura poderosa perante outra menos influente, a realidade é mais abstrata do que parece. Pode se referir, portanto, a promessas realizadas pelos deuses ao rei, não necessariamente possuindo um caráter coercitivo; um juramento entre deuses; um tratado de paz entre reis, como foi visto anteriormente, (PARPOLA, 2010, p. 181) e sucessões do trono. Então em alguns casos haverá tratados com teor relativamente pacífico, e em outros, a inflexibilidade apresentará maior destaque.

O caráter rigoroso vinculado ao “Adê” adquire significativa expressão em momentos de tensão, com o intuito de preservar a ordem vigente, pois, ao longo da consolidação do império não era raridade o eclodir de revoltas. Além das pacificações por vias cordiais numerosos tabletas relatam relações entre os soberanos e seus estados a partir de um elemento tradicional, as “maldições”.

É oportuno destacar que o então costume não é uma peculiaridade assíria, a evocação do ato de amaldiçoar não surge apenas nos ‘Adê’ assírios, isto é, esse hábito se faz presente em outras culturas mesopotâmicas como a babilônica. Geralmente, quando citada alguma palavra maldita, uma divindade é conjurada para atender as preces do realizador, sujeito da ação, deste ritual para levar desgraça ao quebrante do pacto, nesse caso, o sujeito penalizado seria o “você” desta relação (WATANABE, 2015, p.175). Na Mesopotâmia o

²⁶ [At the tim]e of Shalmaneser (III), king of [Assyria, Nabu-ap]la-iddina (was) the king of Karduni[ash]. Together they made an entente cordiale [...][The peoples of Assyria and Karduniash/Akkad were jo]ined [together]. Citação original.

poder das palavras em nome dos deuses tinha um significado muito claro, de maneira tal que os assírios realmente valorizavam e temiam os sinais cósmicos.

O medo do incontrolável se mistura com as dúvidas sobre o desconhecido, e sobre este fato uma série de documentações confere um universo, há muito explorado, de rituais, lamentações, adivinhações intimamente homologadas aos astros que sugere não um meio cultural monocromático, mas, uma paleta múltipla de cores. Cada um significando algo. Os sinais no céu, nos sonhos, nos eventos humanos e naturais são sempre um horizonte de preocupações. Os presságios, por exemplo, são bastante citados no período Neoassírio por questões rotineiras e por razões de cunho (inter) nacionais, tendo em vista que os reis precisavam dos relatórios providos pelos adivinhos e suas interpretações dos sinais (JEAN, 2010, p. 267).

O eclipse, lunar ou solar, se caracterizava como um presságio portador de negatividade, podendo significar uma crise ligada ao trono, pressagiando, por exemplo, a morte do soberano (FALES, 2011, p. 366). Sabemos que em casos de fracassos na *política religiosa frontal* (derrota em guerra), no surgimento de doenças e outras variáveis negativas, lamentações eram proferidas para dissipar, ou evitar, tal sina causada por algum deus irado no ponto de vista dos antigos (SPENCE, 1913, p. 253). Os sinais cósmicos em toda sua abrangência é detentora de amplo significado inerente ao *modo vivendi* dos mesopotâmicos, babilônios e, não menos importante, assírios.

O “mal dizer”, contudo, não se dava meramente pelo prazer da crueldade, havia uma razão para essa prática. As maldições são invocadas em diversos tratados, uma espécie de garantia que o pacto forjado entre os sujeitos do ‘ADÊ’ não fosse quebrado, esta era sua principal utilidade. No período de expansão do império assírio os pactos poderiam ser por vezes consolidados após uma disputa militar, quando um estado fosse derrotado deveria jurar lealdade, mas, precisa estar claro que esta característica não é regra em termos abrangentes. Um dos exemplos existentes que podemos citar é o pacto de submissão, do século VIII a.C., referente à Mati’el de Arpad á Assur-nirari V (753 a.C. á 746 a.C.) soberano assírio, onde é perceptível que neste contexto parecia ser de suma importância que Arpad se submetesse ao domínio assírio, tendo em vista a dureza das palavras expressas.

Quando sob o comando de Assur-nirari, rei da Assíria, eles (os exércitos do rei) marcham contra este inimigo, Mati-ilu, junto com seus nobres, suas forças, [marcharão adiante. Se,] com todo o seu coração, ele não sai, não marcha, que Sin, o grande deus, que mora em Harran, sobre Mati'-ilu, [seus filhos], seus nobres (e) o povo de sua terra, [lançar] doença, como um vestido, que eles possam deitar no chão (planície), que ele não tenha misericórdia deles. Que não haja [aumento] de castelo, jumentos, ovelhas

(ou) cavalos em sua terra. Que Adad, primeiro no céu e na terra, através da carência, da fome, de Mati'-ilu, sua terra, o povo de sua terra, chegue ao fim, e que eles comam a carne de seus filhos e filhas, como a carne de carneiros e ovelhas pode parecer boa para eles. Que eles sejam privados da vegetação (? Lit. verde) de Adad, que a chuva seja designada para o seu sofrimento. Que o pó seja o seu alimento, o exterior da parede a sua protecção (?), A urina dos burros a sua bebida, os trapos (? Niaru) a sua roupa. Em que sua cama seja estendida²⁷ (LUCKENBILL, 1926, p. 266, tradução nossa).

A inscrição implica à obrigação, como estado subordinado, de Mati-ilu para com o rei assírio Assur-Nirari V de dispor seu exército quando necessário ao império, no entanto, caso o mesmo não cumprisse o tratado uma série de maldições seriam lançadas ao rei de Arpad. Os deuses são participantes, tais quais, Sin e Adad aqueles cujo poder irá atingir o sujeito que desrespeitar o pacto se estendendo a todo território de Mati-ilu. Não há isenção, as palavras são direcionadas aos animais, aos campos e ao povo de Arpad.

Outro elemento existente no tablete se refere a um fato problemático, a doença. A aglomeração humana, a forma como nos comportamos, o interferir na natureza e do ambiente em si consolida um palco para surgimento de adversidades contra o bem estar, e que á milênios eram sinais considerados diversas vezes como nefastos. Nesse cenário, provavelmente, quando os médicos (*asû*) falhavam, os sacerdotes/encantadores (*âsipu*) surgiam como uma alternativa, se os deuses eram responsáveis pelos infortúnios humanos nada mais justo que o auxílio das próprias entidades cósmicas no plano terreno.

Bom, os documentos²⁸ registram essa condição ao destacar o infortúnio de um sujeito com problemas urinários que provavelmente poderia ser superado com o trabalho da deusa Belet-ilil “[Se um] homem urinar na cama, (é obra da deusa) Bēlet-ili, ele [ficará melhor]” (COHEN; GELLER, 1995, p. 1812. Tradução nossa). Entretanto, é um dos poucos exemplos encontrados, na maior parte das vezes os textos relatam ingredientes para supostas curas ou maneiras de contornar a doença.

²⁷ When at the command of Assur-nirari, king of Assyria, against this enemy they (the king's armies) march forth, Mati-ilu, together with his nobles, his forces, [shall march forth. If,] with his whole heart, he does not go forth, does not march, may Sin, the great god, who dwells in Harran, upon Mati'-ilu, [his sons], his nobles (and) the people of his land, [cast] disease, like a garment, may they lie stretched out on the ground (plain), may he have no mercy upon them. May there be no [increase] of castle, asses, sheep (or) horses in his land. May Adad, first in heaven and on earth, trough want, famine and hunger, of Mati'-ilu, his land, the people of his land, make an end, and may they eat the flesh of their sons and their daughters, as the flesh of rams and ewes may it seem good to them. May they be deprived of the vegetation (? lit. green) of Adad, may rain be appointed for their distress. May dust be their food, the outside of the wall their protection (?), the urine of asses their drink, rags (?niaru) their dress. In may their bed be spread. Citação original.

²⁸ São textos médicos babilônicos escritos em acadiano, do período neo-assírio, achados na biblioteca de Assurbanipal. Há diversos textos de períodos diferentes e localizações variadas que serviram como uma forma de visualizar a realidade médica da Mesopotâmia. Os dados podem ser encontrados em “*Kidney and urinary tract disease in ancient Babylonia, with translations of the cuneiform sources*” de MARKHAM J. GELLER e SIMON L. COHEN (1995).

Em todo caso, na época de Essaradão, século VII a.C., o mesmo foi acometido por uma enfermidade, não se sabe ao certo qual doença o desabilitou, nem mesmo o que causara, mas, as evidências sugerem a existência do adoecimento (COHEN; GELLER, 1995, p. 1813). Ora, não é insensato afirmar que esses infortúnios eram tratados com franca seriedade, afinal, em determinados casos poderia custar à vida do sujeito, logo o medo desta realidade poderia ser gritante.

O tratado continua a proferir maldições “(Se) os sacrifícios são preparados para a sua vida, seus filhos (ou) seus nobres, mas não para a vida de Assur-nirari, seus filhos e nobres, pode Assur, pai dos deuses, que confere o governo (lit ., realeza), transforme tua terra em deserto (estepe), teu povo em, tuas cidades em montes, tuas casas em ruínas”²⁹ (LUCKENBILL, 1926, p.267. Tradução nossa). Um importante ponto a ser observado neste segmento do inscrito diz respeito aos sacrifícios que deveriam ser prestados a favor do então soberano assírio. A relação entre deuses e reis era profunda, tendo em vista que os últimos comumente são vistos como vice-governantes (ALJUBOORI, 2012, p. 1) perante os primeiros, ou seja, o lugar de maior prestígio pertencia unicamente às divindades. Em razão disso, se o governante servia ao deus Assur (pai dos deuses) o derrotado assume um papel de servo, nesse caso, Mati-ilu em relação à Assur-Nirari V.

O sacrifício, outro ponto do inscrito, compõe um quadro divinatório e tratativo, de imensa significância no universo mesopotâmico havendo frequentes ofertas de alimentos e abatimento de animais para os rituais. Certamente, tratava-se de um estreitamento das relações entre o oferecedor e o receptor (SCURLOCK, 2006, p.17). É coerente que esta expressão ritualística fosse tão relevante na época. Um bom exemplo desta realidade se evidencia na escolha de um novo herdeiro ao trono assírio, quando se busca a aprovação dos poderes sacros nas estranhas de ovelhas sacrificadas (ALJUBOORI, 2012, p. 5).

Dada a importância deste fator não é surpresa imaginar o problema resultante da quebra de um tratado. Daí a necessidade das maldições como um fator estratégico de manutenção de um estado vassalo. O ato de amaldiçoar pelo rompimento do pacto é uma característica vigente neste tipo de documento. Não compõe a totalidade, no entanto, é um elemento citado com frequência.

A *política religiosa tratativa* se integra não só no campo das relações externas, mas no âmbito das relações internas também. A rigidez ligada ao tratado não diminui sua

²⁹ (if) sacrifices are prepared for the life of thyself, thy sons (or) thy nobles, but not for the life of Assur-nirari, his sons and his nobles, may Assur, father of the gods, who bestows rulership (lit., kingship), turn thy land into desert (steppe), thy people to, thy cities to mounds, thy houses to ruins. Citação original

função estratégica nas relações de poder. Considerando que os mesmos externam funções de precaução sobre incidentes, tais quais, insurgências, guerras ou tentativas de assassinato como as evidências indicam. Este cenário obtém maior visibilidade ao adentrarmos no século VII a.C. no período do reinado de Essaradão (680 a.C. á 663 a.C.), e na forma que edificou sua administração como rei da Assíria.

Os achados arqueológicos que remontam ao período de Essaradão indicam parâmetros densos de se conceber a política religiosa assíria. Graças aos indícios encontrados, e por trabalhos que destacam a importância do recorte histórico deste proeminente rei, podemos enxergar com clareza informações úteis. O mesmo não somente foi um líder bem sucedido como também foi um diplomata excepcional. Diversos eventos se seguiram antes e durante o reinado de Essaradão, moldando-o como governante, que levaram as relações da Assíria e Babilônia a contemplarem momentos de paz e alianças.

O momento inicial é marcado por grandes dificuldades e crises dirigidas diretamente ao trono, ou melhor, quem ascenderia ao trono depois da morte de Senaqueribe, o rei anterior e pai de Essaradão. Nos seus primeiros anos na tentativa de afirmar seu posto. A guerra civil, bem como, as rebeliões da Babilônia foram pontos iniciais no processo peculiar de gerenciamento do império. O mesmo conseguiu controlar as rebeliões babilônicas³⁰ com o mínimo de intervenção militar possível e sua política religiosa relativamente pacífica com a Babilônia, um dos principais pólos político religiosos da época, foi estendido por quase 17 anos de reinado e além (PORTER, 1993, p. 2).

Sabemos que Essaradão não foi a primeira opção de Senaqueribe para ingressar ao trono assírio, é mais provável que tenha sido o seu irmão mais velho Assur-nadin-sumi o principal candidato para assumir tal cargo. Contudo, Assur-nadin-sumi, desaparecera (SANTOS, 1991, p. 101), foi morto provavelmente, abrindo uma brecha para um novo candidato ao trono, sendo assim, era realmente necessário que alguém fosse nomeado rei. Na linha de sucessão os filhos de Senaqueribe eram Arda-Mulissi, Assur-suma-usabi, Assur-ilumballitsu e por ultimo, o mais novo, Essaradão (PORTER, 1993, p. 16). A sucessão pelo trono, no entanto, realça uma delicada tensão interna, levando em conta que muitos problemas derivaram do período de transição governamental, resultando em insurgências dos territórios

³⁰ Nesse caso houve três situações em que o uso da força foi necessário. A primeira delas, em 678 a.C, se trata da remoção de um governador realizada pelos assírios como base a cidade babilônica de Nippur, e o líder, do povo Bit-Dakkuri localizados nesta área, os sujeitos foram levados até o território assírio onde foram executados, posteriormente, para intensificar a punição houve uma invasão no território de Bit-Dakkuri. A segunda, em 675 a.C, outro problema ocorreu em Nippur e outro governador Bit-Dakkuri foi removido para Assíria e morto. A terceira foi um ataque assírio a cidade dos caldeus Sa-amile (PORTER, 1993, pp 5-7).

já conquistados, e na própria Assíria. Alguns documentos existentes estão fragmentados, isso impede uma leitura ampla, mas não significa que seja impossível decifrá-los. Os tratados ‘Adê’ relatam características importantíssimas sobre o evento de transferência do poder real, principalmente, se nos atentarmos aos perigos advindos deste momento.

(Começo destruído) [...] no coração [. . .], pode [Aggur, Mullissu, Serua], Sin, Nikkal, Samag, [Nur, Anu, Antu, Ililil, Adad, Sala, [Kippat-mati, Igtar do Céu, Igtar de Nínive, Iltar de Arb] ela, Iltar assírio, [Zababa, Babu, Ea, Belet-ili, Kakk] a, e Nerigal, os deuses [da capela de Akitu ...] amaldiçoam você com uma indissolúvel e dolorosa [maldição, que eles ... seu [. . .] em todos os [e1 Capela Akitu [. . (quebrado) rcv.? [Você jura que irá ..., o que Senaqu] eribe, rei da Assíria [ia, seu senhor], designou para você; você jura que [se você ouvir] coisas impróprias, você vai [falar, indo] a Senaqueribe, rei da Assíria, [seu senhor], e se dedicando totalmente ao rei, seu senhor; você jura que protegerá [Essaradão, o príncipe herdeiro do Palácio da Sucessão, e] os outros príncipes [que Senaqueribe, rei da Assíria, indicou] a você. <Quem quer que peca contra a redação deste tratado,> [pode Aggur, Mullissu, Serua], Sin, Nikkal, Samas, N u [r, Anu, Antu, Illil, Adad, S] ala, Kippat-mati, [IStar do Céu, Igtar de Nínive], Istaro de [Arbela, Estrela Assíria, Zababa, B a] bu, Inurta, Nusku e [..., os deuses da Capela de Akitu. . . maldição com] uma maldição indissolúvel e dolorosa [. . .] na cidade de Assur [. . .] (Resto destruído)³¹ (PARPOLA, 2010, p. 179, tradução nossa).

O tratado em questão nos transmite, apesar de fragmentado, um juramento de lealdade direcionado ao rei Senaqueribe. Variados elementos contextualizam a transição de um reinado para o outro, apesar disso, é difícil conceber com exatidão uma data. A datação em si não é um problema, considerando que a partir do conteúdo talhado na tábua podemos ter uma ideia do elemento central do texto. O juramento possui uma etapa referente às maldições como consequências do rompimento do juramento, bem como, o ato de proferir o nome de diversos deuses. Rompê-la alavancaria a punição divina. Um dos elementos chave do juramento, como sugere, é da necessidade de obter informações sobre problemas que poderiam surgir. O indivíduo que está jurando deve fornecer notícias ao então rei. O pacto

³¹ (Beginning destroyed) [...] in his heart [. . .], may [Aggur, Mullissu, Serua], Sin, Nikkal, Samag, [Nur, Anu, Antu, Ililil, Adad, Sala, [Kippat-mati, Igtar of Heaven, Igtar of Nineveh, Iltar of Arb]ela, Assyrian Iltar, [Zababa, Babu, Ea, Belet-ili, Kakk]a, and Nerigal, the gods [of the Akitu Chapel...] curse you with an indissoluble, grievous [curse, may they ... your [. . .] in all [lands .. .1 the Akitu Chapel [. . (Break) rcv.? [You swear that you will ..., which Sennach]erib, king of Assyr[ia, your lord], has set to you; you swear that [should you hear] improper things, you will [speak up, going] to Sennacherib, king of Assyria, [your lord], and totally devoting yourselves to the king, your lord; you swear that you will protect [Esarhaddon, the crown prince of the Succession Palace, and] the other princes [whom Sennacherib, king of Assyria has indica]ted to you. <Whoever sins against the wording of this treaty,> [may ASgur, Mullissu,S erua], Sin, Nikkal, Samas,N u[r, Anu, Antu, Illil, Adad, S]ala, Kippat-mati, [IStar of Heaven, Igtar of Nineveh], IStaro f [Arbela,A ssyrianI Star, Zababa,B a]bu,I nurta, Nusku, and [. . ., the gods of the Akitu Chapel . . . curse you with] an indissoluble, grievous curse [. . .] in the city of Assur [. . .] (Rest destroyed). Citação original.

ainda referencia, é importante notar, a proteção ao herdeiro do trono Essaradão assim como os outros príncipes já citados.

Parece lógico que a necessidade de solidificar forças, durante um período de mudanças governamentais, fosse traduzida em linguagem tratativa pela obrigação que o protetor deveria prestar à família real. Um exemplo que podemos citar que destaca tal problemática são as conspirações contra Senaqueribe. De fato por muitos anos os estudiosos conjecturaram sobre o possível responsável pela tragédia que resultaria desdobramentos de proporções significativas, o assassinato do então rei. As suposições apontavam um dos filhos, “Arad-Ninlil”, como a mente por trás do ardil (ZAWADZKI, 1990, p. 69).

O mais novo dos irmãos foi escolhido e, com isto, complicações se desencadearam, principalmente após o assassinato de Senaqueribe em Kalhur (POZZER, 2018, p. 40). Deu-se início a uma guerra civil entre o príncipe, ainda não coroado, e os seus irmãos que não se prolongou por muito tempo. Nessa ocasião, por motivos claros, o uso da força foi necessário. A campanha bélica foi empreendida e se mobilizou em Nínive, contudo, as forças das coligações dos irmãos revoltosos foram rechaçadas, e Essaradão finalmente pode ascender ao trono. Ainda sobre o recente coroado rei e os momentos iniciais do seu reinado, os inscitos existentes proferem a necessidade de autoafirmação que o então soberano estabeleceu. A primeira inscrição em questão se trata de um juramento, e destaca o papel da decisão paterna e divina como fator determinante para sua subida ao trono assírio, que se finaliza de forma enfática ao citar a sucessão em si.

Entre meus irmãos mais velhos, eu era o irmão mais novo. Ao comando de (o deus) Assur, Sin, Samas, Bel e Nabu, Istar de Niniveh, (e) Istar de Arbela, meu pai e progenitor na assembléia de meus irmãos verdadeiramente ergueu minha cabeça, dizendo: "Este é meu filho (e) sucessor." Ele consultou (os deuses) Samas e Adad através de presságios hepáticos, e eles responderam com uma afirmação verdadeira: "Ele é o seu substituto!"³² (PORTER, 1993, p. 18, tradução nossa).

O principal elemento está na decisão tomada por Senaqueribe diante dos deuses e dos irmãos mais velhos de Essaradão, todavia, os acontecimentos retratados no tratado parecem ser afirmados pelo ponto de vista do príncipe mais novo. Assur surge neste tratado como o maior entre os deuses e ganha destaque por ser o primeiro entre as divindades proferidas. Consta, enfim, que a guerra civil foi cessada e o mais novo dos príncipes, agora

³² Among my big brothers, I was their little brother. At the command of (the god) Assur, Sin, Samas, Bel, and Nabu, Istar of Niniveh, (and) Istar of Arbela, my father and begetter in the assembly of my brothers truly raised my head, saying, “This is my son (and) successor.” He consulted (the gods) Samas and Adad through liver omens, and they replied with a true affirmative, “He is your replacement! Citação original.

rei, ao lado de seus funcionários desenvolveram ao longo do reinado uma série de programas voltados à reconstrução de templos, santuários e outras estruturas na Babilônia. Consolidou uma boa relação com alguns de seus vizinhos durante bastante tempo.

É provável que para Essaradão, pensar as relações entre a Assíria e Babilônia fosse uma tarefa árdua, tendo em vista os estragos feitos por seu pai no passado, ou melhor, os conflitos entre assírios e babilônicos que resultaram na destruição de pontos importantes na ‘casa do deus Marduk’ durante a soberania de Senaqueribe. Para o novo governante a eclosão ou a perpetuação de uma guerra, estrategicamente, não seria viável pelas implicações que advinham com o conflito, os recursos usados, tais quais, soldados, mercenários, suprimentos para os mesmos.

Por ser um importante centro político religioso e por possuírem uma elite poderosa os babilônicos que se revoltassem poderiam, sobre um efeito cascata, incitar outras insurgências. Ora, se o conflito se mostra ineficaz as relações entre ambos poderiam se edificar diferentemente do aspecto, demasiadamente, disseminado e enraizado como “tão intrínseco” aos assírios, como é o caso da guerra. Poderiam se realizar por planos governamentais.

O projeto pode ser definido como uma estratégia com três etapas. A primeira tem por essência a “Imagem” que o novo rei deveria externar, iniciado pelo distanciamento entre Essaradão e seu pai, o rei anterior Senaqueribe, ao não proferir em inscrições que era filho do ultimo citado. A segunda tem por essência a “Reconstrução”, por ser um foco do programa a reedificação do templo de Marduk havendo inscrições que denotam o caráter de apaziguar o ímpeto dos babilônios ao destacar que o templo não fora completamente alterado e que as estruturas base não havia sido prejudicadas. A terceira é baseada no “Respeito ao Sagrado”, pois as atitudes tomadas externam a necessidade de não profanar ou propagar ofensas à divindade mais importante da Babilônia, Marduk o rei das divindades local (NOVOTNY, 2015, p. 150).

O cerne da ultima etapa é basicamente o culto às divindades e a importância ligada a este fenômeno, isto porque, os assírios, assim como a maior parte da mesopotâmia, acreditavam em diversos deuses, mesmo que concedessem maior importância a Assur. A adoração demasiada, se comparada às outras deidades, a imagem de seu patrono não extingue a crença em figuras como Ishtar, Marduk, Samas, juntamente com outras entidades cósmicas. Eram tolerantes com a crença de culturas além (RODRIGUEZ, 2007, p. 24), e não proibiam o louvor aos ritos vigentes, dito isto, embora em momentos de tensão alguns limites fossem

transpostos, o âmbito sagrado é um aspecto da vida mesopotâmica realmente levada a sério, o que não exclui os assírios deste comportamento.

A Babilônia foi o foco da política religiosa de Essaradão por muitos anos, por ser uma peça central na conformação do império. Muitas estruturas foram reconstruídas, sendo estas, o templo chamado de *Esagila* (Esagil) e o *Etemenanki*, uma espécie de Zigurate³³ (PORTER, 1993, p. 41). Vale frisar, que outras obras arquitetônicas também são citadas nos documentos existentes, ou seja, os indícios apontam que não só as estruturas já citadas foram palco da atenção do então governante, como outras construções paralelamente. A inscrição estabelece variados pontos de interesse para uma revitalização babilônica.

Eu tive Esagil, o palácio dos deuses, e seus santuários, Babilônia, a cidade privilegiada, Imgur-Enlil, sua parede, (e) Nēmed-Enlil, sua parede externa, construída novamente desde suas fundações até seus parapeitos. Eu os tornei maiores (do que antes), os levantei, (e) os glorifiquei. Eu recondicionei as estátuas dos grandes deuses (e) fiz com que elas vivessem em seus estrados como uma morada eterna. Eu (re) confirmei suas ofertas de *sattukku* interrompidas³⁴ (NOVOTNY, 2015, p. 159, tradução nossa).

O templo conhecido como Esagil é citado como “o palácio dos deuses”, bem como, a existência de outros santuários, no entanto, o que nos chama atenção neste inscrito é a amplitude do plano desenvolvido por Essaradão e seus servos. As muralhas passaram por um processo de reconstrução igualmente. O que aparece nas entrelinhas do documento é a intensificação do fator “reedificação” como maior, e melhor se comparados as suas formas anteriores.

Este elemento designa uma tentativa do novo governante assírio de conseguir credibilidade diante dos babilônicos, ao contrário de seu pai responsável pela destruição de parte da Babilônia. As camadas que compõe o mundo assírio e suas relações com os diferentes povos são complexas e plurais, é difícil imaginar um império que se expandisse apenas pela guerra, sem nenhuma estrutura sólida, legítima ou estratégica de consolidar relações, por vezes diplomáticas, por vezes autoritárias, mas que dimensionam o que pode ter sido o mais próximo da realidade histórica do período Neoassírio.

No juramento de lealdade prestado à Essaradão parece haver uma preocupação acerca de possíveis boatos que pudessem prejudicar a posição do rei, o maior problema, no

³³ São construções em formato de pirâmide, construídos em níveis sobrepostos. Tinha acesso a rampas e escadarias que se dirigiam até o cume, onde havia um santuário.

³⁴ I had Esagil, the palace of the gods, and its shrines, Babylon, the privileged city, Imgur-Enlil, its wall, (and) Nēmed-Enlil, its outer wall, built a new from their foundations to their parapets. I made (them) greater (than before), raised (them) up, (and) glorified (them). I refurbished the statues of the great gods (and) I had (them) dwell on their daises as an eternal dwelling. I (re)confirmed their interrupted *sattukku*-offerings. Citação original.

entanto, se dirige aos governadores dos possíveis estados ligados ao domínio assírio, como aconteceu na Babilônia durante o período pré-maturo de atuação como governante. Outros sujeitos são citados havendo uma projeção mais ampla de prováveis suspeitos de conspiração, mas, infelizmente, não está tão claro. O maior destaque está na ação de jurar que resulta, por sua vez, na necessidade de disseminar boas novas e qualidades sobre o então governante.

(Começo destruído) [... t] orre [s...] direi [...] para [...e] viajantes, enviarei mensageiros] para o sul e [para o norte ...]. Juro que, se eu ouvir alguma palavra sobre ele [da boca] de sua semente, [se eu ouvir] da boca de um dos magnatas ou [governadores], [da boca de um] do barbudo ou da boca dos [eunucos], irei e contarei a Essradão, meu senhor, [juro] que serei [seu servo] e (apenas) falarei bem dele, que Eu [serei] leal a ele e [... a fa] ce de Esseradão meu senhor, [. . .] ? Juro que vou [manter] o juramento [desta tábua do tratado] e não realizar o (rito de) desfazer o [juramento...] ou fazer [...]. 'Você (sic) também jura que não fará [. . .], e que você não fará [. . .] e não [. . .] de desfazer [. . .]. <Aquele que peca contra o texto desta tábua do tratado:> '[Que Assur, pai dos deuses e rei] da totalidade do Céu e da Terra [impor uma punição pesada] [sobre ele ... e proibir sua entrada na presença de Deus e do Rei! 'Pode [Mullissu, mãe dos deuses, sua] amada esposa [...] mudar seu [...] [pode Istar, senhora da guerra quebrar seu arco em] uma batalha feroz, [amarrar seus braços] e entregá-lo como cativo [ao seu inimigo] [Pode Samas. .] um saldo falso [. .] na praça da sua cidade! [Que Nikkal ...] piorar seu caso [...] na presença de Sin [seu marido] [Pode Nerigal, o mais forte entre os deuses] destruir [seu] povo por meio de peste e pestilência [. . .] (Resto destruído)³⁵ (PARPOLA, 2010, p. 171, tradução nossa).

O elemento “final”³⁶ da tábua intensifica uma série de acontecimentos ruins que poderiam recair sobre o transgressor do pacto ritual, novamente observamos o papel essencial dos deuses na concretização da “má sorte” lançada ao sujeito que ignorasse o tratado jurado. Assur, Mullisu, Istar (Ishtar) e Nerigal são citados com maior eloquência ao longo do tablete. Assur é novamente proferido como o “pai dos deuses” amplificando a proeminência da Assíria enquanto império; Mullisu sua consorte, e também mãe dos deuses; Ishtar a deusa do

³⁵ (Beginning destroyed) [..... t]ower[s ...] I will tell [...] to [... and] trav[ellers, I will send messengers] to the south and [the north ..]. I swear that should I he[ar an ug]ly word about him [from the mou]th of his seed, [should I hear it] from the mouth of one of the magnates or [governors], [from the mouth of one] of the bearded or from the mouth of [the eunuchs], I will go and tell it to Esarhaddon, my lord, [I swear] that I [will] be [his servant] and (only) speak good of him, that I [will be] loyal to him and [. .. the fa]ce of Esarhaddon my lord, [. ..] ?'I swear that I will [keep] the oath [of this treaty tablet] and not perform the (rite of) undoing the [oath . . .] or make [...]. 'You (sic) also swear that you will not make [. . .], and that you will not make [. . .] and will not [. . .] of undoing [. . .]. <He who sins against the wording of this treaty tablet:> '[May Assur, father of the gods and king] of the totality of Heaven and Earth [impose a heavy] punishment [upon him ... and forbid his ent]ering into the presence of God and King! 'May [Mullissu, mother of the gods, his] beloved wife [...] change his [... .] [May Istar, lady of warfare break his bow in] a fierce battle, [bind his arms] and surrender him as captive [to his enemy] [May Samas . .] an untrue balance [. .] in the plaza of his city! [May Nikkal . . .] worsen his case [. . .] in the presence of Sin [her husband] [May Nerigal, the strongest among the gods] destroy [his] people through plague and pestilence [. . .] (Rest destroyed). Citação original.

³⁶ A tábua se encontra em um estado danificado, sendo incerto o conteúdo total existente na mesma.

sexo e da guerra; Nerigal “o mais forte entre os deuses” será o responsável por destruir o povo com doenças e pragas.

Tendo em vista a ótica do divino, como já vimos anteriormente, o medo do desconhecido e o poder das palavras acabam por exercer um forte apelo ao cumprimento do tratado e manutenção da ordem. Apesar das revoltas, ou crises derivadas de períodos turbulentos, tal metodologia administrativa ilustra outros meios de exercer a política religiosa para além da guerra unilateralmente. Há um forte sentimento ritualístico e sagrado na dimensão tratativa, assim, como na dimensão frontal, todavia, o primeiro ressalta uma maneira legal de afirmação do poder.

Após um período distinto de relações com seus vizinhos a Assíria de Essaradão, que, por um lado, foi pacífica com a Babilônia, por outro lado intensificou suas investidas até o Egito. O seu reinado cessaria com a ascensão do príncipe herdeiro Assurbanipal, que continuaria os projetos de seu pai como a conquista de parte do território egípcio, Tebas e Mênfis. Os adê relacionados a Assurbanipal tratam-se dos momentos de transição ao trono, semelhante aos acontecimentos que retomam até seu falecido avô. Os inscritos encontrados exaltam designações do rei Essaradão para com seu sucessor, que englobam um contingente significativo de pessoas com funções variadas – novamente destacando a figura do soberano que se estende por muitos segmentos da sociedade assíria – evidenciam um juramento perante um grupo significativo de súditos, que integrava o governador até o simples homem livre como o artesão.

O adê de Essaradão, rei da Assíria, filho de Senaqueribe, rei da Assíria, com o governador de Kunalia, com o deputado, o mordomo, os escribas, os cocheiros, os terceiros homens, os administradores da aldeia, os oficiais de informação, os prefeitos, os comandantes da corte, os quadrigários, os cavaleiros, os isentos, os batedores, os especialistas, os [carregadores (?)], os artesãos, (e) com [todos] os homens [de suas mãos], grandes e pequenos, tantos quantos houver - [com eles] e com os homens que nasceram depois do adê na [f]utura, do leste [...] ao oeste, todos aqueles sobre os quais Essaradão, rei da Assíria, exerce a realeza e senhorio, em relação a Assurbanipal, o grande príncipe herdeiro designado, filho de Essaradão, rei da Assíria, em cujo nome ele estabeleceu o adê com você³⁷ (LAUINGERL, 2012, p. 112, tradução nossa).

³⁷ The adê of Esarhaddon, king of Assyria, son of Sennacherib, king of Assyria, with the governor of Kunalia, with the deputy, the majordomo, the scribes, the chariot drivers, the third men, the village managers, the information officers, the prefects, the cohort commanders, the charioteers, the cavalymen, the exempt, the outriders, the specialists, the shi[eld bearers (?)], the craftsmen, (and) with [all] the men [of his hands], great and small, as many as there are—[wi]th them and with the men who are born after the adê in the [f]uture, from the east [...] to the west, all those over whom Esarhaddon, king of Assyria, exercises kingship and lordship, concerning Assurbanipal, the great crown prince designate, the son of Esarhaddon, king of Assyria, on whose behalf he established the adê with you. Citação original.

O juramento ainda externa um prolongamento no tempo, ou seja, mesmo aqueles que nasceram depois do ‘adê’ estariam sujeitos ao juramento da mesma forma. A inscrição termina com a designação de Assurbanipal como herdeiro de Essaradão. A existência deste tipo de juramento e sua recorrência ao longo das transições do reinado indicam que os problemas, como foram vistos, não eram raros ou específicos, não se limitam a recortes determinados, mas, que perduram. Daí a necessidade legal do posicionamento que o soberano deveria tomar para não criar caos desnecessário.

Os tratados se tornam, desta forma, mecanismos político religiosos de significativa relevância, principalmente se levarmos em conta seu papel estratégico contra traições e rebeliões. Afinal as problemáticas tomariam rumos diminutos se houvesse alguma forma de superá-los rapidamente, de maneira que tais informações fossem avaliadas antecipadamente a partir da lealdade de certos sujeitos. Como, por exemplo, o tratado que referencia Assurbanipal, mas, tem como sujeito mandante a sua própria mãe Zakuto.

[Além disso, você jura que deve] a partir deste dia <ouvir> uma [palavra] feia de rebelião e insurreição sendo dita [ken] seu senhor Assurbanipal, rei da Assíria, você virá e informará a Zakutu sua mãe e Assurbanipal, [rei da Assíria], seu senhor; e você jurar que se ouvir falar de (um plano) para matar ou eliminar nosso senhor [Assur] Banipal, rei da Assíria, você virá e informará Zakutu [sua mãe] e seu senhor Assur-banipal, rei da Assíria; 'você também jura que, se souber de um [esquema] feio sendo elaborado contra seu senhor Assurbanipal, rei da Assíria, você falará na presença de Zakutu, sua mãe, e de seu senhor, Assurbanipal, rei da Assíria; 'e você jura que deve ouvir e saber que há homens instigando rebelião armada ou fomentando conspiração em seu meio, sejam eles barbudos ou eunucos ou seus irmãos ou de linha real ou seus irmãos ou amigos ou qualquer pessoa em toda a nação - deveria você escutar e [saber] (isto), você irá prendê-los e [matá-los] e trazê-los a Zakutu [sua mãe e a Assurbanipal, rei da Assíria, seu senhor]’³⁸ (PARPOLA, 2010, p. 167, tradução nossa).

Neste juramento o destaque é a ‘informação’. A inscrição é composta por Zakuto, Assurbanipal e o indivíduo que está jurando, é difícil mensurar especificações, no ‘Adê’. Dito isto, ao longo do texto muitos detalhes acabam evidentes, tais quais, as insurgências, as

³⁸ [Also, you swear that should] you from this day on <hear> an ugly [word] of rebellion and insurrection being spo[ken against]y our lord Assurbanipal, king of Assyria,y ou will come and inform Zakutu his mother and Assurbanipal, [king of Assyria], your lord; and you swear that should you hear of (a plan) to kill or eliminatey our lord [Assur]banipal, king of Assyria,y ou will come and inform Zakutu [his mother] and your lord Assurbanipal, king of Assyria; 'you also swear that should you hear of an ugly [scheme] being elaborated against your lord Assurbanipal, king of Assyria, you will speak out in the presence of Zakutu his mother and your lord, Assurbanipal, king of Assyria; 'and you swear that should you hear and know that there are men instigating armed rebellion or fomenting conspiracy in your midst, be they bearded or eunuchs or his brothers or of royal line or your brothers or friends or any one in the entire nation-should you hear and [know] (this), you will seize and [kill] them and bring them to Zakutu [his mother and to Assurbanipal, king of Assyria,your lord.]. Citação original.

tentativas de assassinato e incitação de palavras prejudiciais ao rei. No período de Essaradão seus irmãos ocasionaram uma guerra civil, durante seu reinado os momentos iniciais de relação Assíria-Babilônia foi tensionada, mesmo que por pouquíssimo tempo antes de estabelecerem relações pacíficas. Vale salientar, paralelamente, que Senaqueribe avô de Assurbanipal foi assassinado.

Estes elementos em uma inscrição durante o contexto histórico vigente não intensifica atitudes inconscientes, ou seja, de modo que o juramento enquanto método de superação para obstáculos inoportunos não nos parece uma realidade demasiadamente longínqua, mas, uma solução parcial. Os termos “insurreição”, “feito esquema”, “instigando”, “conspiração”, “eliminar” e “contra o senhor” são tratados com efetiva importância, levando a aprisionamentos ou até mesmo a morte.

Todos os itens analisados dimensionam uma situação clara, quer dizer, a manutenção do império e a consolidação do poder são aspectos que descrevem as complexidades vigentes no período Neoassírio. Isto significa que quando fossem necessárias as atitudes poderiam ser brandas, rígidas ou drásticas, depende do contexto e das adversidades recorrentes de momentos delicados ou não. A documentação expressa muitos exemplos que envolvem tramas, pactos, juramentos, maldições, cordialidade, e isso é um retrato da multiplicidade de eventos que convergem em uma cultura.

As leis são importantes para percebermos como é difícil estabelecer limites para as pessoas não acabarem destruindo umas as outras sem qualquer julgamento legal. Os deuses entram em cena porque fazem parte intimamente do universo dos homens. À medida que entendemos como esta organização se dava cada vez mais se torna evidente o seu funcionamento, similar a um corpo, com artérias, veias e órgãos. Era um sistema, como um corpo. Não se imagina um corpo funcionando corretamente sem o auxílio de um de seus órgãos, assim era o mundo antigo. Os tratados *Adê* ressaltam a política religiosa sobre outra perspectiva que não é essencialmente frontal ou bélica. Confere formas de administração internacional e nacional. As leis intensificam que há alguma ordem dentro da própria sociedade. E por último nos atentamos a algo, que uma cultura é sempre muito mais do que se pensa sobre a mesma.

Partindo desta premissa, parte do conhecimento histórico intensifica demasiadamente um universo onde parece existir apenas a guerra e nada mais, este tipo de abordagem atinge o público e edifica o saber por um viés deveras unilateral. Ora, isto pode ser grave à medida que se cria uma espécie de pré-julgamento sobre uma civilização que não

condiz plenamente com a realidade. Os assírios são tão plurais como qualquer outra civilização da história, e inserido nesta discussão o próximo capítulo abordará as questões mais delicadas. Tal qual, a violência, o simbolismo, desconstrução, o culto e a convergência dos elementos culturais na construção de uma Assíria profunda em contraste com tudo aquilo que é expresso nos meios de aprendizagem, como os livros didáticos.

4 CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA E DESCONSTRUÇÃO: A CONVERGÊNCIA CULTURAL NO MUNDO ASSÍRIO EM CONTRASTE COM A IDEIA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

O terceiro capítulo se propõe a estabelecer relações entre variados fatores que compõe o mundo assírio-mesopotâmico, a política religiosa frontal, a política religiosa tratativa, as leis, o simbolismo todos convergindo em um elemento base, o sagrado. Nosso intuito é explicar a profundidade dos sentidos existentes no seio desta cultura, a fim de observá-la como algo mais rico e complexo ao invés de uma visão unilateral. A visão unilateral é a ideia de entender os assírios como uma civilização primariamente “cruel” e “violenta” diretamente ou indiretamente. Para isso a necessidade de trazer as informações dos capítulos anteriores de forma convergente é essencial, ao passo que se enriquece a compreensão sobre esta civilização. A partir deste ponto, abordar materiais didáticos nos diz como este conhecimento é ensinado fora do ambiente acadêmico, e isso é extremamente necessário. A utilização dos livros didáticos supre esta necessidade. Para tal, um contraste se desenvolve entre o mundo assírio multifacetado e como são representados pelos meios educacionais. Nosso intuito é também valorizar o ensino de História Antiga e sua importância como um meio de reflexão.

4.1 A convergência dos elementos culturais: o mundo simbólico, o culto e a política-religiosa

Na Mesopotâmia e, especificamente, na assíria, podemos observar muitos componentes intimamente interligados, muitas expressões que dependem umas das outras na consolidação das relações humanas. Podem ser compreendidas como os diversos elementos já citados nos capítulos anteriores: a política subdividida entre frontal e tratativa, as funções restritivas das leis, os valores simbólicos das artes destacada pelos relevos em pedra. Pontos que possuem mais em comum do que aspectos que as distinguem. Podemos começar tal convergência dos elementos culturais pelo simbolismo e adentrando nas outras esferas como forma de destacar sua incrível relação com o sagrado.

A linguagem simbólica é um exemplo nítido da necessidade humana de representar as coisas que nos cercam, e, por certo, se traduz como fonte de valores culturais, ou seja, sua criação não se dá pelo mero acaso, ao contrário, acontece porque precisamos de

algo que possa fazer sentido para nós mesmos e para o outro. O resultado é comunicação, a base de qualquer sociedade.

A afirmação “vivemos em um mundo povoado por símbolos” (JUNQUEIRA, 2009, p.02) é um interessante ponto de partida para compreendermos com maior profundidade o leque cultural de uma civilização. Principalmente se elementos existentes neste campo possam transitar em outras áreas, porém, fazendo parte de uma unidade necessária. O mundo, portanto, é comunicativo e pode ser descrito (por palavras), visto (por imagens), lido (pela escrita) e ouvido (por fonemas) tendo em vista os elementos gerais, isto é, signos, sinais e o simbolismo.

O poder do símbolo é intuitivo de muitas maneiras, por exemplo, em um acidente de trânsito sabemos distinguir rapidamente quem pode ajudar a vítima e quem não pode no mesmo lugar. Se observarmos a cruz vermelha, um signo, acompanhado de outros caracteres, sendo estes, vestimentas e acessórios podemos identificar rapidamente que aquele sujeito é um profissional da saúde. Logo, o mesmo é o mais capacitado no momento para prestar auxílio emergencial. A construção desse entendimento não se deu de forma instantânea, foi o oposto, um processo extenso e lento composto por uma imensa carga cultural inserida em nós. O que isto significa? Ora, todas as coisas possuem um passado, e até os dias atuais muitos sentidos mudaram ou se perderam, e somados ao fator “diversidade cultural” procurar um significado totalizante parece ingenuidade. Logo, certos elementos simbólicos como as imagens podem ter seu significado distinto dependendo da cultura ou da época (MITFORD, 2001, p.09).

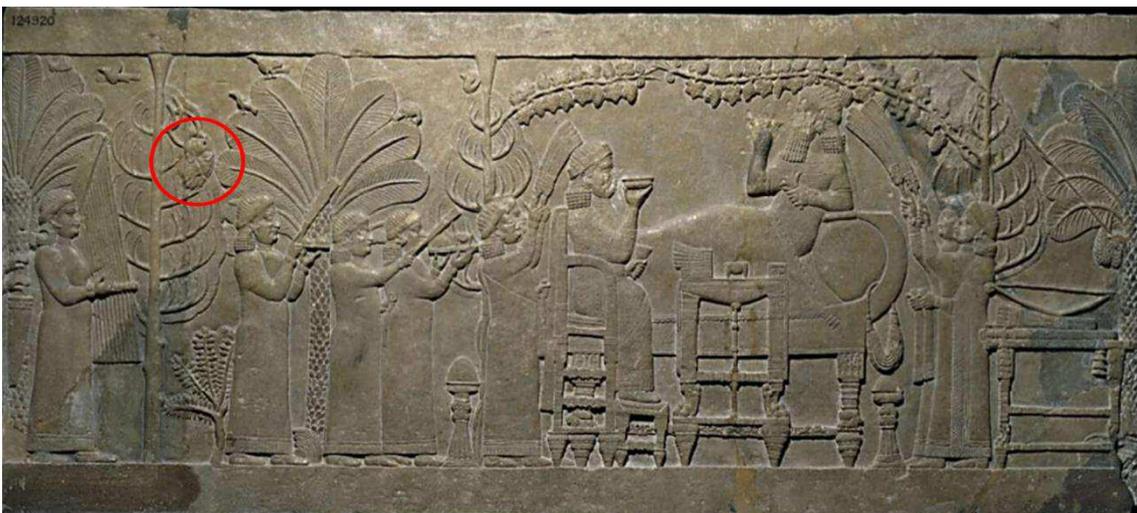
Hoje ao observarmos uma cruz automaticamente identificamos como “isto é cristão”, mas, a figura do crucifixo, bem como o objeto em si, possuiu ao longo do tempo inúmeras formas. Nos primórdios da era cristã, em um período de perseguição religiosa, os meios representativos de Cristo foram alterados na tentativa de sobreviver num ambiente hostil. Formas geométricas como círculos eram usadas para designar Jesus Cristo, e reunida com a cruz simbolizava a crucifixação, até mesmo um peixe já foi utilizado para representar Cristo (BILHEIRO, 2008, p. 65).

O simbólico é essencial e, certamente, precisamos compreender que sua existência se associa a um contexto histórico. Grande parte das imagens produzidas no período Neoassírio representavam feitos de cunho militar, e talvez seja uma das razões para se acreditar que eram povos que valorizavam acima de tudo tais métodos, como a guerra. Houve também representações de ritos, engenharia e outras maravilhas, mas a expansão territorial foi

um meio para expressar esta arte, pois, acima de tudo, foi um fato histórico. A realidade que provém destes documentos pictóricos não, necessariamente, expõe que a vida assíria era devota exclusivamente ao conflito.

Os assírios ganharam uma “fama” negativa derivada dos registros existentes, como os “relevos em pedra” que destacam desmembramentos humanos. Contudo, podemos resumir “toda” a amplitude cultural de uma sociedade sob o ponto de vista de um único viés que podemos julgar, precipitadamente, demasiado estranho? Toda imagem possui um significado que pode ser interpretado (no primeiro capítulo abordamos isso detalhadamente), sabemos igualmente que depende do espaço social e do contexto histórico como no caso acima, porém, o que o desmembramento humano ressalta em um relevo assírio?

Figura 8: O momento de descanso do rei Assurbanipal



Fonte: Adaptação The British Museum, The banquet scene.

A decapitação, contudo, não é um caso isolado no relevo de Assurbanipal, outros elementos compõem a imagem que, por sua vez, expõe uma mensagem abrangente através do seu conteúdo. Consideramos que cada signo presente é relevante para designar algo.

4.1.1 Tema primário ou Natural

À direita no assento está Assurbanipal, ao seu lado à esquerda, também em estado de repouso se encontra a rainha e esposa Assursarrati. Cinco sujeitos se posicionam a esquerda da rainha, e dois a direita do rei, todos eles portam um objeto em suas mãos. Nos arredores pode-se ver fauna e flora, com plantas e aves no horizonte da imagem. No relevo

são visíveis os trajes luxuosos utilizados pela família real, os utensílios como os móveis e objetos como as taças direcionadas até os lábios dos soberanos. É possível ainda observar uma flor na mão esquerda de Assurbanipal. Porém, um dos aspectos mais chamativos é a cabeça decapitada do rei elamita Teumman marcado por um círculo vermelho na imagem. É importante notar o posicionamento das personagens, ou seja, dois sujeitos em descanso e das sete pessoas utilizando sua força de trabalho, uma separação entre senhorio e servidão. A imagem por motivos estéticos não acentua expressões faciais de forma tão nítida, contudo, o mínimo que podemos descrever é uma feição singular esboçando calma. O cenário, por sua vez, também transmite um sentimento de tranquilidade e luxo.

4.1.2 Tema secundário ou convencional

O que os elementos vigentes na imagem aludem? Certo, ao analisarmos a forma como as personagens se posicionam, como se portam, a reunião dos fatores nos apresenta uma alegoria de fato específica. O rei Assurbanipal está sentado em uma esteira luxuosa, bem como, sua rainha cercado por, possivelmente, servos denotando a separação entre servidão e senhorio, como o soberano é para com seu deus. Kátia Pozzer afirma se tratar de um momento de glorificação (POZZER, 2011, p. 07) pós-guerra se levar em conta a cabeça do inimigo decapitada diante de Assurbanipal. O jardim e suas criaturas representam a serenidade mundana e a cabeça de Teumman representando a natureza belicista do homem.

4.1.3 Significado intrínseco ou conteúdo

A cena representada no relevo em pedra mostra um momento de descanso do rei Assurbanipal que viveu entre os anos de 668 á 631 a.C. Neste momento é essencial nos distanciarmos do aparente e estender nossos horizontes, pois, os itens específicos são “Jardim” e “Decapitação”, a partir dessas duas palavras poderemos nos aprofundar na cultura Assíria de forma a conceber um olhar que não seja unilateral.

Primeiramente devemos nos atentar a espacialidade. Nesse quesito um fator presente no imaginário assírio, e mesopotâmico, diz respeito aos campos floridos, vivos e lípidos, ou seja, os jardins. Ao longo da história muitos relatos foram elaborados com esta característica, um dos mais antigos nos conta um enredo fantástico sobre os feitos do rei de Uruque, Gilgamesh, em busca da imortalidade. A obra é intitulada de “A Epopéia de Gilgamesh”. Quando Enkidu o melhor amigo do protagonista morre o então rei se enxerga a mercê da própria morte, pois aparentemente é um destino que a todos alcança, e finalmente

cercado pelo desespero parte rumo a tal procura, uma maneira de superar o “fim”. Durante o caminho o herói perpassa por diversos biomas, tais quais, locais montanhosos e até mesmo florestas de cedro, regiões, vale destacar, pertencentes aos deuses. O soberano então segue firmemente até chegar a um belo “Jardim”.

Gilgamesh pôs-se a caminho pelas montanhas, e a escuridão aumentou em densidade a cada hora, mas ele resistiu, e no final de doze horas ele chegou a uma região onde havia clara a luz do dia, e entrou em um adorável jardim, cheio de árvores carregadas de frutas saborosas, e viu a “árvore dos deuses” (BUDGE, 2004, p 77).

Acreditamos que há certo valor intrínseco no culto ao Jardim que foi construído ao decorrer de muito tempo, trazendo à tona um complexo quadro de significações e que, dessa maneira, nos faz pensar sobre uma identidade mesopotâmica ligada a este elemento. Assurbanipal, no relevo acima, repousa em um lugar arejado, cercado por flora, e a ideia transmitida não se deve, unicamente, ao repouso de Assurbanipal, mas do cenário ao seu redor. O chefe-guerreiro é um ordenador do próprio cosmos, como tal, o mesmo se integra ao espaço expressando uma oposição ao desequilíbrio. O jardim pode ser traduzido como uma unidade do mundo, da variedade das coisas, ordem e equilíbrio, um lugar de criação (CARAMELO, 2003, p. 91).

Na bíblia nos deparamos com um ideal semelhante, o “Jardim do Éden”, onde animais de espécies diferentes não se digladiam, onde não há conhecimento do “bem” e do “mal”, um lugar de relevante paz. Ainda sim a existência do “fruto proibido” indica que pode haver algo mais, talvez um despertar que reestrutura esse lugar pacífico, que parece distinto de todo o resto, e que aparentemente poderia abalar o sistema vigente. É provável que a cabeça decapitada de Teumman tenha um sentido semelhante ao “fruto proibido”. Óbvio que não nos referimos ao conceito de se tornar conhecedor da “bondade” ou “maldade”. Estamos nos remetendo à função contrastante entre a “Cabeça” e o “Jardim”, mas, para entendermos com mais clareza precisamos conhecer o “por que” da decapitação.

Provavelmente estamos tratando de um momento ritualístico. As práticas rituais podem ser parte de um imenso corpo simbólico e religioso. Portanto, ligada a fatores divinos, se fixando a um espaço que transcende os limites materiais, as relações entre os mortais e os imortais de tempos imemoriais. O que nos leva a uma indagação. O universo cósmico pode ser um modelo comportamental para os antigos assírios?

Nas narrativas mitológicas da *Epopéia de Gilgamesh*, uma passagem explicitamente acentua o desmembramento como algo necessário, e não apenas como forma

de escárnio ou zombaria, quando os guerreiros Gilgamesh, 1/3 humano e 2/3 divino, e Enkidu enfrentam uma criatura poderosa³⁹. Nas florestas de cedro se encontrava um ser chamado Khumbaba, e antes do combate acontecer entre eles Enkidu e Gilgamesh acabam adormecendo. O último sonha com um desmoronamento que saíram ilesos, o primeiro interpreta como um sinal de que iriam vencer a criatura. Quando finalmente derrotam Khumbaba a sua cabeça é arrancada, e os dois retornam a Uruk, ou Ereque, gloriosamente (BUDGE, 2004, 68).

A derrota de Teumman e sua cabeça a amostra evidencia uma tradição muito antiga, que narra a consumação de uma profecia proclamada pelos deuses. Não é surpresa nos referirmos à adivinhação, porque esta prática era muito comum no mundo antigo. Isto indica uma forte comunhão entre a decisão de um rei e o papel do culto. “Eu, Assurbanipal, rei da Assíria, exhibi publicamente a cabeça de Teumman, rei do Elam, em frente ao portão dentro da cidade, onde desde o passado fora dito pelo oráculo: ‘A cabeça de teus inimigos devem ser cortadas’”⁴⁰(POZZER, 2011, p. 9. Tradução nossa). O desmembramento é sagrado, os deuses disseram, a partir do oráculo, que a cabeça deveria ser cortada. Não se trata de uma vontade insípida de praticar a decapitação pelo prazer próprio como verdade unilateral, mas, pela necessidade de estar em equilíbrio com a esfera cósmica. Os sinais estão sempre presentes nas ocasiões de grande significado, assim como o sonho de Gilgamesh, que foi uma evidência da sua vitória. Os sonhos geralmente são descritos como sinais dos deuses.

Há acima de tudo um espaço amplamente simbólico, a cabeça representa uma relação entre o rei e o destino do mesmo proferido pelos imortais, dos quais o chefe-guerreiro deve obediência. Sendo assim, há um elo extremamente importante entre o divino e o mundano, de maneira tal que a realeza externa suas ações baseadas nos sinais extraterrenos. Neste sentido a “Cabeça” surge como uma provação sagrada, que remete ao confronto, Assíria e Elam, na qual Assurbanipal se saiu glorificado pela vitória. A guerra nos remete àquilo que externa o caos do campo de batalha, contudo, a guerra era uma divindade que almejava se apoderar do mundo então conhecido, e ordená-lo. A cabeça seria uma alusão da sujeição de um estado perante outro?

Possivelmente. Mas, sabemos que essas relações não se davam tão somente pela violência, talvez, a presença da flora possa ressaltar este entendimento. O “Jardim”, ao contrário, nos induz a pensar em pacificação, lazer e tranquilidade. Abordamos um paralelo

³⁹ Narrativa decorrente da quinta tabuleta.

⁴⁰ I, Assurbanipal, king of Assyria, displayed publicly the head of Teumman, king of Elam, in front of gate inside the city, where from of old it had been said by the oracle: 'The head of thy foes halt cut off. Citação original

entre a Bíblia e o relevo de Assurbanipal, pois as semelhanças entre as lógicas culturais podem indicar que determinados elementos externam um padrão mesmo que discreto ligado não só ao imaginário assírio, mas, da Mesopotâmia como região.

Em suma, grosso modo, seria como se a imagem dissesse “Há muita riqueza em nós”. Porventura, a cabeça decapitada de Teumman é, em parte, como o fruto do Éden, algo que se destoa, aquilo que polariza, e que confere ao Jardim a existência de um mundo além da serenidade, as conquistas. Mas, unidas na mesma imagem intensifica uma noção ritualística muito precisa. A Assíria se expande, agrega alianças e territórios na medida em que passa a conhecer o que não se conhecia. Fazem inimigos e os enfrentam, há momentos de considerável tensão e outros brandos. A figura 8 é a própria harmonização do universo.

Os antigos possuíam formas próprias de discernir seu mundo. Partindo deste ponto de vista se torna mais evidente nossa jornada na tentativa de esclarecer um aspecto importante, não limitarmos uma cultura a partir de uma visão monocromática. Como é bastante difundido nos meios de aprendizagem, por exemplo, os livros didáticos que serão abordados posteriormente.

A violência e crueldade, como *modos* de comportamento, como propaganda, como discurso por si só edifica uma noção cultural relativamente linear. Se este fosse o caso os babilônicos estariam limitados apenas às leis do Código de Hammurabi? Partes dos parágrafos registrados detinham um cunho extremamente rígido em alguns casos resultando na morte do culpado, contundo, é preocupante estigmatizar uma cultura por esse viés. Por outro lado, a Babilônia foi extremamente importante no campo da medicina com tábuas cuneiformes que descreviam doenças e tratamentos (CATÃO, 2011, p. 53).

A lei hebraica também externava a pena de morte, porém, seu rigor dependia da gravidade do ato consumado. A lapidação (apedrejamento) também era praticada, uma forma de tortura evidente. As vestes do sujeito condenado à pena capital eram removidas e as testemunhas no local arremessavam pedras no seu peito (BASSO, 2005, p. 28). Os egípcios praticavam igualmente a pena de morte de diversas maneiras, decapitação, empalação, embalsamento (Ibidem, p. 29). Os romanos são conhecidos pelas práticas de crucificação e diversos foram sujeitados a “Pax Romana”, principalmente, escravos e aqueles que se opunham a soberania romana (PALMA, 2011, p. 27).

Percebe-se que diversas culturas exerceram formas de represália que aos nossos olhos são cruéis, mas, não justifica sua essência como um todo. No Oriente antigo não foram apenas os assírios que compartilharam atitudes radicais. As leis de Eshnunna mesmo se

tratando em maior parte de taxações e bens materiais expõem nos inscritos, mesmo que raramente, a necessidade da pena de morte como decisão final como é o caso do parágrafo **23: tábua <A> II, 19-25.**

Se um Awilum não tem nada contra (outro) Awilum, mas (contudo) penhora a escrava deste Awilum, retém o penhor em sua casa e lhe causa a morte: ele restituirá duas escravas ao proprietário da escrava. Se não tem nada contra ele, mas, penhora a mulher de um Muskênum, (ou) o filho de um Muskênum, retém o penhor em sua casa e lhe causa a morte: é um processo de vida. Aquele que penhora deverá morrer (BOUZON, 1981, p. 92).

Punições drásticas como a pena de morte eram comuns no mundo antigo. Na Grécia, Sócrates foi condenado a morte por cicuta. A questão é que não havia um sistema legal que dissesse que tais feitos eram absurdos, estamos tratando de civilizações milenares, isto é, precisaríamos de milhares de anos para entender melhor uns aos outros até edificarmos direitos humanos que nos “protegesse”, na teoria, contra práticas esdruxulas. Mas na Antiguidade tal lei evidentemente existia. Isso os definiria como essencialmente cruéis?

A violência, como é de se notar, assume muitas facetas por ser extremamente volátil se dirigida à natureza humana, para isso diversas nomenclaturas foram criadas e até os dias atuais tal questão é palco de estudos nos campos da psicanálise e filosofia, da mesma forma, a história. Sobre a última citada, tratamos especificamente do homem no tempo transformando o mundo e sofrendo essa ação, o que nos faz perceber que a história humana é, em parte, violenta, traumática em inúmeras épocas. As conquistas de Alexandre o grande, as cruzadas durante o período medieval, as revoluções do século XVIII, as guerras mundiais no século XX, são estes eventos exemplos dos surtos de agressão. Mas, sabemos exaustivamente que violência se traduz em roupagens distintas, dano físico, dano psicológico, agressão verbal ou sexual, que coabitam no espaço “violento”.

Essa realidade é compreendida de múltiplas formas, pode ser determinado pelas relações de força, em termos de classe, em termos interpessoais (OLIVEIRA, 2016, p. 235) o que nos permite afirmarmos que ao tratarmos de “Violência” sua utilização deve ser observada com cautela. Dizemos isso, pois não se trata apenas da Antiguidade, isto é, da Mesopotâmia ou Assíria, mas da atitude do autor, se não for atenciosamente coordenada, acaba por gerar complicações graves para o conhecimento propriamente dito. Vejamos, como exemplo, um discurso improvisado do ex-presidente Lula em 2003 ao se referir a um país da África "Quem chega em Windhoek não parece que está em um país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e têm um povo tão extraordinário como tem essa cidade" (BACOCINA, 2003, BBC-brasil). Mesmo que sua intenção não

fosse discriminatória, a ideia geral inconscientemente intensificou o preconceito. Como presidente da república na época o mesmo deveria ser um exemplo para toda sociedade brasileira, isso não poderia refletir para o público? Sobre este ângulo acreditamos que o tema, o texto, o discurso, os termos precisam ser escolhidos com esmero.

Nossa intenção não é determinar se livro, artigo, monografia e dissertações estão errados. Contudo, precisamos ser cuidadosos na disseminação da mensagem, a forma como pode ser compreendida tem o potencial para ser desastrosa ao receptor. A violência existe há muito tempo, e seus dias não terão um fim, desde os momentos germinais da humanidade as sociedades, culturas de lugares e épocas distintas conflitaram-se, pessoas contra pessoas, famílias contra famílias (FARIAS; FRIEDL, 2015, p. 233) nações contra nações, de modo que sua existência encerra com a seguinte afirmação: somos em parte violentos como espécie.

Somos, em contra partida, igualmente constituídos por virtudes, e nossos feitos devem ser observados além do unicolor. Na verdade períodos históricos inteiros já foram definidos pelo seu lado negativo, de fato, até mesmo atualmente notamos tal visão nas mídias de entretenimento. Citando caso análogo como o período medieval que por muito tempo foi lembrado apenas pelo viés pessimista, isto é, uma concepção parcialmente distorcida derivada da época Renascentista como aponta Adriana Zierer (2009) “com Petrarca, que intitulou de *tenebrae*, continuou no iluminismo, com uma visão bastante anticlerical de vários filósofos, que por isso viam o medievo de forma depreciativa, e essa imagem estaria consolidada hoje” (ZIERER, 2009, p. 9).

Alguns acontecimentos bastaram para deturpar o imaginário sobre uma época, a peste negra, a inquisição, a bruxaria. Contudo, o advento das universidades encontra-se no medievo, e no século XIII, figuras poderosas como o papa e a realeza (as universidades de Paris e Bolonha foram edificadas pelas autoridades citadas) vislumbravam tais instituições como meios importantíssimos para obtenção de apoio político (OLIVEIRA, 2007, p. 120). Enfim, aspectos estes estudados minuciosamente de maneira ímpar pela historiografia moderna, e se faz mister afirmar que o medievo não se resume apenas aos fatores citados no início do parágrafo.

O ato de pontuar estes elementos intensifica nossa preocupação com a imagem que a Assíria pode receber, e compreendemos nitidamente que a diversidade de trabalhos existentes é um ganho sem precedentes para a ciência histórica. Existem muitos trabalhos que destacam diversos pontos interessantes, a cultura, a religiosidade, a iconografia, a economia, o discurso enquanto ideologia e “propaganda”. Acreditamos também que é necessário abrimos

espaço, principalmente, no Brasil para expormos determinados fatores, como a ideia de uma Assíria ampla e policromática, bélica, estratégica, caótica, pacífica, artística, política-religiosa, mística e culturalmente densa como qualquer sociedade da história.

Abordamos uma série de tratados de lealdade, observamos como a questão política-religiosa se insere no contexto histórico vigente, ou seja, ser indiferente em tempos conflituosos com riscos constantes de traições, revoltas e ataques não era metodologicamente viável, isso significa que retaliações poderiam ocorrer. A manutenção dos territórios não se resume a táticas políticas, quer dizer, podemos ousar dizer que o sagrado detinha um ilustre papel. A decisão de Assur, divindade maior, recaía sobre o soberano que se dissipava aos seus oficiais. Reis eram assassinados pela corrupção que o poder em excesso exerce nos homens.

Não é ilógico afirmar que os inscritos pudessem ressaltar a necessidade de proteção, de “ouvidos” numerosos, materializado em um tablete e consolidado no ato de juramento. Daí as punições viriam aos que não cumprissem o *Adê*, o que evidentemente não caracteriza um povo inteiro como adoradores da violência. Em contrapartida às tensões, os *Adê* serviram também como meio de controle por via “diplomática”⁴¹, a submissão de um estado sobre o outro poderia ser descrita como um ato de juramento entre os poderosos, o que acarretaria em tributos e outros afins.

Grande parte dos documentos pactuais expõe formas de ameaças traduzidas em “maldições”, de outra maneira, a ira dos deuses materializada no mundo, por vezes, belicamente. Ora, coerentemente é possível dizer que a disputa constante é prejudicial da mesma forma. Observamos esta confirmação pelas realizações de Essaradão no século VII a.C., na maior parte pela construção da sua imagem enquanto soberano, na revitalização de estruturas, na consolidação de um relacionamento estável durante anos com os babilônicos. Mas, um império não se mantém apenas por vias pacíficas.

Os relevos em pedra que destacam campanhas bélicas que agregam um valor simbólico, não da sociedade como um todo, mas da responsabilidade divina em ordenar, do exercício do rei em satisfazer a necessidade de expansão já estabelecida previamente pelos sinais cósmicos, do seu exército diante os outros territórios. Paul Collins (2014) ao abordar este tema destaca algo crucial quando diz.

⁴¹ Em nossa defesa usamos o termo diplomacia no intuito de destacarmos relações políticas religiosas que não são essencialmente militaristas. Mas, há certa dificuldade em dizer diplomacia da forma como a entendemos hoje em dia. Ciência das relações internacionais, interesse de promover relações com governantes estrangeiros e por, ultimo, a capacidade de tratar o outro com gentileza. Utilizamos este termo, por ser uma forma de comunicação entre nações ou líderes de povos distintos.

As cenas de guerra representam uma fusão sutil de história, mito e magia, e foram o meio pelo qual a relação simbiótica entre o rei e o deus Assur foi estabelecida. Uma vez que os inimigos haviam, por suas ações rebeldes, quebrado a lei divina, os deuses tinham o direito (através do rei) para empreender uma guerra justa contra eles. Os relevos e pinturas nas paredes do palácio, portanto, apresentavam uma imagem duradoura de um julgamento contra um ato ilegal e sua punição adequada. Em certo sentido, as imagens ajudaram a justificar a guerra⁴² (COLLINS, 2014, p. 20, Tradução nossa).

A guerra por se tratar, neste caso, de algo concreto resulta em dano físico. Porém, a violência não pode ser descrita como precursora das relações entre povos porque os definiria essencialmente enquanto seres violentos. O resultado deste processo é uma espécie de ‘demonização’ cultural. É inegável que atos violentos possam coexistir em meio às nossas ações, mas, o ímpeto que destrói cidades, as constrói novamente. Não se separam, em muitos casos, as ‘maldições’ de um Adê, todavia, como ferramenta política-religiosa detinha uma importância fundamental na prevenção do combate frontal. Certamente nos deparamos com um questionamento intrigante. Afinal, se os assírios não são essencialmente cruéis como defendemos, por que seu principal deus é belicoso?

De fato Assur é descrito inúmeras vezes como manifestação da guerra, mas, compreender tal divindade pode ser uma tarefa mais complexa do que podemos imaginar. Primeiramente vejamos o seguinte, os debates em torno desta figura são muito extensos, visto que parte do vasto conhecimento acadêmico desenvolvido o identifica como um ser comparável às proporções bíblicas de “Deus”, em alguns aspectos. Contudo, deixaremos esta discussão de lado por um breve momento. Antes de buscarmos entender a natureza de Assur precisaremos conhecer um pouco sobre sua história.

A imagem deste deus passou por muitas transformações ao longo dos anos, não existe por certo uma definição plena para sua significância. Sabemos paralelamente que a cidade por igual detinha o mesmo nome da divindade e que por essa razão parecia o foco do culto. Assur, é caracterizado por textos do segundo milênio a.C. como juiz e guerreiro, a representação da justiça divina e virilidade (GALTER, 2009, p. 1001). Porém, as incertezas sobre o mesmo é abrangente, a falta de uma identidade que o tornasse indistinto dos outros deuses ressalta este fato. Assur não detinha laços familiares, algumas descrições citam a deusa

⁴² The scenes of warfare represent a subtle fusion of history, myth and magic, and they were the medium through which the symbiotic relationship between the king and the god Assur was established. Since enemies had by their rebellious actions broken divine law, the gods were entitled (through the king) to undertake a just war against them. The reliefs and paintings on the palace walls thus presented an enduring image of a judgement against an illegal act and its proper punishment. In a sense the images helped to justify war. Texto original.

Ishtar como sua consorte, mas não há nitidez nesta evidência. É incomum, em termos mesopotâmicos, uma divindade não possuir um clã, uma vez que é uma característica dos deuses babilônicos e sumérios (LAMBERT, 2014, p. 82).

Assur já foi colocado em pé de igualdade com outros deuses de panteões diversos, tais quais, Enlil (deus supremo da cidade de Nippur) cultuado pelos sumérios (GALTER, 2009, p. 1001), e Marduk (deus supremo da Babilônia). Essa absorção cultural é vista como uma possível tentativa de enaltecer o deus assírio na medida em que a própria Assíria conformava contornos imperiais. De qualquer forma o extenso debate no que se refere a tal misteriosa deidade nos faz indagar que há mais sobre o mesmo que precisamos conhecer. Mas, não são necessariamente estes exemplos que transmitem a ideia de multiplicidade interpretativa, pois, revela apenas a necessidade de defini-lo como superior, o “maior entre os deuses” como vimos nos capítulos anteriores em incontáveis exemplificações.

Ora, Assur poderia ser mais que uma divindade bélica como é sempre descrito. Dentre os estudiosos do mundo assírio existem aqueles que defendem a ideia de uma entidade com extensões épicas, como Simo Parpola ao analisar a “Árvore da vida de Kabbalah”, a descrevendo como um símbolo detentor de variadas partes que estruturam o mundo metafísico, transmitindo uma representação imagética de “Deus” (PARPOLA, 1997, p. 23). A “Árvore sagrada” seria composta por outras figuras cósmicas, tal qual, Ishtar, sendo a deusa o “coração” desta estrutura. Isto significaria que a amplitude total do panteão, da “Assembleia divina” seria Assur, o “disco” sobre a Árvore que a mantém uniforme, como este deus às vezes é caracterizado.

Não é nebuloso visualizar a imagem desta entidade com tamanha significância para os assírios, este mesmo é visto com seus certos privilégios, como é exaltado constantemente nos documentos. Mas, poderíamos considerar que a relevância dos outros deuses muitas vezes cultuados sejam efêmeras pela atenção concedida a Assur? A quantidade de informações trazidas a nós expõe tanto sobre outras deidades, por que suas leis exaltarão um “ser rio”, sendo este, muito provável o julgamento de um deus, se Assur é tudo? Por que não caracteriza-lo apenas como Assur? Tendo em vista tal unidade da diversidade, por que em um tratado Sin e Adad são citados especificamente para determinada maldição? A única certeza visível é que ao tratarmos da antiguidade a variabilidade de cultos refere-se, quase sempre, a uma gama diversificada de deuses com atributos variados. Então, o politeísmo ou monoteísmo acabam se tornando conceitos delicados para esta explicação. Isso implica,

todavia, que mesmo outros deuses podem ser manifestos por uma vontade destrutiva e não apenas Assur.

No hino dedicado a Assur por Assurbanipal, que vimos no primeiro capítulo, também exalta seu papel como um criador, ele cria seres no céu e na terra, também é citado como o pai de deuses, tal qual, a deusa Ishtar. De todo modo, sua aplicação no inscrito o refere como extensivamente perspicaz, sendo assim, nos indica indiretamente que o mesmo também foi sábio quando Essaradão consolidou relações brandas com a Babilônia, “O competente, de vasto entendimento, o sábio dos deuses...”, se esse for o caso Assur pode possuir inúmeras faces.

Uma divindade mais representativa que seu próprio título mor é capaz de expressar. Seus atributos não se resumem a guerra, em outras palavras podem caracterizar sabedoria, criação, destruição, comunhão, glória, que se apresentam em formas diversas, nos relevos em pedra, nos Adê ou em outras inscrições. Então, se este deus é tão denso como analisamos, por certo, “cruel” não é uma nomenclatura eficaz mesmo que faça parte da sua “conduta divina”, a variabilidade do seu “Eu” é tão subjetiva quanto suas funções.

O que nos leva por último a visão da cultura assíria nos livros didáticos em contraste com tudo aquilo que foi abordado neste trabalho. Hoje, não é surpresa, que muitos materiais didáticos sejam tratados de forma superficial para atender a demanda do ensino mecanicista em prol do absoluto “mercado de trabalho”. Por isso os textos que mais nos deparamos tendem a expor uma visão bastante limitada, por vezes, apenas curiosa, acabando por diminuir ou marginalizar uma cultura inteira. Ao invés de especificarmos um ponto em algumas páginas poderíamos igualmente trabalhar pontos relevantes, mesmo que de forma resumida, sobre fatores cruciais da cultura assíria, o que seria mais proveitoso e menos monótono como veremos a seguir. Nossa preocupação é válida pelo mais simples dos fatos, a disseminação de uma ideia “preto no branco” empareda os alunos a mesmice, porém, a demonstração de muitas cores dá forma à curiosidade.

4.2 O mundo assírio e o livro didático

Grande parte das obras didáticas voltadas ao ensino básico destacam o mesmo sempre, possivelmente fruto dos estudos que propagaram uma Assíria unilateralista. Trouxemos para análise algumas obras que podemos utilizar como exemplo. Em “*História da Indumentária*” (2009), do Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia de Santa Catarina, tem sua essência, obviamente, voltada a moda e estilismo, mas, as informações

parecem se diluir em graus de importância na medida em que enaltecem características do povo com militarismo unicamente.

Já os Assírios destacaram-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram extremamente cruéis com os povos inimigos que conquistavam. Impunham aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. Com estas atitudes, tiveram que enfrentar uma série de revoltas populares nas regiões que conquistavam (SILVA, 2009, p. 6).

Como podemos ver geralmente as palavras utilizadas para descrever a Assíria é “cultura militar”, “guerra” e “cruéis”. Não estamos, porém, tentando impedir que tais palavras sejam ditas, mas, outras perspectivas merecem ser destacadas para então dizermos que “esta civilização é diversificada”. Porque, ao abordarmos esta “feição” as margens se abrem para o receptor ter um panorama ampliado e si permitir entender, interpretar, relativizar o leque de informações para então tirar suas conclusões, ao invés de pontuar apenas um aspecto de uma sociedade como absoluta. Já pontuamos anteriormente que a militarização de fato possuía relevância primorosa pelas conformações imperiais e as disputas de poder ao longo dos anos, mas não significa que viviam apenas conflituosamente. É um exagero imaginar inúmeras guerras incessantemente, dia a pós dia.

Um dos problemas, que não é um caso a parte, na verdade todas as matérias e variados assuntos sofrem este tipo de “resumo”, quer dizer, a rapidez com que determinados temas são abordados empobrece o conteúdo. Esta realidade é, infelizmente, constante nos livros didáticos e interfere bastante no conhecimento que pode ser interiorizado pelos estudantes. Usualmente, apresentam informações vagas sobre a “formação do império”, dando uma ideia deveras nebulosa sobre um processo lento e complicado, destacam igualmente o papel militar e como os assírios eram “temidos”. Nossa intenção neste tópico é apontar como a cultura assíria é disseminada para a massa como um contraste à diversidade de temas já expostos.

Em “*História: manual do Professor*” (2018), direcionada aos alunos do 6º ano do ensino fundamental, uma página é dedicada aos assírios apresentando dados sem muito espaço dedicado para uma maior análise sobre um “passado” até a formação do exército. Tocam no ponto do desenvolvimento militarista, a ampliação territorial, enfraquecimento da Babilônia e a ascensão do império em apenas três pequenos parágrafos. Novamente a “fama” dos assírios é colocada em xeque, ao se referirem dos saques, punições características que resultam na crueldade e outros adjetivos já citados.

Durante séculos, eles foram atacados por diversos povos. Para se defender, fugiram para o alto das montanhas e organizaram exércitos. Os assírios desenvolveram conhecimentos militares e, pouco a pouco, ampliaram seus territórios [...] Muito tempo depois, do século IX a.C ao VII a.C, quando a Babilônia estava enfraquecida, os assírios estabeleceram um poderoso império sobre toda a Mesopotâmia [...] Eles conquistaram terras e populações, saqueando suas riquezas e punindo os povos que resistiam ou enfrentavam seu domínio (VINVENTINO, 2018, p. 90).

Juntamente aos parágrafos explicativos, imagens são utilizadas como documento ilustrativo, sem uma leitura específica como um documento necessita. É extremamente importante que a arte seja exposta, nesse caso, um relevo em pedra foi utilizado para exemplificar tal cultura belicista. É claro que ao falar das armas as imagens presentes nos palácios são essenciais como um norte, que fique clara a importância dos relevos para a cultura mesopotâmica. Certamente, outras documentações deveriam ter sido abordadas para permitir uma reflexão histórica, o que acreditamos ser a essência do ensino e aprendizagem da História em si.

Mapas também são usados para identificação das mudanças territoriais e isso é didaticamente importante para uma melhor localização e compreensão geográfica. Os livros acabam intensificando o “conhecimento superficial”, ou seja, a temática Assíria vai ser sempre resumida entre Guerra, crueldade e violência. Quando um assunto envolve reflexão ou desenvolvimento este é recortado como curiosidade ou informações em quadros, que grande parte das vezes no cotidiano da sala de aula, é ignorada pelos alunos e professores.

Em “*História Doc: o Manuel do Professor*” (2018) voltado para estudantes do ensino fundamental, e assim como o anterior compõe a base para o 6º ano. Os assírios são citados rapidamente e diferentemente da segunda obra citada, outro aspecto cultural é denotado, porém não com a devida atenção necessária. A forma como o conteúdo se desenvolve é similar ao material didático precedente, isto significa que novamente as habilidades militares são citadas, mas, não há ênfase nos termos rígidos sobrepondo-os mais importantes que outros. O que é justo e democrático. A rapidez como o tema é abordado pode ser um problema, sendo ainda menos detalhado que a obra passada.

Em 729 a.C, os babilônios foram derrotados pelos assírios, outro povo da Mesopotâmia, famoso por sua habilidades militares [...] Durante anos, os assírios reinaram na região, construindo um grande império. Excelentes guerreiros, usavam carros de combate, catapultas e outros instrumentos de guerra. Conquistaram toda a mesopotâmia e ainda os hebreus e os egípcios [...] O império Assírio durou pouco mais de cem anos (CALAINHO, 2018, p. 69).

O conhecimento retido segue uma cronologia de “ascensão e queda”, algo que precisa ser superado, então é possível visualizar da seguinte forma, a Babilônia durante algum tempo obtém êxito sobre a Assíria, e esta por sua vez supera sua rival para posteriormente ser derrotada mais uma vez pela nação vizinha. Ora, sobre a ótica da praticidade isto não é proveitoso quiçá reflexivo, apenas foi apontado que uma nação sobrepõe a outra quando sabemos que o processo é subitamente mais complexo. É claro que alguns ‘quadros’ são lembrados como uma maneira de auxiliar o receptor, o que em parte pode parecer útil, mas pode acabar atrapalhando. Assuntos muito importantes não podem ser editados como “curiosidade”.

Apesar das pequenas falhas vigentes há um considerável acerto mesmo que pouco trabalhado, contudo, já podemos pensar como um começo. Estamos nos referindo à passagem que aborda as relações de paz entre Assíria e Babilônia (palco de estudos e debates no meio acadêmico principalmente no exterior). Este item pode ser encontrado no quadro “*Para desenvolver: império assírio*” na página 70, onde se inserem algumas informações sobre o processo de conflitos e acordos de paz que levaram a densas relações entre as principais nações mesopotâmicas do século VII a.C.

Mesmo, que este fato seja citado tão corriqueiramente parece-nos uma tentativa de reflexão que falha em parte, mas, introduz outro ritmo para o leitor. Talvez esta seja a palavra chave para como o assunto deva ser construído, “ritmo”, menos sólido e mais maleável. Daremos nossa visão de como seria um bom material didático para um bom ensino em sala de aula, mas, por hora analisaremos outros livros existentes.

Por vezes, quando não citado diretamente estes atributos são evidenciados em formato de curiosidade. Nesse caso, há uma presença geral de estudos sobre a mesopotâmia de forma encurtada, enfatizando aspectos políticos, econômico e religioso, bem como, a formação de cidades-estados. No material didático “*Ensino Médio*” (2015), dedicado aos adolescentes do 1º ano do ensino médio, é exatamente dessa forma que o conhecimento é exposto. Difere-se apenas ao tratar de temas gerais, não especificando o que está sendo dito, porém, apontam como curiosidade os mesmo aspectos repetidos nos materiais didáticos anteriores.

Entre os mesopotâmicos, os assírios destacaram-se por seu caráter bélico. A reputação militar deles reunia suas qualidades guerreiras com a impiedade em relação aos vencidos. Acreditando que vencer batalhas era um designio divino, legitimavam a violência com base em crenças religiosas. Conta-se que após invadir e conquistar uma cidade, o exército assírio decidiu demonstrar seu domínio diante dos soldados derrotados: cortou as orelhas de dezenas de homens, arrancou a língua de outros e cegou uma outra parte.

Apesar da violência, os assírios tiveram uma produção cultural rica, com magníficos palácios decorados com painéis de pedra trabalhada em alto-relevo (LOPES, 2015, p. 34).

No período Neoassírio a reputação militar, de fato, foi importante como ressaltamos no primeiro capítulo, porém, o que percebemos esmiuçando os livros didáticos transparece com maior grau a necessidade de “vender” uma informação mais do que necessariamente expor um conhecimento reflexivo. O exemplo disso pode ser visto na própria citação, a reputação militar, a impiedade, a conquista e a tortura são termos que chamam atenção, e são palavras estreitamente contemporâneas. Mesmo com a tentativa de suavizar os dados propostos parece-nos mais uma forma compensar do que necessariamente nos fazer indagar sobre outras características culturais. Não é um crime expor este caráter sobre o mundo assírio, é totalmente justo. Entretanto, não seria mais eficiente se ampliássemos essa consciência? Acreditamos que seja a escolha mais coerente a se tomar.

Outras obras ao abordarem ao contexto geral perdem a oportunidade de acrescentar novidades decorrentes do meio acadêmico em uma linguagem simplificada é claro. Parte disto se deve ao distanciamento entre as universidades (conhecimento acadêmico) e as redes de ensino públicas e privadas, as políticas educacionais e ao currículo mecanicista. O problema do “contexto geral” é que mesmo ao abordar “civilizações” no plural podemos sucumbir diante uma precipitação na base da aprendizagem, por exemplo, achar que os povos na mesopotâmia falavam a mesma língua, ou eram todos iguais. É claro que os livros citados não insinuam algo extremamente errôneo como isto, mas, dependendo de como pode ser lido ou ensinado, não seria espantoso imaginar uma tolice como esta reproduzida para as massas.

Em “*História global*” (2016), livro didático associado ao 1º ano do ensino médio, o tema expõe diversos aspectos culturais mesopotâmicos, pontua o que é uma civilização e exemplificam variados povos, acádios, babilônios, assírios os caracterizando em parágrafos efêmeros. Contudo, ao destacar a política, a economia ou religiosidades o faz de forma interessante, vale frisar, que a Babilônia acaba tomando um pouco mais de espaço explicativo por ser uma das principais cidades da história antiga. A Assíria ganha um espaço ínfimo o que é entristecedor, tendo em vista, que esta civilização durante três séculos foi o centro do “Oriente Próximo”.

Vindos possivelmente da região entre Europa e a Ásia (c. 2000 a.C.), estabeleceram-se no norte da Mesopotâmia, no Alto Tigre, no território denominado Assíria. Organizaram um dos primeiros exércitos permanentes do mundo. Expandiram suas fronteiras a partir de 1700 a.C. e alcançaram

sua maior prosperidade durante o reinado de Assurbanipal (até 630 a.C.) (COTRIM, 2016, p. 57).

As qualidades guerreiras são referenciadas assim como nas obras anteriores, contudo, acaba se focando apenas em uma explicação espacial sobre “origem” e expansão territorial. Percebemos que todas as obras tem em comum a caracterização do povo assírio como uma nação guerreira, porque é um fato histórico, o problema é na incessante utilização dessa característica para definir uma civilização. Sem outras fundamentações que possam enriquecer o pensamento do leitor, e apenas induzi-lo a acreditar em um grupo étnico completamente fanático sem outras características é uma maneira não muito eficiente de lecionar História. Vimos que alguns livros preferem generalizar e acabam não fazendo um trabalho primoroso por causa do curto espaço, e igualmente, analisamos aqueles que tentam especificar, contudo, utilizam a mesma informação monocromática maçante sem abordar outros assuntos.

Por ultimo em “*Oficina de História*” (2016), do 1º ano do ensino médio, o enfoque do assunto acaba se inclinndo essencialmente para o viés econômico e bélico. Iniciam abordando as origens, como a fundação da cidade de Assur e da sua independência para, posteriormente, aderir ao mercado e a importância dos comerciantes para o desenvolvimento da Assíria. O conteúdo econômico é o que mais se diferencia das outras obras especificamente, entretanto, acaba “vendendo” a mesma informação usual focando nas questões bélicas de infantaria, carros de combate, tortura e vários outros fatores violentos.

Aproximadamente no II milênio a.C., os mercadores de Assur já haviam estabelecido colônias na Anatólia. Essas Colônias eram postos autônomos de comércio e estavam espalhados pelo altiplano da Anatólia e no norte da Mesopotâmia [...] Aos poucos edificaram um forte Estado militarizado. Seus carros de guerra e as unidades de cavalaria combinadas a uma potente infantaria foram fundamentais e sua política expansionista [...] Por meio da tortura, de amputações e dos castigos mais variados, os guerreiros assírio ganharam um medo entre os vencidos (CAMPOS, 2016, p. 38-39).

Mesmo levando em conta o fator comercial, o mesmo é quase totalmente esquecido pela constante caracterização bélica do povo em questão, banalizada pela crueldade e pela tortura que definem uma nação inteira como praticamente irracional, como feras que agem por instinto. Essa ideia precisa ser combatida, ou abordada com cautela para que não transmitam uma mensagem precipitada a fim de propagar um conteúdo mais facilmente. Por se tratar de um tema delicado como a “violência” é claro que nos interessa de alguma forma, e

nesse momento a maior sabedoria que podemos passar como historiadores, professores, pesquisadores e estudiosos é, certamente, um conhecimento construtivo e democrático.

Todos os exemplos mostrados nos levam até um questionamento relevante, como encaixar a Assíria em um livro didático de maneira construtiva? Vimos que muitas formas de expor o conteúdo não são eficientes como deveriam por serem demasiadamente concretas, valorizando origens e enfatizando temas unilateralmente destacando apenas a guerra, ou até mesmo ignorando pontos extremamente importantes. Se o trabalho é providenciar um conteúdo reflexivo de forma a incentivar um olhar crítico aos leitores, então precisamos estabelecer a ideia de que a guerra não foi o único meio no desenvolvimento do império assírio. Os atos de ‘crueldade’ como é descrito precisam ser revisto com seu substrato profundamente cultural, e não como uma atitude tenebrosa e escarnica.

Para isso devemos expor, na medida do possível, o suficiente para alavancar uma ampliação de consciência, auxiliando o receptor a entender que o mundo e o passado não são estritamente “preto no branco”. No tocante ao livro didático informações de origem são desnecessárias como texto principal, isto é, são necessários os aspectos mais relevantes da cultura, a política-religiosa frontal (guerra), a política-religiosa tratativa (Adê), a estratificação social, o comércio, campo legal e a relativização da crueldade a partir dos relevos.

As “curiosidades” podem ser utilizadas para apresentar definições de conceitos, como “o que é uma civilização?”, de um termo, explicação sobre alguma divindade e seu papel, e o mais importante, novidades do meio acadêmico em uma linguagem simplificada. Então abordamos vários assuntos, abrindo o leque de informações em poucas páginas e dando espaço para outras culturas da mesopotâmia, para não generalizarmos as cidades diversas como se fossem iguais.

Ora, o ensino de história antiga se torna um meio de construir reflexão, isto é, se distanciando da cronologia, do normativo, do unilateral. Ao sabermos que mesmo uma cultura tão longínqua como à assíria possui tantas camadas, o que esperar da nossa realidade? Seria um palco interessante para revermos a situação atual em que nos encontramos. Discursões sobre preconceito, sobre raízes culturais, o sagrado, o simbólico, sobre nosso mundo ser menos singular e mais plural. Em outras palavras “de maneira produtiva e fertilizadora para contribuir com os debates nos ambientes hegemônicos” (CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 16). A história antiga pode sim ser uma ponte entre essas realidades.

A História Antiga no Brasil acrescentou bastante nos últimos anos em termos de pesquisa. Atualmente a quantidade de pesquisadores ativos e que abordam este campo são

inúmeros. A qualidade das reflexões elaboradas são igualmente positivas (SANTOS; KOLV; NAZÁRIO, 2015, p. 118). As publicações de livros didáticos e paradidáticos também melhoraram, mesmo que parcialmente. A historiadora Semíramis Corsi Silva (2010) é enfática ao relatar que mesmo havendo livros didáticos prejudiciais, ótimas publicações também são produzidas, como livros didáticos e paradidáticos sobre a Antiguidade. Um destes se chama Grécia e Roma – Vida Pública e Vida Privada, do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari que traz novas informações sobre os achados arqueológicos, sobre as interpretações e reflexões advindas deste cenário (SILVA, 2010, p. 151).

Então o nosso cenário atual no que se refere ao ensino de História Antiga vem passando por algumas mudanças benéficas. Principalmente na tentativa de transformar um ensino monótono em algo mais reflexivo e rico. Nosso trabalho também produziu um material, na verdade, um capítulo de livro didático que tem como temática a Assíria, vista sobre uma ótica simples, multifacetada, instrutiva e reflexiva. Este material didático foi produzido com a esperança de melhorar o ensino sobre a Assíria e por fim do mundo antigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente buscamos entender o que seria a *política religiosa frontal* e as implicações advindas desta, como a expansão territorial a partir do militarismo. Este ponta pé primário consolida um contexto do qual não há escapatória, isto é, a relevância das campanhas militares para a expansão do império Neoassírio. O elemento em questão compõe um mundo com muitos meios de significação, um microcosmo tão complexo que limitá-los a um único fator poderia acarretar em precipitações. A guerra é a penas mais uma faceta para os assírios, mesmo que pareça possuir alguma importância central, ao nos aprofundarmos, acabamos percebendo que depende bastante do contexto.

Quando dizemos uma faceta automaticamente se imagina que mais existiam, por ser verdade. Abordamos a perspectiva frontal com a intenção de dizer que havia outra, a *política religiosa tratativa*. A única diferença entre estas é simplesmente seu fim. Por um lado observa-se um universo bélico sob um ideal de guerra justa, por outro se observa um universo pactual legal. São esses comparativos que enriquecem o cenário por nós estudados. Os tratados e Juramentos *Adê* ofereciam meios de manutenção territorial que não necessariamente valorizavam a disputa armada, pois, por um lado não faz sentido imaginar tantas guerras infundáveis. Recursos são necessários, os gastos poderiam ser supridos pela

tributação que em excesso alavancaria revoltas, como de fato ocorriam, mas por diversas razões. Então era necessário encontrar um jeito de solucionar tais empecilhos, as relações diplomáticas expressaram esse sentimento.

Contudo, é perceptível que mesmo os ‘Adê’ carregavam em si um viés, por vezes, rígido. A maldição era um elemento controlador, ou seja, uma maneira de se proteger contra possíveis tensões. A partir do receio os estados vassalos, na teoria, não tentariam se opor à Assíria. Mostrou-se eficaz por lado, mas por outro, revoltas e insurgências estas não cessaram em termos gerais. Daí a importância das armas. Mas, os pactos também podiam ser pacíficos como é o caso de Nabu-aplaidina, rei de Karduniash e Salmanaser III, rei assírio durante o século IX a.C.

O que mais intensificou esse ideal pacificador ao invés da disputa militar foram os planos governamentais de Essaradão. Embora saibamos que as investidas bélicas continuaram, no mesmo período, até o Egito faraônico. Portanto, a realidade é mais complicada do que aparenta ser. Pensando nisso, decidimos que deveríamos elaborar um texto que explicitasse a densidade da civilização assíria, isto significa, acentuar a base, o ambiente interno, até as relações extraterritoriais. Para isto sabermos mais sobre o ordenamento social foi de suma importância.

Utilizar as leis assírias foi importante como um caminho para identificarmos como a sociedade funcionava tendo em vista limites impostos por um sistema legal. Observamos quais eram as características presentes nestes inscritos, o teor sagrado foi o principal foco de convergência. Percebemos como alguns casos eram graves, como a profanação na casa do deus ou em outros exemplos que necessitaram da provação por ordálio. O juiz nos inscritos analisados eram os deuses. Mas, não são todos os tabletas que acentuam tal realidade. Nossa intenção com isto foi visualizar uma organização interna palpada pelos mesmos princípios que as outras documentações externam, o culto. Presente igualmente nos tratados e juramentos Adê, até mesmo palco de preocupações para Essaradão em sua relação com a Babilônia, se lembramos das reconstruções dos santuários. É uma grande estruturação político religiosa. Estes conceitos e termos precisam caminhar juntos.

Finalmente um aspecto tão ímpar como os outros descritos merece atenção, este é o *mundo simbólico*. Os relevos em pedra foram analisados seguindo a metodologia iconográfica e iconológica de Erwin Panofsky. Geralmente quando as imagens são trabalhadas sobre a luz de um tema bélico, são tratadas como uma propaganda. Não estamos ousando subestimar o conhecimento que provém disto. Mas, vejamos calmamente, seria

realmente possível que os relevos em pedra fossem produzidos unicamente para este fim? Ao longo do primeiro e do terceiro capítulo constatamos uma série de informações descrevem uma riqueza de detalhes que só o pluralismo poderia externar. A mensagem presente nos relevos, é muito provável, descrevem vários elementos convergentes. A guerra é citada, mas a serenidade também, o soberano é representado, seu servo também, o mundano se faz presente, o sagrado também, mas, o que todas possuíam em comum? A importância do culto.

Os relevos em pedra destacam os desmembramentos humanos, as disparadas militares que destruíam seus inimigos. Os presentes fatores poderiam ser suficientes para expressarem apenas violência. Presumimos que seja mais subjetivo do que isto. Sobre a decapitação, anterior ao fato em si observamos o seguinte. Há uma enorme ligação entre a esfera concreta e divina. Advindo das interpretações dos sonhos pelos adivinhos, pelo valor dado aos sinais cósmicos, pela tentativa dos reis de se aproximarem dos seus deuses. A cabeça decapitada de Teumman não é apenas um evento que ocorreu por causa de uma profecia. Este elemento é essencial por ser um contraste, tendo como exemplo a figura 8, de um conceito plural. Caos, estabilidade, tensão, ritual, sagrado, humanidade, perpetuação e superação.

Quando estabelecemos uma comparação com o Jardim do Éden foi apenas uma tentativa de evidenciar que o mundo não é unilateral. Que se há guerra há paz, se é coerente conquistar um vizinho por via militar, é coerente na mesma medida estabelecer pactos, se existe dádiva, existe sacrifício. Se uma nação tem um objetivo, se o soberano tem um objetivo, seu deus tem igualmente um. Até mesmo Assur representa bem mais do que somente a guerra.

Quando um exército vai à guerra, como vimos na figura 6, é representado ao lado de uma ave. Ao lado de um provável deus, rogando por proteção, insinuando força, capacidade, persistência, afirmando que continuarão avançando até o caos cessar. Mesmo que a intenção do sujeito que criou o relevo estivesse carregada de tramoias político religiosas dos líderes da época, é inevitável acabar expressando algo mesmo que inconscientemente. É uma questão de sensibilidade.

Por fim, podemos claramente compreender que o mundo assírio não se resume a “crueldade” ou a “guerra”. Como qualquer outra civilização da história esta possui características dispare, podendo causar desconforto, fascinação e outras sensações para o sujeito que se depara com ela. Ao contrário do que é sempre elaborado nos livros didáticos que destacamos, apresentando uma perspectiva sempre unilateral, a cultura assíria é plurifacetada, múltipla, diversa e muitos outros termos que designam complexidade.

Isto precisa ser dito. Uma observação densa pode resultar em mais reflexão do que um ponto de vista fechado em si mesmo. Dessa forma melhoramos o ensino de História Antiga no ensino básico, tal como no ensino superior. A convergência dos elementos compõe a cultura assíria até o limite por nós concebível, a *política religiosa frontal*, a *política religiosa tratativa*, o *mundo simbólico*, as leis assírias, a organização social e a figura do soberano se adequam a um culto poderoso e milenar.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AB`SABER, Aziz; SMAILI, Soraya. **Mundo árabe contemporâneo: História e Geografia**. Instituto da Cultura Árabe. p. 1. Disponível em: https://icarabe.org/sites/default/files/pdfs/o_mundo_arabe_contemporaneo_-_aula1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

ALJUBOORI, Ali.Y. **The relationship between the assyrian kings and their gods**. Athar alrafedain, Mosul, vol.1, p. 3-19, 2012. Disponível em: <https://www.iasj.net/iasj?func=search&query=au:%22Prof.Dr.%20Ali.Y.Aljuboori%20%22&uiLanguage=en>. Acesso em: 16 ago. 2020.

ALVER, Christian Hans. **The Āryas' Dharma and the Other: a history of inclusion and exclusion founded on the Brāhmaṇas' revelation and law**. Semantic Scholar. The Department of Archaeology, History, Cultural Studies and Religion (AHKR). University of Bergen, p. 02-135, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-%C4%80ryas%E2%80%99-Dharma-and-the-other.-A-History-of-and-Alver/636a1d2316cb2b092992a4bc7bee646e50b54ee7?p2df>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ANNUS, Amar. Divination and interpretation of signs in the ancient world. In: JEAN, Cynthia (org). **Divination and oracles at the Neo-Assyrian palace: The importance of signs in royal ideology**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2010. cap. 13, p. 267-275. Disponível em: <https://oi.uchicago.edu/sites/oi.uchicago.edu/files/uploads/shared/docs/ois6.pdf>. Acesso: 12 ago. 2020.

ARCHELA, Rosely Sampaio. **Cartografia do Oriente Médio**. Revista Portal de Cartografia da Geociência, Londrina, v. 3, n. 1, p. 65-69, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/7535>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BACOCINA, Denize. **Namíbia é limpa e não parece África, diz Lula**. BBC Brasil.com, Nov. 7, 2003. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/11/031107_lulanamibiadi1. Acesso em: 22 ago. 2020.

BASSO, Marco Antonio. **Tortura: evolução histórica, jurídica e social:** a tutela material do direito individual e a dignidade humana. 2005. Dissertação (mestrado em Direito) - Centro Universitário FIEO, Osasco, 2005. Disponível em: http://www.unifieo.br/pdfs/marketing/dissertacoes_mestrado_2005/marco%20antonio%20basso.PDF. Acesso em: 21 ago. 2020.

BASTOS, Rodolfo; OLIVEIRA, Amanda Muniz. **Os Modos de sentir o mundo:** a história das mentalidades e sua relação com o inconsciente coletivo. Revista Expedições: Teoria & Historiografia, Goiás, v. 6, n.2, p. 119-134, Ago/Dez. 2015. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2848. Acesso em: 28 jul. 2020.

BILHEIRO, Ivan. **A arte semântica dos primórdios do cristianismo:** a disciplina do arcano e o simbolismo cristão. Revista Urutágua, Maringá, n. 15, p. 61-66, abr./mai./jun./jul. 2008. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15bilheiro.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BORGES, Guilherme Roman. **O direito constitutivo:** um resgate grego clássico do Νόμιμον ἔθoρ como Εὐηαξία Νόμιμη e Δικαζήηική Ἄζκηζη. 2011. Dissertação (doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-02052012-152859/publico/Guilherme_Roman_Borges_DO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BOTTÉRO, Jean. **La religión más antigua.** España, Editorial Trotta. 2001. E-Book. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXjaWVvY2lhc3NvY2lhbGVzdWRIYWVWheXJvfGd4OjQzOWUyODUwMDUxMzA0ZmI>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BOUZON, Emanuel. **As leis de Eshnunna (1825- 1787 a.C.).** Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

BOUZON, Emanuel. **O código de Hammurabi.** Petrópolis, Editora Vozes. 1980.

BRASIL, Deilton Ribeiro; COSTA, Naiara Lauriene Souza; RIBEIRO, Gilman Horta. **Código de Manu:** principais aspectos. Revista Athenas. Minas Gerais, vol. 2, ano. III, p. 88-93, ago/dez. 2014. Disponível em: https://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano3_vol2_2014_artigo6.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

BUDGE, E.A. Willis. **A versão babilônica sobre o dilúvio e a Epopeia de Gilgamesh.** São Paulo: Madras, 2004.

CARAMELO, Francisco. **A religião mesopotâmica:** entre o relativo e o absoluto. Lisboa, 2007, nº 19, Edições Colibri, p. 165-175. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/a-religiao-mesopotamica-francisco-caramelo-1pdf-generalizacoes-devem.html>. Acesso em 12 out. 2019.

CARAMELO, Francisco. **Os jardins reais na Assíria:** uma reprodução idealizada da natureza. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n. 15, Lisboa, Edições Colibri, p. 85-92, 2003. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/279538081_Os_jardins_reais_na_Assiria_-_uma_reproducao_idealizada_da_natureza. Acesso em: 12 mar. 2019.

CARDASCIA, Guillaume. *Les lois assyriennes*. Paris, Les éditions du cerf, 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sociedades do antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Trabalho compulsório na antiguidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paula A. **Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações**. *História/Unesp*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 14-19, 2007. Dossiê História Antiga. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100002. Acesso em: 10 out. 2020.

CATÃO, MO. **Genealogia do direito à saúde: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/szgxv/pdf/catao-9788578791919.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

COHEN, Simon L; GELLER, Markhan J. *Kidney and urinary tract disease in ancient Babylonia, with translations of the cuneiform sources*. The International Society of Nephrology, Londres, vol. 47, p. 1811-1815, Dez. 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0085253815590224>. Acesso em: 16 ago. 2020.

COLLINS, Paul. *Gods, heroes, rituals and violence: warfare in Neo-assyrian art*. ORA Oxford University Research Archive, Oxford, p. 1-31, 2008. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:6df4b012-0dc0-41a4-b23f-d81e7d6c772a>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DANZIG, David. *The Socio-economic Structure of the Neo-Assyrian Empire: Resource Extraction and Redistribution – The Imperial Engine*. *Archaeologies of Empire*. Prof. Harvey Weiss. Jan. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5023826/The_Socio_economic_Structure_of_the_Neo_Assyrian_Empire_Resource_Extraction_and_Redistribution_The_Imperial_Engine. Acesso em: 25 jul. 2020.

FALES, Frederick Mario. *Massartu: the observation of astronomical phenomena in Assyria (7 th Century BC)*. In: *The Inspiration of Astronomical Phenomena*, 7., 2011, Udine: Dipartimento di Storia e Tutela dei Beni Culturali, Università di Udine, 2011, p. 361-370. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252270005_Massartu_The_Observation_of_Astronomical_Phenomena_in_Assyria_7th_Century_BC. Acesso em: 15 ago. 2020.

FILHO, Acacio Voz de Lima. **Organização política, jurídica e social do antigo Egito**. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 104, p. 40-68, jan/dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67849>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GALTER, Hannes D. *Encyclopedia of the Bible and Its Reception*. Graz, Áustria, p. 1001-1002, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/12264020/Ashur>. Acesso em: 24 ago. 2020.

HASEL, Michael G. *Assyrian Military Practices and Deuteronomy's Laws of Warfare*. Writing and Reading War, edited by Brad E. Kelle and Frank Ritzel Ames, Atlanta, Georgia, 2008. Disponível em: https://www.southern.edu/administration/archaeology/doc/scholarly_publications/Assyrian_Military_Practices.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

JUNIOR, Walter Guandalini. **Uma teoria das fontes do direito romano: genealogia histórica da metáfora**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, Curitiba, vol. 62, n.1, p. 09-31, Jan/Abr. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317283071_UMA_TEORIA_DAS_FONTES_DO_DIREITO_ROMANO_GENEALOGIA_HISTORICA_DA_METAFORA. Acesso em: 20 jul. 2020.

JUNQUEIRA, Flávia Campos. **Representação signica nas artes: a evolução da utilização dos signos na produção artística**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 14, 2009, Rio de Janeiro. Tópico temático. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/2220>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LAMBERT, Wilfred George. *Rencontre Assyriologique Internationale*, 29, 1983, Londres. Artigo. Iraque: British Institute for the Study of Iraq, Ago. 2014. p. 82-86. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/iraq/article/god-assur/A603B74D475B587AD19173DE0462AF46>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LAUINGER, Jacob. *Esarhaddon's succession treaty at Tell Tayinat: text and commentary*. *Journal of Cuneiform Studies*, Chicago, vol. 64, p. 87- 123, 2012. Disponível em: http://sites.utoronto.ca/tap/assets/lauinger_jcs_64_2012.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

LUCKENBILL, Daniel David. *Ancient Records of Assyria and Babylonia*. Illinois: The University of Chicago, 1926. E-book. Disponível em: <https://oi.uchicago.edu/research/publications/misc/ancient-records-assyria-and-babylonia-volume-1-historical-records-assyria>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MAY, Natalie Naomi; SVÄRD, Saana. Change in Neo-assyrian imperial administration: evolution and revolution. In: WATANABE, Kazuko (org). *Innovations in Esarhaddon's succession oath documents considered from the viewpoint of the documents' structure*. Itália: S.A.R.G.O.N. Editrice e Libreria, 2015. v. 21, p. 173 – 215. Disponível em: https://www.academia.edu/28201818/Kazuko_Watanabe_Innovations_in_Esarhaddon_s_Sucession_Oath_Documents_Considered_from_the_Viewpoint_of_the_Documents_Structure_State_Archives_of_Assyria_Bulletin_21_2016_pp_173_215. Acesso em: 11 ago. 2020.

MITFORD, Miranda Bruce. **O livro ilustrado dos símbolos: universo das imagens que representam as idéias e os fenômenos da realidade**. São Paulo: Publifolha, 2001.

MOKHTAR, Muhammad Jamāl al-Dīn. História geral da África: II África antiga. In: LECLANT, Jean (org). **O império de Kush: Napata e Meroé**. São Paulo: Ática, 1983. p. 277-279. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000042621_por&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_17a21e91-2034-4d50-8b98-fbcc11b46fea%3F_%3D110340poro.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000042621_por/PDF/110340poro.pdf#%5B%7B%22num%22%3A1951%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2Cnull%2Cnull%2C0%5D. Acesso em: 18 jun. 2019

MONTE, Marcel Luís Paiva do. **Os tratados Adê – instrumentos políticos e jurídicos na construção imperial assíria (secs.VIII- VII a.C.):** entre a continuidade e a singularidade. 2010. Dissertação (Mestrado em História antiga) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4082>. Acesso em: 17 set. 2019.

NOVOTNY, Jamie. *New chronological sequence and dates of composition of Esarhaddon's Babylon Inscriptions*. Journal of Cuneiform Studies, Chicago, vol. 67, p. 145-168, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/New-Proposed-Chronological-Sequence-and-Dates-of-of-Novotny/b6bb97d0c12c7689b8dece69ef29c1054d709552>. Acesso em: 19 ago. 2020.

OLIVEIRA, Rosemary Maria de; MAIA, Alane; PALHARES, Beatriz Eugênia; CARMONA, Rodriguez de Souza *et al.* Um olhar sobre a violência na perspectiva dos homens. **Revista Med**, Minas Gerais, p. 234-239, 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=iNCdX5rIL8PQ5OUPqNmX6AQ&q=Um+olhar+sobre+a+viol%C3%Aancia+na+perspectiva+dos+homens+pdf&oq=Um+olhar+sobre+a+viol%C3%Aancia+na+perspectiva+dos+homens+pdf&gs_lcp=CgZwc3ktYWIQAZIHCCEQChCgAToFCCEQoAFQjgRY7w5gkxBoAHAAeACA AegCiAGJCZIBBTItMy4xmAEAoAECoAEBqgEHZ3dzLXdpeg&sclient=psy-ab&ved=0ahUKewiarOz53N_sAhVDKlKlGHajsBU0Q4dUDCAc&uact=5. Acesso em: 22. ago. 2020.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, Jan/Jun. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250992217_Origem_e_memoria_das_universidades_medievais_a_preservacao_de_uma_instituicao_educacional. Acesso em: 23 ago. 2020.

ORNAN, Tallay. **The triumph of the symbol:** Pictorial representation of deities in Mesopotamia and the biblical image ban. Germany: Academic Press Fribourg Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 2005. Disponível em: <https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/139532/>. Acesso em: 14. jun. 2020.

PALMA, Rodrigo Freitas. **Breve história da pena de crucificação**. Virtú: Direito e Humanismo, Brasília, v.1, n.2, p. 25-31, Set. 2011. Disponível em: http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista-eletronica-virtu/pasta_upload/artigos/a3.pdf. Acesso em: 22. ago. 2020.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

PARPOLA, Simo. *Assyrian prophecies*. Helsinki, [s.n.], 1997. Disponível em: http://oracc.museum.upenn.edu/saao/knpp/downloads/parpola_saa9intro.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

PARPOLA, Simo. *Neo-Assyrian Treaties from the Royal Archives of Nineveh*. Journal of Cuneiform Studies, Boston, Vol. 39, No.2, p. 161-189, 2010. Disponível em: <https://www.atour.com/education/pdf/SimoParpola-NeoAssyrianTreatiesFromTheRoyalArchives.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PORTER, Barbara Nevling. *Images, power, politics: figurative aspects of esarhaddon's babylonian policy*. Filadélfia: American Philosophical Society, 1993.

POZZER, Katia Maria Paim. A comemoração da vitória: o banquete triunfal assírio. In: **Simpósio Nacional de História**, 26., 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPUH, 2011. p.1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307910440_ARQUIVO_Katia_Pozzer.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

POZZER, Kátia Maria Paim. Assurbanipal e suas memórias: uma autobiografia na antiguidade. **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**. v. 27, n. 2, p. 107-120. 2014. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/312/257>. Acesso em: 14. out. 2019.

POZZER, Kátia Maria Paim. Guerra, violência e memória cultural nas imagens assírias. **Revista do programa de Pós-graduação em História**: Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 39-59, Jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/80830>. Acesso Em: 18 ago. 2020.

POZZER, Kátia Maria Paim. Poder, guerra e violência na iconografia assíria. *Phoênix*, Rio de Janeiro, 17-2, p. 12-25. 2011. Disponível em: http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/Poder_guerra_e_violencia_na_iconografia_assiria.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

POZZER, Kátia Maria Paim. **Tortura, Sujeição e Flagelo nos Relevos Assírios**. Rio de Janeiro. Nehmaat. 2012. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-1/artigo10-2012-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

RANIERI, Leandro Penna. **Concepções de corpo na Assíria do primeiro milênio AEC: entre materialidade e textualidade**. 2018. Doutorado (Tese de doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112018-123812/pt-br.php>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

REDE, Marcelo. Imagem da violência e violência da imagem: Guerra e ritual na Assíria (séculos IX-VII a.C.). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 64, p. 81-121, jan/abr 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v34n64/0104-8775-vh-34-64-0081.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

REDE, Marcelo. O "Rei de justiça": soberania e ordenamento na antiga Mesopotâmia. *Phoênix*, Rio de Janeiro, 15-1: p. 135-146, 2009. Disponível em: <https://digitalis->

dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33176/1/Phoinix15-1_artigo9.pdf?ln=pt-pt. Acesso em: 14 abr. 2019.

ROAF, Michael. **Mesopotâmia: grandes civilizações do passado**. Barcelona: Folio, 2006.

RODRIGUEZ, Ivan Losada. *Assyrian imperial administration 680-627 BCE* : a comparison between Babylonia and the West Under Esarhaddon and Assurbanipal. 2007. Dissertação (Título de Bacharel em Artes, História) - Cowan University, Perth, 2007. Disponível em: https://ro.ecu.edu.au/theses_hons/1398/. Acesso em: 18 ago. 2020.

ROSSI, Luis. **Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia**. ed. 1. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS, Dominique; KOLV, Grazielle; NAZÁRIO, Juliano João. O ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da plataforma lattes. *Mare Nostrum*, São Paulo, n.8, p. 118, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/download/138864/134210/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, Marco Pais Neves dos. O conceito de morte para o homem mesopotâmico na Epopeia de Gilgamesh. *Revista de Ciências Humanas*, Lisboa, v. 48, n.1, p. 108-123, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n1p108>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SCURLOCK, Joann. *The techniques of the sacrifice of animals in ancient Israel and ancient Mesopotamia: new insights through comparison, part 1*. Andrews University Press. Michigan, vol. 44, n.1, p. 13-49. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/11855963/Techniques_of_the_Sacrifice_of_Animals_in_Ancient_Israel_and_Ancient_Mesopotamia_New_Insights_through_Comparison_Part_1. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Ruan Kleberson Pereira da. **Guerra, Soberania, Ordem e Equilíbrio Cósmico: representações sociais em relevos neoassírios (884- 727 a.C.)**. 2016. Dissertação de Mestrado (pós-graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22443>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Semíramis Corsi. Aspectos do ensino de História Antiga no Brasil: algumas observações. Alétheia: **Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval**, v.1, p. 151, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Aletheia/article/view/73>. Acesso em: 10 out. 2020.

SPENCE, Lewis. *Myths of Babylonia and Assyria*. Princeton, Library of the Theological Seminary, 1917. E- book. Disponível em: <http://www.aina.org/books/malobaa.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

TAKLA, Philippe Racy. **Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período Neo- assírio (934-609 a.C.): imagem texto e espaço como veículos da retórica real**. 2008. Dissertação de mestrado (pós-graduação em arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-09042009-153010/pt-br.php>. Acesso em: 17 de abr. 2019.

ZAWADZKI, Stefan. *Oriental and greek tradition about the death of Sennacherib*. State Archives of Assyria Bulletin: Padova, 1990. Disponível em: <http://www.helsinki.fi/science/saa/saab.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ZIERER, Adriana; XIMENDES, Carlos Alberto. **Iluminando a Idade Média: um breve panorama sobre a história medieval no Brasil e a relação História-Ensino**. São Luís: Ed. UEMA, v.1, p. 9-27, 2009. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/5xc18s>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Compilado de relevos em pedra

AMIN, Osama Shukir Muhammed. *Siege of Lachish Reliefs at the British Museum*. 2017. Sala XXXVI do palácio sudoeste, painel 7. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313759294_Siege_of_Lachish_Reliefs_at_the_British_Museum. Acesso em: 14 de Ago. de 2020.

Livros didáticos

CALAINHO, Daniela Bueno; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo. **História doc: manual do professor**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2595891. Acesso em: 25 ago. 2020.

CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: manual do professor**. São Paulo: Leya, 2016.

COTRIM, Gilberto. **História Global: manual do professor**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/1592662. Acesso em: 25 ago. 2020.

LOPES, Annelys. **Ensino Médio**. Curitiba: Positivo, 2015.

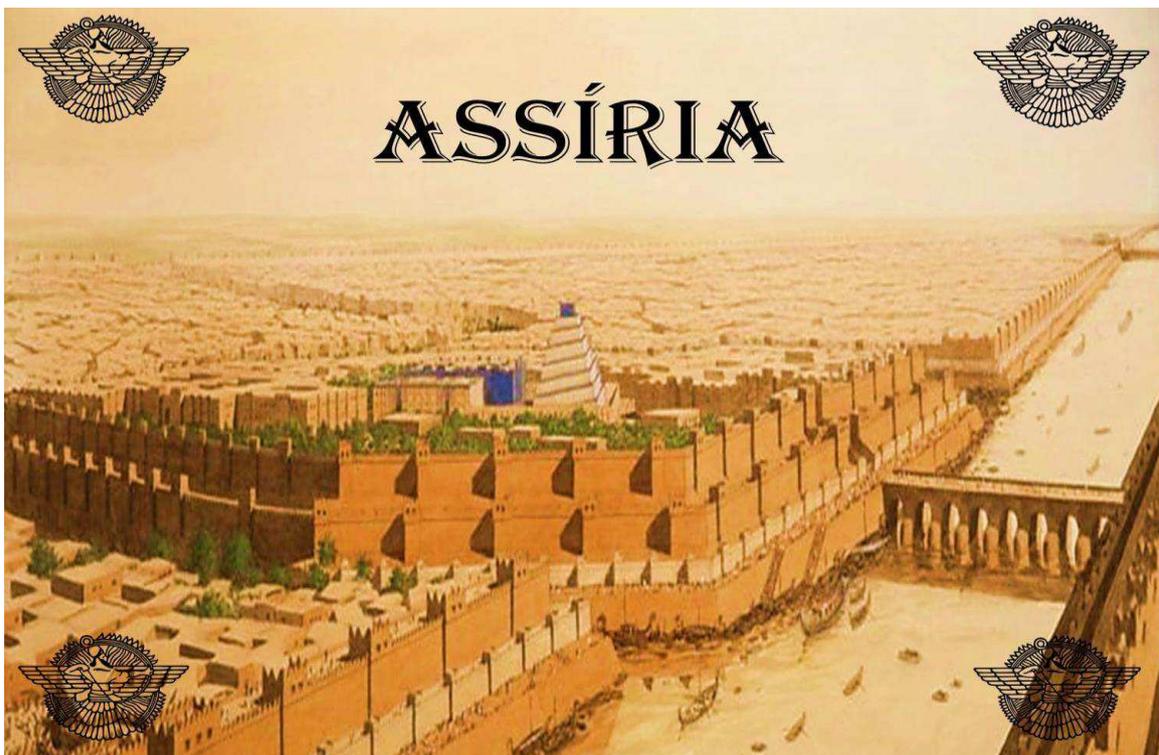
SILVA, Ursula de Carvalho. **História da indumentária**. Araranguá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2009. E-book. Disponível em: https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/e/e2/Hist%C3%B3ria_da_Indument%C3%A1ria_vers%C3%A3o_02.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

VINCENTINO, Cláudio; VINCENTINO; José Bruno. **História: Manual do professor**. São Paulo: Teláris, 2018. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2597776. Acesso em: 25 ago. 2020.

APÊNDICE

Samir de Barros Rebêlo

POVOS DA MESOPOTÂMIA



São Luis- MA

2020

Assíria

A Assíria se situa em uma região conhecida como Mesopotâmia⁴³. A capital se chamava Assur, primeiro centro político-religioso e também o nome da divindade mais influente para o povo assírio, representando a guerra e a justiça. A sede nacional detinha uma importância significativa por ser o centro cultural da Assíria. O templo de Assur se posicionava no extremo de uma elevação rochosa, e a noroeste do sacro edifício o rio Tigre transcorria. Durante três séculos (IX-VII a.C) esta civilização foi o epicentro do Oriente Próximo. Uma das culturas mais ricas da Mesopotâmia, isto é, portadora de muitas características distintas.

ASSUR, DIVINDADE OU NAÇÃO?

ASSUR É O DEUS DA GUERRA, POR VEZES, DITO COMO A JUSTIÇA. NÃO SE SABE AO CERTO SE A CIDADE SE CHAMA ASSUR POR SER UMA HOMENAGEM AO DEUS, OU SE A PRÓPRIA CIDADE ERA ASSUR.



Fig. 2. O deus Assur.

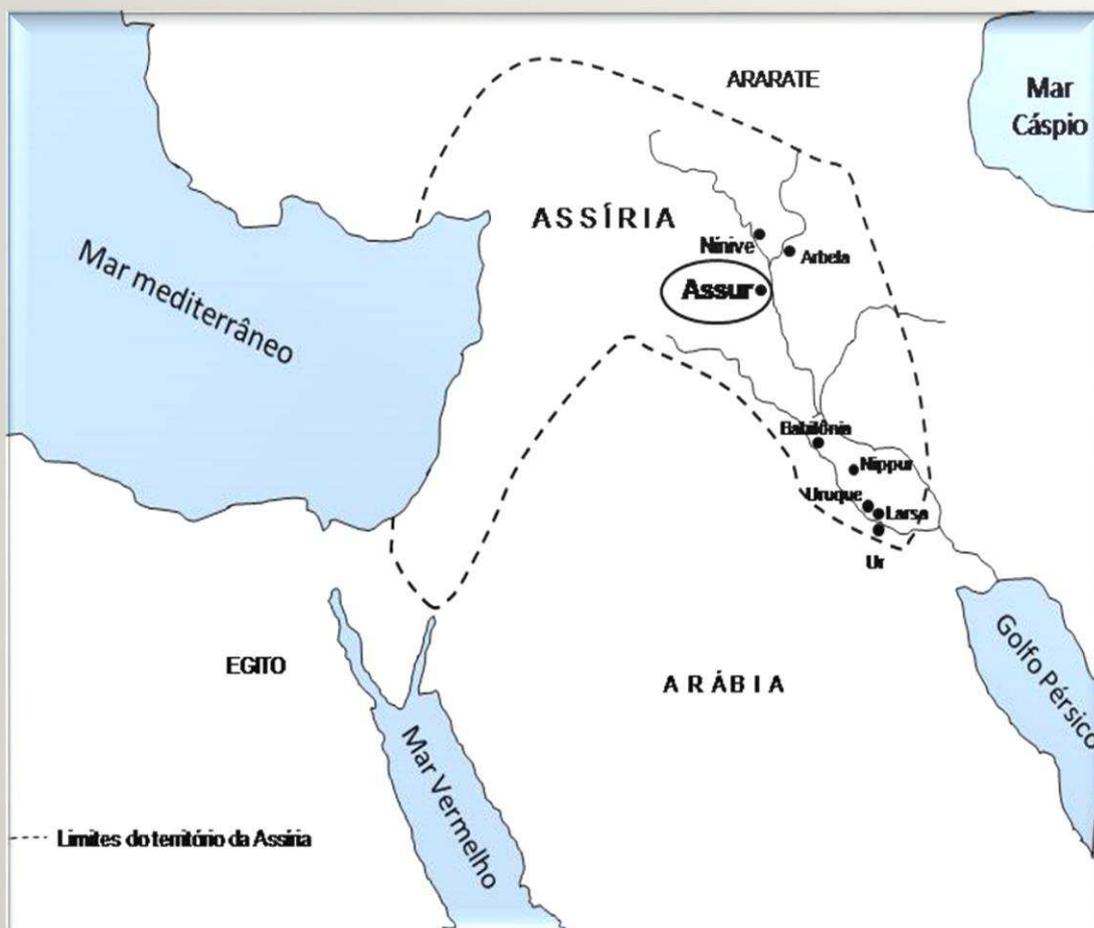


Fig.1. Localização geográfica da cidade de Assur.

Podemos notar Assur circulado de preto. Ao norte observamos Ninive, na posição nordeste Arbela e na região sul podemos destacar a Babilônia, Nippur, Uruque, Larsa e Ur.

⁴³ É uma palavra de origem grega que significa “terra entre rios” devido à transposição de dois influentes rios, o rio Tigre e o rio Eufrates.

A guerra como uma política religiosa⁴⁴.

Durante os séculos IX – VII a.C a civilização assíria consolidou um grande império, que se estendia de Assur até o Mar Mediterrâneo, o Golfo Pérsico e finalmente o Egito. Os assírios eram descritos como povos guerreiros, detentores de um poder militar eficaz. Desenvolveram **bigas** e outros aparatos bélicos⁴⁵ que foram essenciais no confronto com outras nações. No século VII a.C. O rei Essaradão e seu filho Assurbanipal conseguiram adentrar em regiões egípcias, derrotando o faraó Taharqa e se tornando um dos maiores impérios do mundo até então.

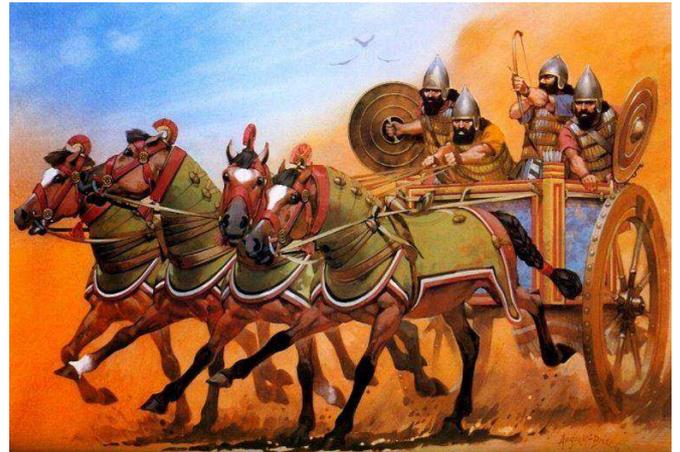


FIG. 4. Bigas (carros movidos por dois cavalos) e Quadrigas (carros movidos por quatro cavalos). Foram utilizados na antiguidade durante as idades do Bronze e do Ferro.

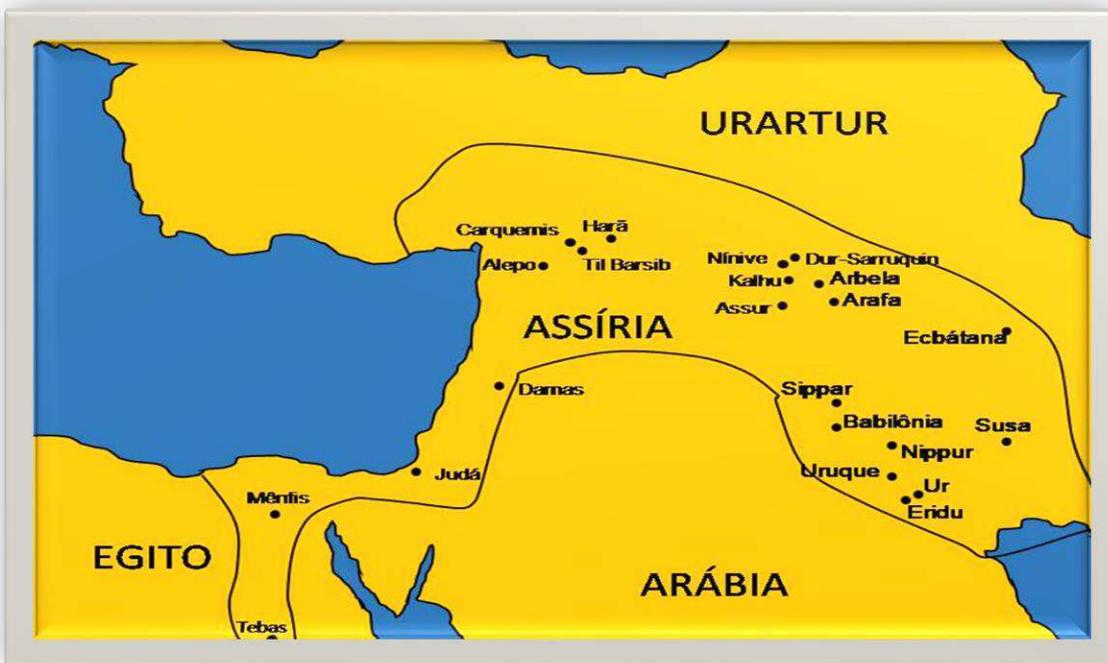


FIG. 3. O império assírio no século VII. a.C.

A extensão territorial se delimitava de Eridu à Carquemis até Tebas no Egito faraônico.

A Mesopotâmia já foi palco de muitos impérios anteriores e posteriores ao povo assírio.

⁴⁴ As palavras “política” e “religiosa” estão juntas por uma razão muito importante. Na antiguidade a política e religião eram muito próximas uma da outra. Um rei tinha poder para administrar seu povo, estabelecer leis, regulamentar os preços dos produtos. Mas, ele também era bem próximo do seu deus. A divindade era o governador e ele o vice-governador. Hoje em dia isso não existe mais, nosso estado separa Política, Religião e Economia. No Brasil é assim.

⁴⁵ A palavra “bélica” quer dizer armas, armamento, combate, etc.

Por que é importante abordar a temática sobre guerra?

As campanhas militares foram necessárias por diversos motivos, tais quais, a manutenção territorial (suprimir revoltas) e a conquista (confronto com outras nações). É claro, porém, que a civilização assíria não considerava a guerra como única solução para a manutenção do império. Como qualquer outra civilização também utilizavam meios mais pacíficos. O que significa que não era apenas um povo bélico, eram muito mais do que isso.

A diplomacia como uma política religiosa.

Geralmente quando se aborda o mundo assírio o tema guerra acaba sendo proeminente, mas, pensar a Assíria é mais complexo e plural. A diplomacia foi outra característica muito importante nas relações internas e externas. A partir dos documentos (**tabletes**) chamados *tratados Adê* os assírios estabeleceram relações relativamente brandas⁴⁶ com outras nações. O que desconstrói em parte a ideia de que os assírios eram exclusivamente amantes da guerra e nada mais. Os tratados Adê possuíam uma função clara, ser um meio legal de conquistar a lealdade de alguém. Os sujeitos deveriam jurar lealdade para o rei assírio. Às vezes, apenas estabelecer relações pacíficas era o suficiente. Em destes documentos Salmanaser III consolida um pacto com Nabu-aplaidina, rei de Karduniash por meio de uma *entente cordiale*⁴⁷. É certo, contudo, dizer que os tratados também detinha um teor rígido, às vezes, bastante rígido. A rigidez advém das maldições, que eram instrumentos usados no Adê para evitar que o indivíduo que jurou lealdade quebrasse o pacto. Dessa forma se um servo do rei assírio rompesse seu juramento, o rei assírio então iria dizer lançar muitas maldições para o então inimigo. Algo como ruína para seu povo, família, fome, doenças e etc. Mas, os tratados Adê no geral foram essenciais no campo diplomático.

⁴⁶ O mesmo que pacífico.

⁴⁷ O que significa do francês para português como algo próximo a “boa relação”.



FIG. 5. TABLETA: ESCRITA CUNEIFORME

Eram gravados em uma espécie de tábua. Feito de madeira e revestido de argila. Os símbolos eram empregados em forma de cunha. As tabletas eram levadas para o forno para que secassem e se tornassem “permanentes”.

PARA FICAR FOCADO: PESQUISE

Aonde surgiu a escrita?

Por que ao surgimento da escrita foi importante para a civilização?

POR QUE OS TRATADOS ADÊ SÃO IMPORTANTES?

Por muito tempo apenas destacaram o papel das guerras, do combate, e geralmente os assírios acabam sendo descritos como cruéis ou bárbaros. Os tratados Adê nos permite dizer que não é exatamente assim, e a diplomacia expõe como os assírios são como qualquer outra civilização da história.

A arte no mundo assírio.

Havia muita riqueza artística na Assíria, mas, uma das principais fontes de arte diz respeito aos relevos em pedra. Estavam presentes nas paredes dos palácios e representavam muitas coisas diferentes, banquetes, jardins, cenas de batalha. Por essa razão são muito importantes para a história antiga. Essas representações dizem muito a respeito da época, contudo, geralmente os estudiosos acabam dando muita ênfase nas cenas de batalha. Isto implica dizer que esta escolha resulta em uma Assíria apenas lembrada pelo fator guerra. Havia outros tipos de imagens que poderiam significar muitas coisas. Os relevos em pedra também mostram membros do corpo, como a cabeça, decapitados. Ao observar isto normalmente sentiríamos horror, mas, há um significado latente nisso. Não um sentimento de ódio, repulsa ou zombaria pelo inimigo, mas, em outras palavras, por um sentido ritual. Estabelecido pela vontade do cosmos. Seria o destino se realizando.

Os relevos em pedra

As confecções dos relevos em pedra eram produzidas a partir do mármore de Mosul, um material de grande importância, possuindo variações de cinza para branco. Os relevos são detalhados por palhetas variadas de cores, branco, preto, azul e vermelho.

Qual importância dos relevos em pedra para o conhecimento histórico?

Sobre o que se tratavam as representações no relevo em pedra?

Os assírios eram essencialmente cruéis?

Os relevos em pedra abordavam somente a guerra?

RESPONDA EM GRUPO NA SALA DE AULA.



FIG. 6. O banquete de Assurbanipal.

Circulado de vermelho está à cabeça de rei elamita Teumman. Percebe-se que ao redor existem fauna e flora intensificando a ideia de um jardim o que simboliza paz e tranquilidade. Somado a cabeça decapitada externa a multiplicidade cultural assíria, paz e guerra.

Imagem retirada do museu britânico. Adaptada.